

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



**A RAIA ALENTEJANA MEDIEVAL  
E OS PÓLOS DE DEFESA MILITAR  
O CASTELO DE NOUDAR E A DEFESA DO  
PATRIMÓNIO NACIONAL**

HUGO MIGUEL PINTO CALADO

MESTRADO EM HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL

2007

UNIVERSIDADE DE LISBOA  
FACULDADE DE LETRAS  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



**A RAIA ALENTEJANA MEDIEVAL  
E OS PÓLOS DE DEFESA MILITAR  
O CASTELO DE NOUDAR E A DEFESA DO  
PATRIMÓNIO NACIONAL**

HUGO MIGUEL PINTO CALADO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL

Orientada por:

Professor Doutor Pedro Gomes Barbosa

Professor Doutor José Varandas

2007

## RESUMO

A dissertação de Mestrado *A Raia Alentejana Medieval e os Pólos de Defesa Militar. O Castelo de Noudar e a Defesa do Património Nacional*, tem o objectivo geral de estudo da área regional da raia alentejana no Baixo Alentejo, mais concretamente o distrito de Beja e o concelho de Barrancos.

É aqui que o castelo de Noudar se insere, instalado numa elevação sobranceira ao rio Ardila, a cerca de 12 quilómetros de Barrancos, a sede de concelho, e numa área territorial situada entre dois cursos de água, o rio já referido e a ribeira da Murtega, que funcionavam, na Idade Média, como obstáculos naturais, dois “fossos” da natureza, que dificultavam o acesso à estrutura defensiva.

A fortaleza de Noudar teve uma ocupação prolongada no tempo, com uma ocupação humana que vem desde a pré-história até ao século XIX, e que em época medieval se viu envolvida nas lutas da Cristandade contra o Islão, e posteriormente nas vicissitudes político-militares entre os reinos de Portugal e Castela. Este castelo foi mesmo mudando de proprietários várias vezes, durante o século XIII.

Ao longo do século XX, as publicações e estudos sobre Noudar não abundam, pelo que esta circunstância afectou, sem condicionar, este trabalho. A bibliografia e artigos existentes sobre o castelo é já bastante antiga, mas que mostra que houve uma sensibilidade específica para o assunto, sendo a vir publicadas pequenas referências e mesmo monografias sobre a estrutura defensiva alentejana.

A ausência de publicações sobre Noudar não é estranha, pois a situação periférica e quase marginal do castelo (também da vila de Barrancos), colocaram a estrutura numa situação de pouca visibilidade por parte dos investigadores que se debruçaram sobre as temáticas das estruturas fortificadas.

Este castelo insere-se, na Idade Média, numa fronteira, primeiro com o Islão, depois com o reino de Castela. Mas que não se enquadra numa linha político-administrativa de separação total e completa de populações que,

vivendo junto à fronteira, continuam a comunicar e a interagir entre si, havendo mesmo castelhanos a virem trazer os seus gados a pastar em terras de Noudar, no final do século XV.

Existe uma dinâmica populacional interactiva dentro da raia, no Baixo Alentejo, populações que estão distantes do poder central, seja por parte de Portugal ou Castela, e sentem-se distantes de um poder que, durante a primeira dinastia, prefere percorrer o litoral. Se o poder está distante, as populações são mais próximas umas das outras, devido à partilha de vivências e problemas comuns.

O poder central português moderno utilizava as populações e suas recordações para lhe dar legitimidade, é isto que acontece no final do século XV, no reinado de D. João II. A questão da demarcação dos limites do reino é uma imposição do poder central, que recorre às populações para legitimar o domínio desta zona raiana.

A estrutura militar em si é um bom ponto de estudo para perceber a utilização do castelo e a sua função defensiva, principalmente depois das inovações construtivas que recebeu após o tratado de Alcanizes. Finda a ocupação muçulmana no reino de Portugal, a ameaça mais próxima vinha do reino de Castela, logo os castelos de fronteira foram inseridos numa política reconstrutiva levada a cabo pelo rei D. Dinis.

No âmbito patrimonial, o castelo de Noudar insere-se na categoria de Monumento Nacional, como tal, inserido em disposição legal de protecção. Como estrutura e património cultural, merece um desenvolvimento na sua área de instalação, para que, o que é considerado como um bem cultural que a todos pertence, não só a posse mas também a responsabilidade de protecção, para que os vindouros possam usufruir de algo que os antigos deixaram como herança.

Noudar chegou-nos como uma escolha, os anteriores portugueses, a quem coube a responsabilidade de conservação do castelo, escolheram que esta estrutura deveria permanecer, e não ser destruída porque já não tinha utilidade prática.

## ABSTRACT

The thesis of mastership *A Raia Alentejana Medieval e os Pólos de Defesa Militar. O Castelo de Noudar e a Defesa do Património Nacional*, as the general objective of study of the regional area called Raia Alentejana, situated in Baixo Alentejo, concretely in Beja district and close to the Barrancos village.

It's here that the castle of Noudar is placed, in an elevation close to Ardila river, in a distance of twelve kilometres from Barrancos, in a territorial area situated between two water courses, Ardila River and Murtega creek, that worked, in the Middle Age, as natural obstacles, like two nature's pits, that turned difficult the access to the fortress.

The fortress of Noudar had an human occupation prolonged in time, since pre-historic periods, until the XIX century, and in medieval period, she was involved in the struggles between Christianity against Islam, and after, that, she got involved in political-military problems between the kingdoms of Portugal and Castile. This castle changed of owner several times, during XIII century.

During the XX century, the publications and studies about Noudar were very little, and this circumstance affected, without conditioning, the present work. The bibliography and existent articles about the castle is already a little old, but shows some specific sensibility to the matter, and were published several small references and studies about this defensive structure of Alentejo.

The absence of publications about Noudar it is not strange, because of its peripheral situation and almost marginal of the castle (also of Barrancos village), that placed the structure in a situation of short visibility by the side of the investigators that cared about the thematic of fortified structures.

This castle is inserted, in the Middle Age, in a frontier, first with Islam, than with Castile kingdom. But he is not framed in a political-administrative line of total and complete separation of populations that, living near the frontier, continue to communicate and interact between themselves, and there were people from Castile that bring their cattle in the lands of Noudar to graze, in the end of XV century.

There was a social and interactive dynamic inside the raia, in Baixo Alentejo, populations that are far from the central power, no matter if they are from Portugal or Castile, and they feel distant from a power that, during the first Portuguese royal dynasty, prefer to travel through the littoral of Portugal. If the power is distant, the populations are close to each other, due to the share of experiences and common problems.

The Portuguese central government of modern period used the populations and their memories to legitimize their power; this is what happens in the end of the XV century, in the reign of king D. João II. The question of the delimitation of the territory of the two kingdoms, it's an imposition of the central power, that uses the populations to legitimize their power over this area of the raia.

The military structure itself is a good point of study to understand the use of the castle and its defensive function, even more after the constructive innovations that this castle received, after the Alcanizes treaty. With the end of the muslim occupation in the territory of Portugal, the nearest threat came from the kingdom of Castile, and sooner the frontier castles were inserted in a reconstructive politic that was taken by the king D. Dinis.

In the patrimonial ambit, the castle of Noudar is inserted in the category of Portuguese's national monument, as it so, he has legal disposition of protection. As a structure and cultural patrimony, he deserves a development in his area of installation, so that, what is considerate a cultural wealth that belongs to all the Portuguese citizens, not only the possession, but also the responsibility of protection, so that the ones that will come can use and enjoy something that the ones that passed left as an heritage.

Noudar came to us as a choice. The contemporary Portuguese, that had the responsibility of conservation of the castle, choose that this structure should stay and not be destroyed, just because it had no utility.

## **PALAVRAS-CHAVE / KEYWORDS**

Idade Média / Middle Ages

Fronteira / Frontier

Castelo / Castle

Periferia / Periphery

Património Cultural/ Cultural Heritage

# ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	9
INTRODUÇÃO	11
<b>1. O ESPAÇO DE NOUDAR: ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO</b>	15
1.1. Os solos e a sua capacidade de utilização	18
1.2. As culturas	20
1.3. A fixação de uma comunidade humana: outros factores	23
<b>2. UM BREVE CONSPECTO HISTÓRICO</b>	29
2.1. As Histórias Gerais de Portugal	31
2.2. O castelo de Noudar na historiografia regional portuguesa	37
2.3. A historiografia espanhola	44
<b>3. A FRONTEIRA NA IDADE MÉDIA: ESPAÇO DE SEPARAÇÃO OU APROXIMAÇÃO POPULACIONAL?</b>	51
3.1. A fronteira e a guerra: a acção do castelo de Noudar	60
3.2. Podemos considerar a raia alentejana como uma região?	68
3.3. A raia alentejana como região histórica: vivências e actividades regionais	73
3.4. A raia na dinâmica cultural e relacional das populações de fronteira	78
3.5. Centro e periferia: a dinâmica da fronteira alentejana	80
<b>4. A IMPLANTAÇÃO DO CASTELO DE NOUDAR</b>	85
4.1. O equipamento defensivo: a torre de menagem	87
4.2. Os torreões da fortaleza medieval de Noudar	92
4.3. Outros equipamentos defensivos	95
4.4. As entradas, as habitações e outras estruturas do castelo	98
4.5. O castelo de Noudar e outras fortalezas de fronteira: os castelos de Moura e Mourão	102
4.6. O enquadramento histórico de Noudar: da Pré-História a 1297	108
4.7. O castelo de Noudar como centro organizador de um território de fronteira	118
4.8. Noudar como castelo estratégico	125
<b>5. O PATRIMÓNIO CULTURAL PORTUGUÊS: UMA PERSPECTIVA</b>	128
5.1. A salvaguarda do Património em Portugal: breve panorama	130
5.2. O castelo de Noudar: o enquadramento jurídico-patrimonial	135
5.3. O território envolvente de Noudar: um património paisagístico necessário	136
5.4. A actual dinamização cultural do castelo de Noudar	139
5.5. A dinamização histórico-cultural do castelo de Noudar: novas perspectivas	143
5.6. A protecção do Património e a sua ligação com a sociedade	148
5.7. A conservação patrimonial: Noudar – um caso	154
CONCLUSÃO	158
SIGLAS E ABREVIATURAS	166
FONTES E BIBLIOGRAFIA	167



## AGRADECIMENTOS

Aqui dedico a todos aqueles que me auxiliaram na realização desta dissertação, cujo contributo foi muitíssimo importante para que a mesma pudesse ser acabada, os meus mais sinceros agradecimentos, por tudo o que fizeram para me ajudar. A todas as pessoas que me ajudaram com orientação específica sobre determinadas temáticas, acesso a bibliografia e documentos, que nunca se pouparam a esforços para me auxiliar.

Dentro da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, quero agradecer ao Professor Doutor Pedro Gomes Barbosa, que acreditou em mim e aceitou dirigir-me a tese, para que eu a conseguisse levá-la ao seu término, ao Professor Doutor José Varandas, co-orientador deste trabalho e cuja ajuda foi muito preciosa, ao Mestre José Brissos, a quem tenho de agradecer a amabilidade com que aceitou ajudar-me e aconselhar-me na elaboração das citações bibliográficas, com grande disponibilidade e paciência, apesar do muito trabalho que o ocupava no Centro de História da Faculdade de Letras de Lisboa, ao Professor Doutor Hermenegildo Fernandes, pelos conselhos sobre fontes islâmicas, ao Professor Doutor António Ventura, pelas informações sobre Noudar na Guerra das Laranjas, ao Professor Doutor João Cosme, pelos conselhos sobre os estudos da raia alentejana e o que deveria ser procurado para a recolha de informação sobre o nosso objecto de estudo, ao Professor Doutor Bernardo de Sá Nogueira, pela disponibilidade em ajudar-me na interpretação da paleografia do *Livro das Fortalezas*, e ao Professor Doutor Vítor Serrão, pela ajuda com a documentação do Ministério das Finanças.

Nas minhas deslocações a bibliotecas, arquivos e localidades, além de contactos via *Internet*, encontrei sempre gente disposta a ajudar-me, da qual eu não poderia esquecer-me nesta altura, pois foi também graças a eles que esta dissertação conseguiu ser realizada:

Desde já quero agradecer ao Professor Doutor Santiago Macias, pelo envio de bibliografia para o nosso estudo, à biblioteca Sociedade de Geografia de Lisboa, pela amabilidade com que fui recebido e me foi disponibilizada informação cartográfica, ao Dr. Pedro Estrela, do Instituto Geográfico e

Cadastral, pela disponibilidade que demonstrou em ajudar-me na minha pesquisa geográfica, ao Dr. António Simão, da Biblioteca de Palmela, que se mostrou sempre interessado em ajudar-me com a minha pesquisa na biblioteca da Ordem de Santiago, para a recolha de informação sobre ordens militares, às pessoas das Salas de Referência e da Sala de Leitura da Torre do Tombo, pela cortesia com que sempre me receberam e me aconselharam sobre a informação a consultar, à D. Carmo, da Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, pela simpatia que sempre demonstrou quando eu lá me deslocava, à Biblioteca do Exército e aos seus funcionários, sempre disponíveis para me ajudar, à Biblioteca da D.G.M.E.N., pela ajuda prestada sobre as plantas de Noudar, à Biblioteca do I.P.P.A.R., pela simpatia e disponibilidade com que me ajudaram na procura de informação para o meu estudo, ao Arquivo Contemporâneo do Ministério das Finanças, que me informaram onde poderia encontrar a informação pretendida sobre o castelo, à Direcção Geral do Tesouro do Ministério das Finanças pela amabilidade e disponibilidade das suas funcionárias em ajudar-me, e à Dr. Marta Páscoa, pela simpatia com que me ajudou na recolha de informações sobre Noudar, nomeadamente com o seu artigo.

Quero igualmente agradecer aos meus amigos, com os quais não pude conviver muitas vezes, mas que, mesmo estando ocupado na realização desta dissertação, nunca se pouparam a incentivos, e finalmente, à Fátima, cujo amor e apoio foram sempre importantes e incondicionais nos momentos em que tudo parecia confuso e complicado.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como alvo de estudo o castelo de Noudar, fortaleza fronteiriça do concelho da vila de Barrancos, distrito de Beja, Portugal.

Foi realizado no âmbito do Mestrado de História Regional e Local, sob a orientação científica do Professor Doutor Pedro Gomes Barbosa, e a co-orientação do Professor Doutor José Varandas.

Para que esta dissertação fosse realizada, procedeu-se à definição de um objecto de estudo, período cronológico, e, seguidamente, à realização de um esquema da tese a construir, com os diversos pontos de interesse que deveriam ser tratados.

Posteriormente iniciou-se um levantamento documental e bibliográfico de informações que existiam sobre o referido sítio, e o que já tinha sido publicado sobre o mesmo. O castelo de Noudar não foi um imóvel patrimonial que tivesse muita atenção por parte dos historiadores regionais ao longo do século XX, logo a informação publicada que encontramos sobre ele é bastante escassa, não obstante a preocupação estatal de preservação da estrutura, visto que a mesma foi alvo de um processo de intervenções de restauro ao longo da mesma centúria.

Não foi, portanto, esquecida completamente, havia o interesse em manter esta pequena parte do património nacional, o que se manifestava através de ofícios estatais, se bem que a situação periférica do castelo e da vila de Barrancos prejudicou uma acção eventualmente maior por parte do estado, no castelo que estudamos neste trabalho.

Tratou-se também de iniciar o trabalho com uma abordagem à geografia, geologia e recursos da zona, pois estes tipos de enquadramentos do local são importantes para o estudo do mesmo, pois a ocupação humana depende dos recursos que a natureza tem para oferecer e a capacidade do homem para os explorar.

Esta zona de fronteira é uma área regional que, além do seu envolvimento político-militar com os reinos de Portugal e Castela durante o

período medieval, tem populações que se distinguem dos restantes habitantes do reino, pois as suas vivências são diferentes, onde o poder central quer alargar o seu poder tentacular, mas encontra dificuldades, devido à lenta comunicação e também ao facto de que, na primeira dinastia, os monarcas preferiram deambular pela zona litoral.

A existência de habitantes castelhanos no século XV em Barrancos mostra que, apesar da definição de fronteiras do final da centúria de duzentos, havia uma mobilidade de pessoas e bens pela fronteira alentejana, não havia impedimentos de maior para a passagem em direcção a Portugal.

Estamos a estudar um castelo, uma estrutura defensiva com um longo período de ocupação humana, que, durante a Idade Média e igualmente em épocas posteriores, se viu envolvida em diversas contendas militares e políticas, que resultaram na posse do castelo por parte de vários proprietários, entre portugueses e castelhanos, nomeadamente indivíduos que talvez possam ser considerados aventureiros, como é o caso de Martim de Sepúlveda, que, ao serviço de Castela, atacou Noudar e capturou o castelo, ficando como alcaide. Posteriormente, passou ao lado português, vendendo o castelo ao nosso monarca D. Afonso V, que despoletou o conflito peninsular entre 1475-1479.

Por aqui se pode notar que esta região está longe do poder que exerce (ou quer exercer) a sua influência e autoridade sobre a mesma, ao ponto de deixar manter ocupado um castelo que era seu nas mãos de um privado, que obtém poder para fazer uma transacção com a coroa.

O contexto geográfico do local permite, numa zona de separação entre dois estados que tiveram confrontações militares, que o castelo seja envolvido numa primeira confrontação com exércitos inimigos, tendo a fortaleza sido dotada de estruturas defensivas no reinado de D. Dinis, adaptadas a novos conceitos estratégicos, como o de defesa activa, que permite uma possibilidade mais eficaz de resistência a um cerco, como também a possibilidade de contra-ataque.

É, no final do século XIII, uma fortaleza de fronteira, numa altura em que o muçulmano já não ocupava Portugal, sendo agora outro o adversário, o reino de Castela a Oriente, por isso a defesa face a esta ameaça deve ser prevenida com reforços construtivos nos castelos portugueses espalhados por toda a

fronteira portuguesa, a defesa do reino face a um eventual inimigo externo. Noudar não foi excepção.

O interesse por estruturas defensivas foi um tópico que nos interessou desde o início da tese, o estudo de uma pequena parte do património imóvel histórico português e a escolha de um castelo como objecto desse mesmo estudo, foram incentivos suficientes para o desenvolvimento de um trabalho que se quer constituir numa boa contribuição para a temática da protecção patrimonial e cultural. A aproximação dos cidadãos com algo que lhes confere afinidade é muito importante para o desenvolvimento de uma consciência dos mesmos em relação ao que lhes foi delegado pelos seus antecessores.

O interesse patrimonial no castelo de Noudar é algo que nos preocupou neste trabalho, pois achamos que é necessário um maior aproveitamento cultural e maior dinamização da estrutura, que actualmente se encontra em estado de conservação precária. São necessárias obras de conservação, principalmente de uma torre, que actualmente se encontra na ponta sudeste do castelo, e está parcialmente destruída.

É uma estrutura que se encontra a doze quilómetros da actual sede de concelho, e cujo acesso se faz através de um caminho em mau estado para a deslocação por automóvel. A visita ao castelo é, então, problemática, pela situação periférica do mesmo, do concelho onde se insere, da falta de informação, e também do possivelmente do pouco interesse do público por visitas a locais deste tipo.

Noudar é um local que tem possibilidades de ser mais rentabilizado do que é, através de diversas actividades de aproveitamento do local, que podem ser utilizadas para atrair mais visitantes, o sítio tem uma boa paisagem para se visitar, podendo-se aliar o conhecimento histórico-cultural da fortaleza com uma apreciação natural do território envolvente.

A dinamização do castelo pode (e deve) ser feita através de um esforço conjunto de cidadãos e autoridades, pois não se pode atribuir a responsabilidade de protecção do património apenas a quem tem o poder de decisão, pois o cidadão comum deve ter sempre uma palavra a dizer sobre algo que lhe pertence também, o património é de todos nós, e não apenas de alguns. Se os protestos por privatizações de eventuais bens patrimoniais se fazem sentir, é porque a consciência de sensibilidade patrimonial está a

desenvolver-se no nosso país, o cidadão toma consciência que determinado objecto ou imóvel tem um passado que lhe é comum e a todos os integrantes do seu país, e como tal, devem ser protegidos.

Noudar tem uma história particular que está envolvida na história geral portuguesa, é um património imóvel abandonado pelo desenvolvimento territorial português, pela utilização do local como posto militar avançado de defesa do nosso território, e também como local de habitação. O local é parte integrante num conjunto patrimonial que pertence aos portugueses, e como tal deve ser protegido.

O levantamento de questões patrimoniais e culturais foi, nesta dissertação, um dos principais objectivos. Quisemos dar um contributo para o estudo de uma fortaleza que não tem sido alvo de mais estudos em diversas áreas científicas. Pretendemos chamar a atenção para as potencialidades de um maior desenvolvimento local, através de uma rentabilização e gestão deste castelo.

É necessário e urgente a protecção e conservação do castelo de Noudar, para que ele possa ser deixado como legado daqueles que anteriormente o utilizaram e o deixaram continuar a sua caminhada no tempo.

# 1.

## O ESPAÇO DE NOUDAR:

### ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO E GEOLÓGICO

A antiga povoação de Noudar e o seu castelo situam-se no local da Herdade da Coitadinha, no Baixo Alentejo, distrito de Beja, concelho de Barrancos, localidade da qual dista cerca de doze quilómetros em direcção a noroeste. O local é apontado como denominação antiga do concelho de Barrancos<sup>1</sup>.

O sítio da antiga vila<sup>2</sup> é definido por um recinto de muralha de cerca de 12800m quadrados de área<sup>3</sup>, situado numa elevação de cerca de 265 metros acima do nível do mar<sup>4</sup>, entre o Rio Ardila e a Ribeira da Murtega<sup>5</sup>.

A hidrologia, num sítio onde a terra não é propícia à agricultura, como veremos mais adiante, tem aqui um papel importante, pois toda a região é muito seca<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> Cf. Américo Costa, *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, vol. VIII, [s. l.], Edição do autor imp., 1943, p. 648.

<sup>2</sup> Cf. Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana*. Introdução de A da Silva Rego/Notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos, Parte V, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1976, p. 233; O autor refere-se a Noudar, indicando o local como posse de D. Dinis, estando o monarca português em Beja a 9 de Dezembro de 1295, onde lhe outorga o foral de Évora, juntamente com Moura e Serpa. Outros autores como Pinho Leal ou Américo Costa apontam para o dia 16 de Dezembro de 1295. Sobre este assunto, veja-se Augusto Soares Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno, Diccionario Geographico, Estatístico, Chorographico, Heráldico, Archeologico, Histórico, Biographico e Etymologico*, vol. VI, Lisboa, Livraria Editora Mattos Moreira e Companhia, 1875, p. 103; Américo Costa, *op. cit.*, vol. VIII, 1943, p. 648.

<sup>3</sup> Cf. Miguel Rego, “Investigações Arqueológicas no Castelo de Noudar”, *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana*. Actas de Encuentro Internacional de Arqueologia del Suroeste. Editores: Juan M. Campos, Francisco Gómez, J. Aurelio Pérez, Huelva, Grupo de Investigación Arqueológica del Patrimonio del Suroeste. Universidad de Huelva, 1994, p. 39.

<sup>4</sup> Cf. Portugal, Instituto Geográfico do Exército, *Carta Militar de Portugal Noudar (Barrancos)*, Escala 1/25.000. Lisboa, 3ª edição, Lisboa, 2000.

<sup>5</sup> *Ibidem*.

<sup>6</sup> A zona chega a atingir cerca de 3000/3100 horas de insolação por ano, e a quantidade total de precipitação por ano é de 500/600mm. Cf. *Atlas de Portugal*, com cartas do Instituto Geográfico e Cadastral, Lisboa, Selecções do Reader's Digest, 1988, p. 59.

O Ardila (ou Ardilla), nasce em Espanha<sup>7</sup>, percorrendo cerca de sessenta quilómetros de percurso em Portugal, servindo de fronteira durante aproximadamente quinze. É na sua passagem por Noudar que recebe, na sua margem esquerda, a ribeira da Murtega, passando cerca de quatro quilómetros ao norte de Moura, indo desaguar no Guadiana. A ribeira da Murtega nasce junto à fronteira espanhola<sup>8</sup> e atravessa o concelho de Barrancos. Há referências antigas à existência de peixe nestes dois cursos de água<sup>9</sup>, o que poderia ser um bom auxílio para a economia local.



(Curvatura do Rio Ardila, a Nordeste do Castelo de Noudar, funcionando como linha divisória entre Portugal e Espanha)

No que concerne ao seu substrato geológico, não existindo carta geológica publicada para a zona de Noudar e seus arredores<sup>10</sup>, temos que

---

<sup>7</sup> Cf. COSTA, Américo, *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*. vol. II, Porto, Typographia Privativa do Diccionario Chorografico Azurara – Vila do Conde, 1930, p. 704.

<sup>8</sup> Cf. Francisco Cardoso de Azevedo, *Novo Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular, contendo as divisões administrativa, judicial, eclesiástica e militar actualmente em vigor. Com a indicação de todas as cidades, villas, freguezias e seus oragos, a superficie por distritos e concelhos, a população por sexos, dos districtos concelhos, e freguezias, segundo os censos de 1890 e 1900 [...], e em additamento um mappa das lotações dos beneficios parochiaes do continente, do reino e ilhas adjacentes, organizado na repartição competente, em harmonia com o disposto nos artigos 16º e 17º do decreto de 30 de Dezembro de 1890, com a indicação da importância das congruas, segundo o mappa official em 1864-1865*, 4ª Edição, Porto, Typ. a vapor de José da Silva Mendonça, 1906, p. 591.

<sup>9</sup> A. N. T. T., *Gavetas da Torre do Tombo, Reforma das Gavetas*; Transcrição do séc. XIX (1817-1818) da Gaveta 14, Cx. 15, l. 25, maç. 5, doc 2, fl. 16. Documentos publicados em *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. II - (*Gav. XII-XIV*), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963, pp.630-678. - Existe uma referência a um indivíduo chamado André Gil, que era pescador e andava pela ribeira da Murtega, pelo que sabemos que no séc. XV existia peixe na mesma ribeira; Pinho Leal refere – nos que no rio Ardila se criava muito peixe. Sobre esta matéria, veja - se Augusto Soares Pinho Leal, *op. cit.*, vol. I, 1873, p. 238 D.

<sup>10</sup> Segundo informação recolhida no Instituto Geológico e Mineiro, a Carta Geológica nº 44-A (Amareleja) não foi publicada.



trabalhar por aproximação a partir das cartas geológicas de Portugal 1/200.000 (Barrancos)<sup>11</sup> e 1/50.000-44B (Barrancos)<sup>12</sup>.

Em toda a área de Barrancos, existe uma grande concentração de xistos de várias cores (cinzentos, esverdeados e violetas), a chamada “Formação de Barrancos”<sup>13</sup>, uma formação geológica que cobre uma grande parte do solo envolvente desta localidade. O espaço de Noudar é, pois, um local de ambiente geológico xistoso. O sítio é referido como estando localizado numa zona onde existe um complexo xisto-grauváquico<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup> *Carta Geológica de Portugal Escala 1/200.000*. Notícia explicativa da folha 8. Coordenação de J. T. Oliveira, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, 1992, p. 18.

<sup>12</sup> *Carta Geológica de Portugal Escala 1/50.000*, folha nº 44 – B (*Barrancos*), Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, 1977.

<sup>13</sup> *Ibidem*.

<sup>14</sup> *Ibidem*.

## 1.1.

### OS SOLOS E SUA CAPACIDADE DE UTILIZAÇÃO

Os solos de Noudar e suas imediações são caracterizados como Litossolos (ou esqueléticos) de xistos ou grauvaques, os tipos de solos predominantes entre a Ribeira da Murtega e o Rio Ardila. A Nordeste, até ao Rio Ardila e à fronteira definida por este curso de água, existem duas pequenas faixas de solos mediterrâneos vermelhos ou amarelos, estes já diferentes e com mais capacidades, as quais serão referidas mais à frente. O território entre a confluência da Ribeira da Murtega e o Rio Ardila, até mais a oriente, à fronteira com Espanha, possui um solo maioritariamente de características xistosas.

Mais a Noroeste, junto à fronteira luso-espanhola<sup>15</sup>, predominam ainda os solos de xisto, pelo que podemos constatar que a região da raia alentejana é uma zona onde a formação geológica dos xistos tem predominância.

Os xistos são rochas escuras<sup>16</sup>, bastante compactas, e de pouca permeabilidade<sup>17</sup>, sendo o espaço de Noudar bastante seco. Estes solos xistosos, da perspectiva do seu uso e capacidade produtiva, são considerados como solos de classe E<sup>18</sup>, não sendo susceptíveis de utilização agrícola, tendo limitações severas para pastagem e exploração florestal, podendo servir apenas para vegetação natural. A espessura reduzida e a elevada salinidade ou alcalinidade podem ser causas para condicionamentos no uso dos terrenos, onde só a vegetação natural consegue manter-se<sup>19</sup>. A vegetação como a

---

<sup>15</sup> *Carta dos Solos de Portugal, Escala 1/50.000*, folha nº 41 – C (*Mourão*), Lisboa, Secretaria de Estado da Agricultura, Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário, 1966.

<sup>16</sup> Cf. Victor M. Correia Pereira, “Substâncias Minerais não Metálicas do Distrito de Faro. Contribuição Para o seu Conhecimento”, Porto [s. n.], 1970, Separata de *Estudos, Notas e Trabalhos*, do Serviço de Fomento Mineiro, vol. XIX, Fasc. 3-4, p. 366.

<sup>17</sup> *Carta Hidrogeológica de Portugal Escala 1/1.000.000*. Coordenação de F. Moitinho de Almeida, Lisboa, Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1970.

<sup>18</sup> *Carta de Capacidade e Uso do Solo Escala 1/50.000*, folha nº 44 – A, Lisboa, Secretaria de Estado da Agricultura, Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário, 1965.

<sup>19</sup> Cf. “As Classes de Capacidade de Uso do Solo”, *Boletim dos Solos* nº 12, Lisboa, 1972, p. 15.

esteveva<sup>20</sup>, ligada às terras pobres, onde as formações xistosas estão em maioria, é uma dessas “presenças vegetais” nas planícies do sul de Portugal.



(A ribeira da Murtega e o rio Ardila, vistos de Sudoeste)

Na zona de Mourão, são igualmente os solos de classe E que predominam<sup>21</sup>. Junto ao rio Ardila, existem já terras passíveis de cultivo<sup>22</sup>, sendo considerados como solos de classe B<sup>23</sup>, com capacidade de uso agrícola elevado, riscos de erosão moderados e com possibilidades de utilização agrícola intensiva, entre outras utilizações, como a pastagem permanente, que é pouco comum no Sul do país, mas estas duas faixas de terreno<sup>24</sup> junto ao Ardila são férteis.

Existindo este tipo de terras tão junto de dois cursos de água, podem sofrer inundações em períodos de maior pluviosidade, o que afecta beneficemente as culturas, embora também exista a possibilidade de serem afectados por deficiência de água em períodos mais secos.

---

<sup>20</sup> Cf. Orlando Ribeiro, *Portugal – O Mediterrâneo e o Atlântico*, 3ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1967, p. 50.

<sup>21</sup> *Carta de Capacidade e Uso dos Solos Escala 1/50.000*, folha nº 41 – C (Mourão), Lisboa, Secretaria de Estado da Agricultura, Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário, 1966.

<sup>22</sup> *Carta Agrícola e Florestal de Portugal Escala 1/25.000*, nº 503, Lisboa, Secretaria de Estado da Agricultura, Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário, 1962.

<sup>23</sup> Cf. “As Classes de Capacidade de uso do Solo”, *Boletim dos Solos*, nº 12, p. 12.

<sup>24</sup> Pinho Leal refere-nos que as margens do Ardila “são em parte cultivadas e noutras arborizadas”. Cf. *Portugal Antigo e Moderno*, [...], vol I, *cit.*, p. 238.

## 1.2.

### AS CULTURAS

As culturas possíveis são as arvenses de sequeiro, folhosas diversas e montado de azinho<sup>25</sup>, sendo que este último é uma cultura que domina o território entre a confluência do Ardila com a Ribeira da Murtega, até à fronteira espanhola.

Passando a ribeira da Murtega para Sul, o montado de azinho domina as culturas, existindo uma parte inculta na curvatura da mesma ribeira, junto da elevação onde se ergue o castelo. No restante território entre a confluência dos dois cursos de água e a fronteira luso-espanhola, dominam os montados de azinho, embora as culturas arvenses de sequeiro e os terrenos incultos também existam, mas em menor número. É uma paisagem que sofreu algumas alterações durante os últimos noventa anos<sup>26</sup>, devido à presença humana na zona da raia, o que levou a importantes alterações da paisagem.

Observando a região raiana durante um determinado período de tempo (1892-1982), e particularmente a zona do castelo de Noudar, vemos que no final do século XIX, a zona tinha características pastoris, com terrenos de mato ou charnecas, e mais a Sul, uma grande extensão de montado de azinho. O sobreiro está presente, embora em menor quantidade.

Mais a oriente, na zona de Moura, domina o montado de azinho, recrudescendo as pastagens e aumentando o número de culturas arvenses de sequeiro. Em 1962<sup>27</sup>, na zona entre o rio Ardila e a ribeira da Murtega, dominam de novo os montados de azinho, incluindo uma pequena porção de arvenses de sequeiro, mas é a azinheira a cultura dominante.

---

<sup>25</sup> *Carta Agrícola e Florestal de Portugal Escala 1/25.000*, folha nº 503, Lisboa, Secretaria de Estado da Agricultura, Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário, 1962.

<sup>26</sup> *Carta Agrícola e Florestal de 1892, Redução do levantamento efectuado pela Direcção dos Trabalhos da Carta Agrícola do Reino*, folha nº 1, Lisboa, Direcção Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola, 1979.

<sup>27</sup> *Carta Agrícola e Florestal de 1962, Redução do levantamento efectuado pela Direcção dos Trabalhos da Carta Agrícola do Reino*, folha nº 2, Lisboa, Direcção Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola, Lisboa, 1979.

No entanto, entre esta data e o ano de 1982, na região Baixo Alentejana, o azinhal com cultura arvense em sobcoberto foi arrancado<sup>28</sup>, sofrendo o azinho, como consequência, uma redução, não só isolado, mas em associação com outras espécies. O panorama de culturas na zona de Noudar mantém-se durante vinte anos sem alterações significativas<sup>29</sup>.

As culturas arvenses de sequeiro também estiveram presentes entre este último período de vinte anos, cujas plantações aumentaram no Baixo Alentejo. Entre 1892 e 1982<sup>30</sup>, há mais desaparecimento de mato, redução das pastagens e é a azinheira que predomina, embora tivesse sofrido uma redução, convivendo com a cultura do zambujeiro. O montado de sobro aumenta, e a área de azinhal associado a outras espécies foi reduzida. O olival tem também um crescimento considerável, embora a área de olival novo tenha recrudescido nos últimos tempos.

Toda esta série de transformações agrícolas nesta região do Baixo Alentejo, durante noventa anos, deveu-se a uma tentativa de melhor aproveitamento dos solos, o que veio a equivaler a uma redução das pastagens, porque a maior parte desta área era constituída por terrenos em pousio, que posteriormente passaram a ser terrenos com culturas arvenses, culturas estas que passaram a ocupar mais de um terço da área cartografada.

Na maioria da zona Baixo Alentejana, neste período cronológico, houve um intenso desaparecimento de matos, maior redução das pastagens, e aumento da cultura arvense, houve, ainda, uma redução do azinhal, bem como das suas associações a oliveiras e sobreiros, aparecendo agora esta cultura com uma maior associação aos zambujeiros. O montado de sobro isolado e associado com azinheiras também aumenta, assim como o eucaliptal, além de um aumento significativo de albufeiras, que já se notava desde 1962, também devido ao aumento de culturas regadas e hortas.

No entanto, é de salientar a pouca transformação da paisagem agrícola da zona do castelo de Noudar durante quase um século. Ali estamos perante

---

<sup>28</sup> Cf. Duarte Silva, *Evolução do Uso do Solo de uma Região do Alentejo, Carta Agrícola e Florestal. Notas explicativas e comparação de áreas das culturas*, [s. l.], Direcção Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola, 1984, p. 16.

<sup>29</sup> *Carta Agrícola e Florestal de 1982, Redução do levantamento efectuado pela Direcção dos Trabalhos da Carta Agrícola do Reino*, folha nº 3, Lisboa Direcção Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola, 1983.

<sup>30</sup> Cf. Duarte Silva, *op. cit.*, p. 17.

uma paisagem pouco susceptível de transformação humana a longo prazo, devido à fraca qualidade do solo, às condições climatéricas não favoráveis para uma boa exploração agrícola, actividade económica que nunca foi predominante na zona, às quais se junta um baixo índice demográfico, e pelo facto que a principal fonte de rendimento da zona de Noudar ser a pastorícia.

Tudo isto levou à desertificação do sítio do sítio e ao afastamento do mesmo de Barrancos.

## 1.3.

### A FIXAÇÃO DE UMA COMUNIDADE HUMANA:

#### OUTROS FACTORES

Como já foi referido anteriormente, as capacidades do solo circundante a Noudar são muito pobres e com poucas possibilidades agrícolas, embora algumas áreas cultivadas tenham algumas possibilidades de desenvolvimento, nomeadamente no domínio da pastorícia. A plantação da azinheira e a vegetação natural de esteva<sup>31</sup> são as culturas predominantes nesta zona de grandes planícies, sendo que os montados de azinho são importantes na criação de porcos, reunidos em grandes varas.

Se o solo não dá “pão”, então a pastorícia é uma alternativa, sendo os ovinos e caprinos fornecedores de produtos com bastante importância na vida das populações raianas e um dos seus principais meios de subsistência, se não o principal. São espécies que se adaptam aos solos pobres sem grandes pastos, e onde introduzidos, conseguem ser animais rentáveis<sup>32</sup>, pois a obtenção de lã era a finalidade da criação de rebanhos de ovelhas, embora a sua carne pudesse ser também consumida.

A venda de cabeças de gado também estava nas intenções dos proprietários dos animais, para a obtenção de lucro, cuja totalidade da venda do rebanho tinha vários destinos, sendo um deles os ordenados dos pastores<sup>33</sup>. Estes últimos recebiam como salário parte dos produtos do rebanho<sup>34</sup>, pago em queijo, manteiga, lã e uma parte das crias, pois os ordenados dos pastores, até ao século XV, só esporadicamente são pagos em dinheiro.

O proprietário do rebanho e o pastor são aqui duas pessoas que se relacionam entre si, através de certas disposições que se deviam cumprir

---

<sup>31</sup> Cf. Orlando Ribeiro, *op. cit.*, p. 50.

<sup>32</sup> Cf., Maria José Lagos Trindade, “O pastoreio em Portugal nos séculos XII a XVI”, *Estudos de História Medieval e Outros*, Lisboa, Cooperativa Editora História Crítica, Lisboa, 1991, p. 59.

<sup>33</sup> Cf. *idem*, *ibidem*, p. 59.

<sup>34</sup> Cf. *idem*, *ibidem*, p. 54.

quando o dono dos animais contratava alguém para tomar conta dos mesmos.<sup>35</sup>

A transumância, devido ao relevo e ao clima, exerce influência sobre populações que vivem em zonas pouco férteis. Esta deslocação periódica de rebanhos e homens através de longos percursos de espaço e tempo, é um factor importante da relevância da pastorícia como forma de subsistência e mesmo riqueza, seja daqueles que possuíam os rebanhos, ou então dos que o guardavam e faziam disso o seu modo de vida<sup>36</sup>.

Devido às grandes distâncias que a actividade provocava, era necessária uma organização bastante cuidada<sup>37</sup>, pois os gados deslocavam-se para muito longe, à procura dos melhores pastos. Em Portugal, essa organização era imposta pelo interesse do poder central neste tipo de actividade, que conferia a responsabilidade organizacional da mesma às autoridades municipais. Em Castela, era a *Mesta* que exercia essa organização, auxiliada pelo poder central, ou muitas vezes desavinda com o mesmo.

Os pastores da região da Serra da Estrela, de Abril a Novembro<sup>38</sup>, com os seus rebanhos, permaneciam no mesmo local, saindo no dia de S. Martinho, dirigindo-se depois para os pastos de Inverno, no Vale do Douro, Beira Baixa e Alentejo. Os rebanhos de *Entre Tejo e Odiana* deslocavam-se para a Estremadura, zona mais segura.

A transumância implicava a utilização das chamadas *canadas*<sup>39</sup>, que se destinavam à sua circulação, transgredindo os gados os limites e privilégios dos locais que atravessavam. Eram então necessárias compensações pelos estragos causados pelos animais, criando-se um imposto, o chamado *montado*<sup>40</sup>, que incidia sobre os pastos e que foi generalizado por todo o reino. Sabemos da existência do *montado* na vila de Noudar, através do foral

---

<sup>35</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 51.

<sup>36</sup> Cf. Orlando Ribeiro, *op. cit.*, p. 21; Cf. Maria José Lagos Trindade, *op. cit.*, p. 27.

<sup>37</sup> Cf. Maria José Lagos Trindade, *op. cit.*, p. 34.

<sup>38</sup> Cf. idem, *ibidem*, pp. 37-38.

<sup>39</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 36.

<sup>40</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 27.



manuelino de 17 de Outubro de 1513<sup>41</sup>, onde o rei faz saber que todos os pastos do termo da vila pertencem à Ordem de Avis, e que ninguém lá entrará ou pastará gado, sejam vizinhos ou pessoas de fora, portugueses ou castelhanos, a não ser que acordem com os proprietários da terra a autorização de pasto, de acordo com o preço que os mesmos se farão pagar.

As deslocações periódicas de rebanhos estavam também inseridas nas relações fronteiriças da Idade Média entre Portugal e Castela<sup>42</sup>. As deslocações de gados muitas vezes não conheciam fronteiras<sup>43</sup>, políticas ou regionais, pelo que era necessário regular as entradas em zonas de pastagem para lá dos limites fronteiriços de um reino. Havia rebanhos vindos de Castela em Portugal, pois os percursos entre os pastos de Verão e os de Inverno para oriente eram longos e difíceis<sup>44</sup>.

Os rebanhos de Portugal também podiam passar para o outro lado da fronteira, à procura de melhores pastos, havendo então uma reciprocidade de passagens de gado de ambos os lados da fronteira, e o Alentejo, nos sécs. XV e XVI<sup>45</sup>, é uma das grandes zonas de passagem de gados de Castela que entram em Portugal, sendo Noudar uma das portas de entrada para esses gados transumantes, embora a maioria dos gados que entram pelo Sul de Portugal, pelo Alentejo, se dirijam para os Campos de Ourique.

Nesta situação, o castelo de Noudar serviria como um centro ordenador e controlador de rebanhos, pois a passagem dos mesmos não deveria ser descuidada, havendo mesmo queixas aos monarcas portugueses por parte dos criadores em Portugal<sup>46</sup> (D. João II recebeu queixas nas cortes de Évora de 1481-82 do excesso de rebanhos castelhanos nos campos do Alentejo, que

---

<sup>41</sup> Cf. Luís Fernando de Carvalho Dias, *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve conforme o exemplar da A. N. T.T. de Lisboa. Entre Tejo e Odiana*, [s. l.], Edição do autor, 1965, pp. 85-86.

<sup>42</sup> Cf. Julieta Araújo, *Relações de Fronteira na Idade Média: A Transumância*, Porto, [s. n.], 1998. Separata da *Revista da Faculdade de Letras - História, II Série*, vol. XV, p. 236.

<sup>43</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 233.

<sup>44</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 236.

<sup>45</sup> Cf. Maria José Lagos Trindade, *O Pastoreio em Portugal [...]*, *cit.*, p. 44.

<sup>46</sup> Cf. Maria José Lagos Trindade, *op. cit.*, p. 45.

acabavam com os pastos), podendo haver então um limite à entrada de gados castelhanos em Portugal.

O controlo da entrada e saída dos rebanhos de Portugal era muito importante, caso se verificasse algum furto ou que em algum rebanho castelhano fossem animais comprados em Portugal, sem as condições especiais em que um estrangeiro teria a mesma oportunidade<sup>47</sup> de um natural, situação que os Alcaides das Sacas e Contadores de rebanhos precaviam<sup>48</sup>, controlando a entrada e saída de rebanhos do reino.

A transumância fazia da raia um local de importância fulcral para a economia do reino, devido à importância que a actividade ganadeira tinha, não só a nível local, como também a nível nacional, sendo protegida pelos monarcas. A questão das entradas de rebanhos no reino deveria ser controlada, para evitar roubos e negócios duvidosos de venda de gado, e aqui Noudar desenvolveria um papel importante neste controlo.

Podemos considerar que a pastorícia é uma actividade importante nos terrenos pouco férteis, e na economia dos reinos em geral, pois é uma alternativa aos terrenos pouco férteis, e é uma actividade que pode ter interferência do poder central ou não.

Devido à relativa proximidade geográfica da região raiana portuguesa com a zona mediterrânea, podemos eventualmente dizer que as influências mediterrânicas se fazem sentir nesta zona nos seus mais diversos aspectos, tais como o clima, culturas, manto vegetal, pastoreio, modo de vida, etc. Aqui a produtividade é tudo (ou quase tudo) de acordo com o que a natureza oferece, estando o espaço em estudo incluído numa grande área territorial com o mesmo conjunto de paisagens<sup>49</sup>, com características mediterrâneas.

Não estamos perante uma zona de grande densidade populacional, com uma economia baseada na agricultura mas antes numa região periférica longe do poder central, embora a presença de gados transumantes na zona de Noudar possa indicar a integração do local na dinâmica directa entre poder

---

<sup>47</sup> Cf. *idem*, *ibidem*, p. 45.

<sup>48</sup> Cf. Julieta Araújo, *op. cit.*, p. 238.

<sup>49</sup> Cf. Orlando Ribeiro, *Portugal - O Mediterrâneo [...]*, *cit.*, mapa V.

central e estruturas periféricas<sup>50</sup>, no sentido em que o centro, como entidade essencialmente activa é promotor de uma actividade económica, esta de importância crucial na economia local, pois estamos perante um espaço que está longe do mar e a uma distância considerável de grandes centros urbanos<sup>51</sup>.

Noudar está, efectivamente, durante época islâmica, e posteriormente em época cristã, longe de grandes centros polarizadores do Andaluz, como Beja, Sevilha, Silves ou Niebla, devido ao seu carácter rural<sup>52</sup>. É portanto, uma região pobre em actividades produtivas, no entanto não deixa de ser um espaço de entrada sazonal, onde, nos sécs. XV e XVI, havendo três grandes zonas de entrada de gados castelhanos em Portugal, e uma delas era o Alentejo, o campo de Noudar era uma das passagens alentejanas para o reino português, e daí os rebanhos dirigiam-se a Moura, tendo Noudar aqui bastante importância, em termos de fiscalização, e também eventualmente em entrada de produtos em Portugal, vindos com a deslocação de rebanhos, pelo que teria também uma função de fiscalização comercial.

A agricultura<sup>53</sup> é a base da economia mediterrânea e portuguesa, sendo que as boas terras das planícies mediterrânicas cedo atingiram alto valor cultural e forte densidade populacional, o que não é o caso nas planícies que envolvem o castelo de Noudar.

No entanto, mais a oriente, o território de Beja, na Idade Média<sup>54</sup>, possuía uma grande extensão de terras argilosas, os chamados *barros de Beja*, terras que tinham boas condições para a plantação cerealífera. Produziam-se em Beja grandes quantidades de Trigo, que poderia ser utilizado para panificação, uma actividade que era dominante nesta zona.

---

<sup>50</sup> Cf. José Varandas, *BONUS REX ou REX INUTILIS – As Periferias e o Centro; Redes de Poder no Reinado de D. Sancho II (1223 -1248)*. Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003, p. 415.

<sup>51</sup> Cf Miguel Rego, “A Ocupação Islâmica de Noudar”, *Arqueologia Medieval*, nº 8, Porto, Maio 2003, p. 77.

<sup>52</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 77.

<sup>53</sup> Cf. Orlando Ribeiro, *op. cit.*, p. 33.

<sup>54</sup> Cf. FERNANDES, Hermenegildo Nuno Goinhas, *Organização do Espaço e Sistema Social no Alentejo Medieval. O caso de Beja*. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1991, p. 47.

Tudo isto contrasta com as terras xistosas e pouco férteis da raia luso-castelhana, onde a agricultura não possuía bons campos para se implantar como actividade produtiva dominante, durante a Idade Média.

## 2.

### UM BREVE CONSPECTO HISTÓRICO

Para trabalhar a conquista da raia alentejana, e mais especificamente Noudar, existe bibliografia diversificada, embora nem toda ela nos possa elucidar sobre o problema da situação do castelo referido no contexto político-militar peninsular.

Em primeiro lugar, como referência bibliográfica geral, temos as *Histórias de Portugal*, obras de carácter geral e descritivo dos factos, que são sempre necessárias para se saber o contexto político, social, económico que envolvia o reino português dentro de determinado período cronológico.

As Histórias de Portugal são sempre um grande auxiliar, pois são elas que assumem um papel de referência geral dos estudos históricos de um determinado país, no que concerne à divulgação a um público mais geral. Estamos, no entanto, a trabalhar uma área geográfica específica, que comporta uma ou mais populações específicas, que tinham aspectos culturais diferentes das outras comunidades do reino.

Estamos perante uma sociedade de fronteira, específica nas suas vivências culturais, pelo que as histórias não lhe dão muita atenção, pois são a "historiografia do geral", não havendo referências específicas àquilo que muitas vezes nos propomos a estudar ou mesmo nenhuma, e nem é suposto que as tenham, pois sendo uma região tão afastada dos centros populacionais mais importantes e praticamente à margem dos grandes acontecimentos que marcaram a história da nação portuguesa, é natural que pouco se refiram a Noudar, então para isso teremos que recorrer às obras específicas sobre o assunto que estão disponíveis, se quisermos saber mais ou mesmo levar adiante um estudo mais exaustivo.

As Histórias de Portugal são obras de carácter geral, mas cada História de Portugal, de diferentes direcções, de investigadores diferentes, especializações diferentes, e contendo mesmo âmbitos cronológicos diferentes, têm de ter igualmente características diferentes. Em seguida, tratam-se os "pontos" que achei mais pertinentes utilizar para o meu estudo da conquista da

raia alentejana no geral, e no caso específico de Noudar, e de cada uma das diversas Histórias que utilizei. Mesmo tratando-se de histórias gerais, também se dará ênfase à arqueologia, ciência que tantos e bons contributos no dá para o presente estudo.

## 2.1.

### AS HISTÓRIAS GERAIS DE PORTUGAL

O castelo de Noudar é muito pouco referido pelas histórias gerais, devido à sua situação periférica, aparecendo na maioria das vezes no contexto do tratado de Alcanizes e das reformas de D. Dinis no contexto da defesa do reino através dos castelos de fronteira<sup>55</sup>. O castelo de Noudar, pertencente ao termo de Moura, como diz Francisco Brandão<sup>56</sup>, estaria numa situação secundária, face a esta última localidade, pelo que viria sempre seguindo esta localidade nas suas passagens de proprietários, sendo Moura um local mais importante estrategicamente pelas referências que lhe são feitas. Noudar não receberia muita importância do ponto de vista referencial, o que saliente, não diminuiria a sua importância.

As referências ao castelo são escassas e são todas enquadradas no contexto político-militar nacional, face às relações com o reino vizinho de Castela.

As Histórias de Portugal fazem uma exposição dos acontecimentos da conquista da raia alentejana, tratam o avanço cristão para o Sul da península<sup>57</sup>, fazendo uma articulação entre os acontecimentos da reconquista do lado de cá da fronteira com o avanço leonês na Estremadura espanhola, nomeadamente a relação das quedas de Cáceres e Badajoz em 1227, com as conquistas portuguesas no Alentejo. As conquistas leonesas facilitaram a ocupação portuguesa da margem esquerda do Guadiana, e o seu avanço para o sul, até ao Algarve, porque com a queda das respectivas fortalezas aos pés de D. Afonso IX de Leão, os bastiões muçulmanos alentejanos ficariam sem a

---

<sup>55</sup> Cf. *História de Portugal*. Direcção de José Mattoso, vol. II - *A Monarquia Feudal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, pp. 151-154.

<sup>56</sup> Cf. Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana*, [...], cit., p. 233.

<sup>57</sup> Cf. Por exemplo *Historia de Portugal*. Direcção de José Mattoso. vol. II, *-A Monarquia Feudal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p. 123; Maria Alegria Fernandes Marques, “As Etapas de Crescimento do Reino”, *Nova História de Portugal*. Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III – *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do séc. XIV*. Coordenação de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 43-47; Mário Barroca, “História das Campanhas”, *Nova História Militar de Portugal*. Direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 54-66.

hipótese de receberem reforços, oportunidade que os portugueses aproveitaram.

A fortaleza de Noudar, estando inserida neste espaço de fronteira, primeiramente com o muçulmano, foi possivelmente conquistada para “mãos cristãs” nos anos trinta do século XIII, altura em que Moura e Serpa também foram tomadas<sup>58</sup>. Estando o castelo de Noudar no termo de Moura, e acompanhando esta localidade em inúmeras transições de proprietários que a margem esquerda do Guadiana teve, é possível que tenha vindo para a coroa portuguesa nesta altura.

Os artigos das histórias gerais sobre fortificações são igualmente importantes na aquisição de informação de técnicas construtivas de estruturas defensivas e o seu material, herdadas da civilização islâmica<sup>59</sup>, pois o local conheceu inúmeras ocupações humanas ao longo da sua existência.

A arqueologia, face à falta de fontes escritas que refiram a importância de núcleos populacionais e centralizadores, é uma ciência que pode trazer contributos muito importantes para a compreensão da ocupação humana de um sítio, através de materiais arqueológicos, que são bons indicadores de modos de vida, riqueza pessoal, comércio (importação e rotas), pois os historiadores árabes falam pouco de Serpa e Moura<sup>60</sup>, localidades relativamente próximas de Noudar.

Temos também informação sobre o povoamento islâmico dos territórios próximos do rio Guadiana, uma ocupação populacional que englobava vários centros importantes no Alentejo, como *Maura* (Moura), *Baja* (Beja), *Sirpa* (Serpa) e *Martula* (Mértola)<sup>61</sup>. Temos, não só a menção da conquista dessas localidades islamizadas, mas também a amplitude da “reconquista” portuguesa e a ocupação dela decorrente entre os séculos XII e XIII<sup>62</sup>. Este avanço cristão,

---

<sup>58</sup> Cf. Maria Alegria Fernandes Marques, *op. cit.*, p. 46.

<sup>59</sup> Cf. Helena Catarino, “A Ocupação Islâmica”, *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos nossos dias*. Direcção de João Medina, vol. III – “O Mundo Luso Romano II - Portugal Medieval I”, Ediclube, 2004, pp. 343 - 349; Cf. Mário Barroca, “Arquitectura Militar”. *Nova História Militar de Portugal*. Direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, p. 115.

<sup>60</sup> Cf. José Garcia Domingues, “O Garb Extremo do Andaluz e “Bortuqal” nos historiadores e geógrafos árabes”, Lisboa, [s. n.], 1960. *Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, p. 346.

<sup>61</sup> Cf. A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal - Desde os tempos mais antigos até ao governo do Sr. Marcelo Caetano*, 2ª ed., Lisboa, Edições Agora, 1973, p. 94.

<sup>62</sup> Cf. *idem*, *ibidem*, p. 112.



era um movimento que, sendo comum à cristandade peninsular e deslocando-se para o sul, fazia com que os respectivos estados ibéricos considerassem as zonas de fronteira com o Islão como suas áreas de conquista<sup>63</sup>, sendo esta a experiência guerreira portuguesa durante os séculos referidos.

Observamos, pois, que não é intenção da historiografia geral mais recente de dar muito ênfase a locais específicos, nem o deve ser, para isso existem publicações próprias, de âmbito regional e local.

Existe também a necessidade de consulta de uma perspectiva de obras mais recuadas, em termos cronológicos, pois outros autores se ocuparam da história de Portugal em períodos e épocas cronológicas diferentes da nossa<sup>64</sup>, mas de onde conseguimos retirar também informação preciosa para o nosso trabalho, embora também estas pouco ou nada refiram sobre o caso específico de Noudar.

Herculano<sup>65</sup> refere a conquista do espaço a leste do Guadiana como “*mais uma prova brilhante da índole guerreira de Sancho*”, e onde mais uma vez são Moura e Serpa que têm destaque. Também serão mencionadas por este autor na questão sobre a posse do Algarve, entrando a margem esquerda do Guadiana no contencioso entre D. Afonso III de Portugal e D. Afonso X de Castela<sup>66</sup>.

O mesmo autor, para “construir” a sua *História de Portugal*, conseguiu fazer uma reunião de diversos tipos de fontes, como monumentos históricos da literatura árabe, bulas pontifícias e forais, mal conhecidas e utilizadas, que lhe permitiram realizar a sua obra e trazer muita informação à história medieval de Portugal, dando um contributo muito importante à historiografia portuguesa em geral.

---

<sup>63</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 110.

<sup>64</sup> Cf., Alexandre Herculano, *História de Portugal - Desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*. Prefácio e notas críticas de José Mattoso, 4 Tomos, Amadora, Livraria Bertrand, 1980; Oliveira Martins, *História de Portugal*. Edição crítica com introdução de Isabel de Faria e Albuquerque. Prefácio de Martim de Albuquerque, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa Moeda, 1985.

<sup>65</sup> Cf. Alexandre Herculano, *op. cit.*, Tomo II, p. 422.

<sup>66</sup> Cf. idem, *ibidem*, Tomo III, p. 40.

Já Oliveira Martins refere a conquista do Alentejo por D. Sancho II, como uma “caminhada”<sup>67</sup> em direcção ao Algarve. Toma uma posição favorável ao monarca deposto D. Sancho II, dizendo que a coroa cai obscuramente nas mãos de um usurpador, o seu irmão D. Afonso, o futuro D. Afonso III, rei de Portugal.

Existe outra referência, da primeira metade do século XX, nas histórias gerais de Portugal, onde Noudar recebe destaque sobre a sua incorporação na coroa portuguesa pelo acordo da Guarda de 1295<sup>68</sup>, ratificado mais tarde em Ciudad Rodrigo. Ângelo Ribeiro<sup>69</sup> dá-nos uma referência de Noudar como sendo entregue a Portugal no contexto da vinda de outros castelos para o reino português, como os de Moura, Serpa e Mourão.

Houve estrangeiros que se debruçaram sobre a história de Portugal, onde, evidentemente, as referências relativamente a Noudar ou à margem esquerda do Guadiana são escassas ou inexistentes. Temos o exemplo da História de Portugal de Henrique Schaefer<sup>70</sup>. Este autor era bastante elogiado por Alexandre Herculano<sup>71</sup>, que o considerava como o maior investigador estrangeiro que se ocupou da história de Portugal. A sua obra, no entanto, é de um carácter bastante geral. Faz alusão à situação política do reino e que D. Sancho II foi o rei, até ao seu tempo, que mais trabalhou para o alargamento das fronteiras do reino português.

Este investigador fala das conquistas alentejanas deste monarca português, mencionando Elvas, Moura e Serpa, mas não faz referência a Noudar<sup>72</sup>.

---

<sup>67</sup> Cf. Oliveira Martins, *op. cit.*, p. 99.

<sup>68</sup> Cf. Ângelo Ribeiro, “Últimas conquistas e definição territorial”. *História de Portugal*. Direcção de Damião Peres, Edição Monumental Comemorativa do 8º Centenário da Fundação da Nacionalidade, vol. II, *Primeira Época (1128-1411)*, Porto, Portucalense Editora, 1929, p. 270.

<sup>69</sup> Cf. *idem*, *ibidem*, p. 270.

<sup>70</sup> Cf. Henrique Schaefer, *História de Portugal - Desde a Fundação da Monarquia até à Revolução de 1820* [Ed. Original em alemão, 1836 – 54]. Vertida fiel e integral e directamente por F. de Assis Lopes, continuada sob o mesmo plano até aos nossos dias por J. Pereira Sampaio, Volume I, Porto, Escritório da Empresa Editora, 1893, p. 152-153.

<sup>71</sup> Cf. Rui d’Abreu Torres, “SHAEFER, Henrique”, *Dicionário de História de Portugal*. Direcção de Joel Serrão, vol. III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 802; Sérgio Campos Matos, *Historiografia e Memória Nacional*. 1846 – 1898, Lisboa, Edições Colibri, 1998, p. 67.

<sup>72</sup> Cf. Henrique Schaefer, *op. cit.*, p. 153.

Pinheiro Chagas<sup>73</sup> refere-nos a conquista da margem esquerda do Guadiana, mas não fala de Noudar, é uma obra com bastantes ilustrações, onde a visualização dos feitos militares medievais portugueses é particularmente enfatizada, como se fosse um complemento importante do âmbito textual, mas faltam-lhe informações pormenorizadas sobre esta fortaleza alentejana.

A obra de Fortunato de Almeida<sup>74</sup> *História de Portugal* tem uma referência a Noudar, sobre a entrega do castelo a Portugal, que pertencia ao termo de Moura, o que foi feito em Outubro de 1295. Também dá importância às conquistas portuguesas do tempo de D. Sancho II<sup>75</sup>, e ao contencioso com Castela pelo domínio do Algarve<sup>76</sup>.

O castelo de Noudar aparece esporadicamente em diversas obras gerais e em situações específicas, inserido em contextos diplomáticos e políticos. O local também tem interesse no estudo da organização administrativa do reino<sup>77</sup>, nomeadamente de tipo fiscal, e embora sejam pequenas referências, não devemos menosprezar também este tipo de informação, como a incorporação do referido local no almoxarifado de Beja.

Temos também outras referências a Noudar, de novo como fazendo parte da política de reconstrução de fortalezas fronteiriças e também do seu couto de homiziados, um dos poucos de Portugal<sup>78</sup>.

Não podemos dizer que Noudar foi completamente ignorada pela historiografia geral nacional, era um posto avançado em frente a território castelhano que protegia uma passagem para Portugal, como já anteriormente foi referido, portanto, era uma fortaleza com alguma importância. A historiografia geral, seja de que época for, não confere muita importância a

---

<sup>73</sup> Cf. Manuel Pinheiro Chagas, *História de Portugal Popular e Ilustrada*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1904, pp. 72-73.

<sup>74</sup> Cf. Fortunato de Almeida, *Historia de Portugal - Desde os Tempos Pré-Históricos até à aclamação de D. João I*, Tomo I, Coimbra, Edição do autor, 1922, p. 243.

<sup>75</sup> Cf. idem, *ibidem*, pp. 208-209.

<sup>76</sup> Cf. idem, *ibidem*, pp. 216-217.

<sup>77</sup> Cf. A. H. de Oliveira Marques, "Administração Fiscal", *Nova História de Portugal*. Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. IV - *Portugal na Crise dos sécs. XIV e XV*, Lisboa, Editorial Presença, 1986, p. 300.

<sup>78</sup> Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, vol. I - *Estado, Pátria, Nação (1080-1415)*, Lisboa, Verbo, 1978, p. 331.

locais específicos, o que se entende, esse trabalho é deixado para a historiografia regional e local e publicações mais específicas de outras áreas de estudo com ligações à história, nomeadamente a arqueologia.

## 2.2.

### O CASTELO DE NOUDAR NA HISTORIOGRAFIA

#### REGIONAL PORTUGUESA

Tendo já sido referido que Noudar não tem, efectivamente, um grande impacto historiográfico nas obras gerais, vai ter “visibilidade” com artigos diversos de vários investigadores (não necessariamente historiadores) que se quiseram ocupar dos temas da fronteira e também deste caso específico, não havendo uma ligação exacta e imediata entre o dito castelo e os estudos da fronteira do Baixo Alentejo.

Há referências àquela fortaleza desde muito cedo, nas publicações culturais do século XX, muitas delas não sendo necessariamente de história, como é o caso de “*O Archeologo Português*”, onde temos referências ao castelo de Noudar<sup>79</sup>, referências do início do século XX, é certo, mas são informações que devem ser sempre tidas em conta.

Outra informação importante é sobre a etimologia do topónimo Noudar, escrito *Nodar*, que é apontado como tendo origem germânica<sup>80</sup>. Temos também informações mais recuadas, do século XVIII<sup>81</sup>, trazidas por Francisco Brandão, onde encontramos uma referência explícita de que Noudar pertencia no século XIII ao termo de Moura. Este autor refere ainda que em 1295, antes do tratado de Alcanizes, esta vila com o seu castelo estariam já ambos sob o domínio português.

Existem outros artigos publicados sobre a chamada “raia alentejana” com um âmbito cronológico bastante dilatado<sup>82</sup>, onde Noudar é igualmente

---

<sup>79</sup> Cf. José Leite de Vasconcelos, “Noudar”, *O Archeologo Português*, vol. VII, Lisboa, 1903, p. 261; Pedro Azevedo, “Auto d’uma posse do Castello de Noudar e inventário do que lá existia no século XVI”. *O Archeologo Português*, vol. V, Lisboa, 1903, p. 146.

<sup>80</sup> Cf. José Leite de Vasconcelos, *Opúsculos*. vol. III - Onomatologia, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, p. 287.

<sup>81</sup> Cf. Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana*, [...], Parte V, p. 232.

<sup>82</sup> Cf. João Cosme, “O Reflexo das rivalidades luso-castelhanas no espaço Raiano (1165-1580). O caso dos concelhos de Moura, Mourão, Olivença e Serpa”, *Revista de Estudos Extremeños*, Tomo XLVIII, nº 2, Badajoz, 1992, pp. 377-401.

referida, mas de novo como incorporada no território da margem esquerda do Guadiana, espaço que muda muitas vezes de mãos durante o século XIII.



(Castelo de Noudar, visto da estrada de acesso desde Barrancos)

Ainda sobre os artigos mais recuados cronologicamente, temos informações que nos são trazidas pelo *Arquivo de Beja*<sup>83</sup>, publicação dos anos 40 do século XX.

Façamos referência ainda ao artigo de Gustavo de Matos Sequeira<sup>84</sup>, este dando destaque a Noudar por inteiro, enfatizando a ocupação cristã da fortaleza, descrevendo a fortaleza, e enquadrando-a historicamente, desde a doação de D. Afonso X a D. Beatriz, sua filha e rainha de Portugal, até ao seu abandono, cerca de 1825<sup>85</sup>, pois desde o século XVIII que o sítio vinha a perder habitantes<sup>86</sup>. É uma publicação do início do século XX, e como tal, tem evidentemente diversas lacunas, devido ao facto de os “aparelhos conceptuais” do autor não serem os que dispomos hoje em dia.

Nem sempre todos os artigos sobre Noudar são de natureza historiográfica, a arqueologia também tratou a questão deste local<sup>87</sup>, dando-nos

---

<sup>83</sup> Cf. J. M. Cordeiro Sousa, “Referência a algumas vilas do distrito de Beja na Historia Eclesiástica de Badajoz”, *Arquivo De Beja*, Beja, Boletim da Câmara Municipal, vol. V, Fascículos III e IV, Julho/Dezembro de 1948, pp. 342-344.

<sup>84</sup> Cf. Gustavo de Matos Sequeira, *Noudar - Notícia Histórica*, Lisboa, 1909, Separata do *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, pp. 7-15.

<sup>85</sup> Cf. idem, *ibidem*, pp. 8-13.

<sup>86</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 13.

<sup>87</sup> Cf. Miguel Rego, “Investigações Arqueológicas no Castelo de Noudar”, [...], *cit.*, pp. 37-53; Miguel Rego, “A Ocupação Islâmica de Noudar”, [...], *cit.*, pp. 69-82.

uma aproximação às diversas etapas cronológicas de ocupação humana no sítio, procurando tratar a sua cronologia através dos materiais encontrados, como as cerâmicas, enquadrando esses materiais em diferentes períodos cronológicos, consoante paralelismos feitos com achados em outros locais. O estudo de espólio arqueológico ligado à mineração é bastante importante, pois explica a presença de uma actividade que caracteriza este sítio na pré e proto-história, um aproveitamento da presença e exploração de minério, nomeadamente chumbo.

A arqueologia<sup>88</sup> também trata do contexto geográfico, aliando este último ao histórico, situando o castelo dentro de uma determinada paisagem, a sua incorporação na administração do território peninsular islamizado, o tipo de estruturas que o castelo apresenta, das quais pode derivar a sua função. A arqueologia socorre-se sempre do suporte material cerâmico, como auxiliar importante na datação da ocupação do local do castelo de Noudar.

A epigrafia, é uma área de estudo que também deu alguma importância ao sítio deste estudo<sup>89</sup>, através das lápides funerárias encontradas, e que ajudou certamente na determinação de um determinado período de ocupação cronológica do sítio, nomeadamente o islâmico, com o aparecimento da datação do óbito numa delas, que pertencia ao século XI.

A informação acerca dos materiais construtivos de estruturas militares, já referida anteriormente nas histórias gerais, é também trazida por artigos que estão incluídos em catálogos de exposições<sup>90</sup>, textos de natureza arquitectónica e também arqueológica. Podemos encontrar referências sobre a constituição das suas muralhas e técnicas construtivas, além da origem cronológica e civilizacional das mesmas.

Os estudos sobre os castelos portugueses têm interesse desde décadas recuadas do século XX, como a década de sessenta, o que mostra uma sensibilidade do mundo científico português da área de ciências humanas e

---

<sup>88</sup> Cf. Miguel Rego, “A Ocupação Islâmica de Noudar”, [...], *cit.*, pp. 70-78.

<sup>89</sup> Cf. Artur Goulart de Melo Borges, “Inscrições Árabes de Noudar”, *Arqueologia Medieval*, nº 2, Lisboa, 1993, pp. 215-217; Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa*, vol. I, Porto, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995, p. 52.

<sup>90</sup> Cf. Fernando Branco Correia, “Fortificações Islâmicas do Gharb”, *Portugal Islâmico - Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 193-206.

arquitectura para este tipo de investigação, embora o castelo de Noudar não figure nas preocupações dos investigadores que se debruçaram sobre esta temática<sup>91</sup>.

Obras dos anos sessenta, apresentam informação sobre estas estruturas, uma listagem algo extensa de castelos, embora o castelo em questão não esteja referido, sendo então colocado “marginalmente” no plano historiográfico e arquitectónico do país. Pode haver várias razões para que o castelo de Noudar não seja referido em muitas obras que têm como principal temática o estudo dos castelos, nomeadamente a distância e acessos a determinados locais, onde se perderia muito tempo e verbas, também porque na altura da publicação de muitas destas obras, as vias de comunicação não estarem tão desenvolvidas como estão hoje.

Note-se que ainda hoje existem dificuldades de acessos, pois como já referi anteriormente, a via de Barrancos a Noudar está em bastante mau estado.

No entanto, encontramos obras sobre estruturas fortificadas onde Noudar está presente<sup>92</sup>, como roteiros de monumentos militares, que têm bastante informação sobre esta fortaleza raiana, tanto geográfica como histórica, apresentando plantas e fotografias, nomeadamente uma destas últimas é aérea, que possivelmente só estaria ao alcance dos militares, estatuto que possui o autor da obra. Outros roteiros referem primeiramente a vila de Barrancos, dando depois importância ao castelo de Noudar, com um pequeno enquadramento histórico da fortaleza.

Temos também obras mais recentes sobre castelos<sup>93</sup>, que apresentam fotografias das estruturas, e onde Noudar está presente. Apresenta um pequeno enquadramento histórico do castelo, com imagens, inserindo a fortaleza num contexto histórico que envolve todo o Alentejo e suas fortalezas. São obras cujo objectivo é divulgação cultural e turística, não têm a

---

<sup>91</sup> Cf. Jorge Figueiredo, *Os Castelos na História de Portugal*. vol. I, Lisboa, Edição do autor, 1964, pp. 413-414; Damião Peres, *A Gloriosa História dos mais Belos Castelos de Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1969, pp. 14-15.

<sup>92</sup> Cf. Gustavo de Matos Sequeira, “Castelo de Noudar”, *Guia de Portugal, Estremadura, Alentejo, Algarve*, vol. II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1927, pp. 174-175; João de Almeida, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, Lisboa, Edição do autor, 1948, pp. 304-311; *Tesouros Artísticos de Portugal*. Orientação e Coordenação de José António Ferreira de Almeida, Lisboa, Selecções do Reader's Digest, 1976, pp. 412.

<sup>93</sup> Cf. *Os Mais belos Castelos de Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Verbo, 1986, pp. 234-277.



preocupação de fornecer elementos para um estudo aprofundado sobre estruturas fortificadas.

Quanto a publicações cujos autores de facto “elegeram” o castelo de Noudar como “alvo” principal do seu estudo, existe uma monografia (datada de 1986), sobre o referido castelo, sendo das poucas monografias existentes que centraliza a sua atenção por completo neste sítio<sup>94</sup>, sobre os seus mais diversos aspectos.

Para o estudo de Noudar, existe outro artigo onde o local é estudado como integrante da fronteira raiana<sup>95</sup>, sendo que aqui a questão da memória popular é muito importante, pois suporta demarcações fronteiriças, através do recurso a fontes. Nesta zona<sup>96</sup>, desenvolve-se uma consciência de diferenciação fronteiriça, onde a memória dos integrantes do espaço em estudo tem um papel importante, perante os enviados do poder central, que têm o objectivo de captar uma memória oficial, através dos instrumentos de que o mesmo poder dispõe, o suporte escrito, que serve de base a essa memória do poder.

A memória das populações é oral, articula-se através de recordações e esquecimentos, e vai alimentar a oficial, que a usa segundo os seus propósitos<sup>97</sup>.

Existem obras de carácter geográfico, que são também um importante contributo para o estudo da fronteira onde o castelo de Noudar se insere. A raia alentejana, mais propriamente a parte do Baixo Guadiana, é um local que se inseriu dentro de contextos militares e diplomáticos que são intensos durante o século XIII, e onde se tentaram impor limites políticos, que se sobrepuseram aos naturais.

A geografia cruzou-se com a história nesta área. Aqui formou-se uma *região histórica*<sup>98</sup>, onde a criação de uma fronteira política medieval não

---

<sup>94</sup> Cf. Adelino de Matos Coelho, *O Castelo de Noudar - Fortaleza Medieval*, Barrancos, Edição da Câmara Municipal de Barrancos, 1986, pp. 21-47.

<sup>95</sup> Cf. Luís Adão da Fonseca, “A comenda de Noudar da Ordem de Avis: a memória da fronteira entre a Idade Média e a Idade Moderna”, *Las Ordenes Militares em la Península Ibérica*. Coordenação de Ricardo Benito e Francisco Ruiz Gomez, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla la Mancha, 2000, pp. 655-681.

<sup>96</sup> Cf. idem, *ibidem*, pp. 668-669.

<sup>97</sup> Cf. idem, *ibidem*, pp. 670.

terminou com redes de trocas comerciais, tipos de povoamento e estrutura agrária já existentes durante o período islâmico, que sobreviveram aos acontecimentos políticos peninsulares. Estamos também a falar de um espaço que, em termos de características físicas, tanto de um lado como do outro da fronteira entre os estados peninsulares, é muito semelhante.

O espaço físico é importante na geografia histórica, no que toca ao estabelecimento de populações e suas actividades<sup>99</sup>, e a questão da orografia e hidrografia são indicadores de limitações naturais entre regiões físicas, que podem posteriormente ser divididas por uma linha político-administrativa, pelo que estabelecemos a diferença entre a região física, que não é dividida por nenhuma decisão administrativa de nenhum centro organizador de uma sociedade, e a região de fronteira política, cujo limite do reino acaba numa linha de limitação político-administrativa entre dois reinos, mesmo que a geografia do terreno seja idêntica.

A fronteira estabelecida pelo homem não é factor de separação de comunidades, é uma imposição do poder que o rege e ordena, pois as comunidades de ambos os lados da linha divisória têm a tendência de aproximação, podendo partilhar problemas semelhantes, como a interioridade, no caso português e castelhano.

As obras de geografia histórica têm então um papel importante, e existem várias que têm como objecto principal de estudo a questão da definição da fronteira luso-castelhana, através dos movimentos militares medievos no sudoeste da península, do entendimento da ocupação do espaço, e sua organização, com diversos centros polarizadores de populações<sup>100</sup>. Estes centros são locais que contribuíram para a definição e organização de um espaço à sua volta, o seu termo, e que assumiram um papel importante na definição da margem esquerda do Guadiana como uma região com características específicas.

---

<sup>98</sup> Cf. João Carlos Garcia, *O Baixo Guadiana Medieval -formação de uma fronteira*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1983, p. 3.

<sup>99</sup> Cf. idem, *ibidem*, pp. 20-24.

<sup>100</sup> Cf. João Carlos Garcia, *O Espaço Medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1986, p. 33.

Os circuitos comerciais também têm o seu lugar nos estudos de geografia histórica<sup>101</sup>, onde podemos confirmar que a delimitação fronteiriça entre Portugal e Castela não terminou com circuitos de comércio fluvial no rio Guadiana, apenas mudou a sua organização. Nestas obras, podemos encontrar referências a produtos comercializados<sup>102</sup> nesta área do Alentejo, transportados por meio fluvial, e também actividades ligadas aos recursos hídricos, como a pesca.

Outros estudos geográficos, de carácter mais particular, dando ênfase apenas a um local específico da Andaluzia<sup>103</sup>, podem ser benéficos para o nosso estudo, se deles nos quisermos servir, pois tratam, além de contextos históricos, de questões específicas que nos podem ser úteis, como toponímia, organização do espaço e povoamento.

A geografia histórica comporta estudos importantes para a compreensão da relação entre o espaço e os homens, espaço esse onde o elemento humano desenvolve um conjunto de actividades que moldam a paisagem natural, de acordo com as suas necessidades, e a transforma num local de vivências diversas.

---

<sup>101</sup> Cf. João Carlos Garcia, *Navegabilidade e Navegação no Baixo Guadiana*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1982, pp. 12-25.

<sup>102</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 17.

<sup>103</sup> Cf. João Carlos Garcia, “Alfajar de Pena. Reconquista e Povoamento no Andevalo do séc. XIII”, [s. l.], [s. n.], 1989. Separata das *Actas de II Jornadas Luso-Espanholas da História Medieval*, vol. III, pp. 3-21.

## 2.3.

### A HISTORIOGRAFIA ESPANHOLA

Do lado espanhol, existem poucas referências em histórias gerais em relação à margem esquerda do Guadiana. As Histórias gerais espanholas tratam muito pouco ou nada a questão da margem esquerda do Guadiana, preferindo dar ênfase ao avanço dos reinos cristãos hispânicos para o Sul da península, mais particularmente a conquista da Andaluzia no século XIII<sup>104</sup>.

As histórias da ocupação islâmica em Espanha<sup>105</sup> também são omissas em relação aos territórios em questão, não havendo neste tipo de obras grandes referências que possamos encontrar.

Face à abundância de publicações de história no país vizinho (histórias gerais e estudos vários), a margem esquerda do Guadiana não recebe muitas referências (não querendo dizer com isto que não a consideraram importante, historicamente e geograficamente) nos estudos sobre as monarquias castelhana-leonesas do século XIII, preferindo a historiografia espanhola dar atenção às conquistas territoriais destas últimas<sup>106</sup>.

É a historiografia regional e local espanhola que, apresentando várias publicações, é mais específica em termos de estudos de fronteira, e dá mais importância ao caso da fronteira luso-castelhana do lado espanhol. Estas publicações são mais recentes que as apresentadas pela historiografia portuguesa, com especial destaque para o caso de Olivença e o tratado de Alcanizes<sup>107</sup>.

Nos estudos publicados do outro lado da fronteira que têm como objecto de estudo Olivença, a vila de Noudar é referida, mas no contexto do tratado

---

<sup>104</sup> Cf. Juan Valdeón, “La práctica política de los monarcas castellano-leoneses”, *Historia de España*. Dirección de Manuel Tuñón de Lara. vol. IV, - *Feudalismo e Consolidación de los Pueblos Hispánicos - (siglos XI-XV)*, 3ª ed., Barcelona, Editorial Labor, 1982, pp. 67-72.

<sup>105</sup> Cf. A. Gonzalez Palencia, *Historia de la España Musulmana*. 3ª ed., Barcelona, Editorial Labor, 1932; Montgomery Watt, *Historia de la España Islámica*. Madrid, Alianza Editorial, 1970.

<sup>106</sup> Cf. *História de España*. Dirección de António Dominguez Ortíz, vol. III, - *Al-Andaluz-musulmanes e cristianos (siglos VIII-XIII)*, Barcelona, Editorial Planeta, 1989, pp. 383-386.

<sup>107</sup> Cf. Manuel Martinez-Martinez, *Olivenza e el Tratado de Alcañices*, Olivenza, Ayuntamiento de Olivenza, 1997, pp. 79-81.

que celebrou a definição de fronteira entre Portugal e Castela em 1297<sup>108</sup>. É tida como estando no território para além do Guadiana que Portugal manteve contra a vontade de D. Fernando III, aparecendo como se fosse um “objecto” na mão de políticos hábeis, como a incorporação no concelho de Sevilha em 1253.

No lado espanhol, o caso de Olivença é sobejamente tratado, e Noudar é referida no contexto dos acordos de 1263-64 até Alcanizes<sup>109</sup>. É igualmente referida como pertencente ao concelho de Sevilha a partir de 1253<sup>110</sup>, aquando da fixação dos limites do mesmo concelho por D. Afonso X de Castela.

A historiografia espanhola, no campo de estudo regional, é ampla, e temos outras obras do mesmo carácter sobre a fronteira, uma delas trata a questão da fronteira entre o reino de Sevilha e Portugal<sup>111</sup>, onde a vila de Noudar é referida no contexto do escambo realizado por D. Afonso X de Castela com os hospitalários, e na doação de Serpa e Moura a D. Beatriz, mãe de D. Dinis<sup>112</sup>.

Esta obra tem outra referência a Noudar, refere um ataque castelhano a esta fortaleza, por ordem do Duque de Medina-Sidónia, que tinha organizado uma hoste em Sevilha, após o rei D. Afonso V de Portugal ter ocupado Toro<sup>113</sup>, fazendo referência ainda a contenciosos de fronteira já no tempo de D. João II<sup>114</sup>, a questão dos marcos divisórios entre Noudar e Encinasola, inquirições levadas a cabo pela parte portuguesa por Vasco Fernandes, e pela parte

---

<sup>108</sup> Cf. idem, *ibidem*, pp. 79-81.

<sup>109</sup> Cf. Rosa Maria Sánchez; Luís Alfonso Limpo, *El Enclave de Olivenza e Sus Murallas (1230-1640)*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 1994, pp. 22-30.

<sup>110</sup> Cf. Esteban Amaya, “Olivenza e la Frontera Portuguesa hasta 1297”, Badajoz, [s. n.], 1953. Separata de la *Revista de Estudios Extremeños*, pp. 14-15.

<sup>111</sup> Cf. Florentino Perez-Embid, *La Frontera entre los Reinos de Sevilla y Portugal*, Sevilla, Ayuntamiento de Sevilla, 1975, pp. 69-70.

<sup>112</sup> Sobre o escambo realizado entre Afonso X e a Ordem do Hospital, veja-se Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana*, [...], *cit.*, pp. 233-234; Carlos Ayala Martínez, *Libro de Previlégios de la Orden de San Juan de Jerusalén en Castilla e Leon (siglos XII – XV)*, edição do autor, [s. l.], Instituto Complutense de Estudio de La Orden de Malta, 1995, pp. 564-578. Sobre a doação de Afonso X à sua filha D. Beatriz de Portugal, veja-se *As Gavetas da Torre do Tombo*, *cit.*, vol. XII - (Gav. XX, Maços 15 e 16 – XXIII, Maços 1 – 8), pp. 489-495.

<sup>113</sup> Cf. Florentino Perez-Embid, *op. cit.*, p. 103.

<sup>114</sup> Cf. idem, *ibidem*, pp. 125-126.

castelhana, por Rodrigo de Coalha<sup>115</sup>. A obra de Florentino Pérez-Embid, no entanto, conta já com trinta e dois anos, embora seja bastante interessante sobre a questão específica da fronteira do sul de Portugal com a Andaluzia, num universo historiográfico que não contempla muito este espaço, preferindo centrar-se em casos específicos, ficando a raia alentejana numa situação secundária, pois os estudos desta área como um todo escasseiam.

Na historiografia regional e geral espanhola, contam-se com outras muitas obras, onde as questões de fronteira estão presentes,<sup>116</sup>, embora o seu âmbito cronológico possa não ser muito dilatado. As possíveis informações sobre Noudar são inexistentes.

As obras espanholas sobre estruturas fortificadas são também importantes, nomeadamente sobre o período Islâmico e sua continuação para período cristão<sup>117</sup>, e podem também referir-se ao lado português, o que incrementa os estudos sobre esta temática, contribuindo então com um bom conhecimento das diversas realidades dos dois lados da fronteira, o que facilita o trabalho de investigadores que futuramente se queiram debruçar sobre os estudos de estruturas fortificadas ou de realidades fronteiriças. No entanto, o castelo de Noudar também aqui não tem destaque como estrutura de defesa.

Obras de destaque de reinados de monarcas específicos também são importantes<sup>118</sup>, pois dão-nos informações preciosas sobre acções de conquista e diplomacia de determinados monarcas, reinados em que as acções diplomáticas e políticas dos seus titulares visaram Noudar.

É igualmente importante consultar artigos e obras sobre o “Fuero del Baylio”, um costume cujas origens são muito remotas e para as quais não há certezas<sup>119</sup>, e que consiste em ser especificamente um regime económico e

---

<sup>115</sup> A. N. T. T., *Gavetas da Torre do Tombo, Reforma das Gavetas*; Transcrição do séc. XIX (1817-1818), Gaveta 18, Cx. 25, l. 38, Maç. 2, doc. 1, fl.69. Documento publicado em *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VIII, - (*Gav. XVIII, Maços 1-6*), Lisboa, Centro de Estudos Históricos e Ultramarinos, 1970, pp. 53-105.

<sup>116</sup> Cf. Luís G. Valdeavellano, *Historia de España- De los orígenes a la baja Edad Media*. 3ª ed. Madrid, Revista Occidente, 1963.

<sup>117</sup> Cf. Basílio Pavon Maldonado, *Ciudades e Fortalezas Luso-Musulmanas - Crónicas de Viajes por el Sur de Portugal*, Madrid, Agencia Española de Cooperación Internacional, Instituto de Cooperación Con el Mundo Árabe, 1993.

<sup>118</sup> Cf. António Ballesteros - Beretta, *Afonso X el Sábio*. Madrid, Salvat Editores, 1963.

<sup>119</sup> Cf. Ángel Alvarez Giles, “Nociones Generales sobre el Fuero del Baylio (especial referencia a fuentes de León)”, *Revista de Estudios Extremeños*, Tomo LX, Nº 2, Badajoz, Maio - Agosto 2004, pp. 751-758.

matrimonial, em que todos os bens dos conjugues, antes ou depois da celebração do casamento, se tornam comuns, e quando o casamento se dissolve, por separação ou morte de um dos conjugues, se dividem.



(Mapa da distribuição da Carta de Povoamento “Fuero del Baylio”, segundo Teófilo Borralló Salgado, pela Estremadura Espanhola)

Sobre o “Fuero del Baylio”, é consensual ser uma carta de povoamento ou um conjunto de normas fixadas pelo rei, senhor ou proprietário de um determinado lugar, aos quais deveriam estar sujeitas as populações que habitariam esse lugar. O objectivo era atrair populações a zonas fronteiriças despovoadas durante a reconquista<sup>120</sup>.

Muitos destes artigos são de Direito e muito úteis para o estudo desta carta de povoamento. É uma atenção a um conjunto de normas locais, que regularizam as vivências de comunidades locais, devendo este direito ser aplicado primeiramente em relação ao direito geral<sup>121</sup>. Pode ser uma carta de povoamento ou foral, que se refere a determinadas questões económicas sobre o património dos conjugues.

<sup>120</sup> Sobre o assunto, veja-se <http://www.nuevoportal.com>, p. 2.

<sup>121</sup> Cf. Angel Álvarez Giles, *op. cit.*, p. 753.

As informações sobre este tema são trazidas por textos de direito<sup>122</sup>, que explicam o que é o *Fuero del Baylio*, como apareceu e propondo diversas origens<sup>123</sup> para o mesmo, nomeadamente origem portuguesa.

O *Fuero del Baylio*, do qual há estudos desde a primeira metade do século XX<sup>124</sup>, foi aplicado na Estremadura castelhana na Idade Média nas suas várias localidades de fronteira<sup>125</sup>, através dos conquistadores cristãos das fortalezas do mesmo território, portugueses, castelhanos e cavaleiros templários, sendo que estes últimos seguramente receberam a praça de Jerez de los Caballeros na primeira metade do século XIII de mãos de D. Fernando III, e embora não tenham tido autoridade imediata para concederem um foral a uma determinada localidade, porque era uma ordem que só poderia vir de um capítulo geral da dita ordem em consonância com a coroa<sup>126</sup>.

Segundo informações apresentadas por Teófilo Borrallo Salgado, D. Alfonso Telles de Menezes tomou Albuquerque e a repovoou por volta de 1200<sup>127</sup>, e quanto à sua possível origem em Portugal, derivada da chamada *Carta da Metade*, o equivalente a este *Fuero*, o autor confessa o seu desconhecimento sobre o aparecimento deste tipo de foral na sociedade familiar portuguesa e que afinal ele não derivaria de costumes portugueses<sup>128</sup>, embora, citando as *Ordenações Manuelinas* de 1521, apresente informação sobre a existência da *Carta da Metade* em Portugal, como normativa vigente sobre todos os casamentos feitos no reino português, mas que ela não existiria em Portugal na altura da conquista de Albuquerque.

---

<sup>122</sup> Cf. D. António Roman Garcia, “El Régimen Económico - Matrimonial del *Fuero del Baylio*. (Aproximación al estudio de la Normativa del *Fuero del Baylio*)”, *Anuario de la Facultad de Derecho de Cáceres*, nº 8, 1990, pp. 442-448.

<sup>123</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 446.

<sup>124</sup> Cf. Teófilo Borrallo Salgado, *Fuero del Baylio - Estudio Histórico-Jurídico*, Badajoz, Imprenta de Vicente Rodríguez, 1915, pp. 21-57.

<sup>125</sup> Cf. idem, *ibidem*, “Mapa del *Fuero del Baylio*”, pp. 15-16.

<sup>126</sup> Cf. Román Garcia, *op. cit.*, p. 446 - O Capítulo Geral de uma ordem militar era uma reunião que contava com os mais altos dignatários da mesma instituição, abordando-se diversos temas como questões de disciplina e também definições de estatutos internos da ordem. Sobre esta matéria, veja-se Mário Raul de Sousa Cunha, *A Ordem Militar de Santiago (Das origens a 1327)*. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada á Faculdade de Letras do Porto, 1991, pp. 207-208.

<sup>127</sup> Cf. Teófilo Borrallo Salgado, *op. cit.*, pp. 39-40.

<sup>128</sup> Cf. idem, *ibidem*, pp. 54-55.



No entanto, estudos mais recentes na área do direito falam nesta lei como pertencendo à legislação portuguesa<sup>129</sup> no início do século XIII, através da qual se regeram os vassallos do conquistador de Albuquerque, D. Alfonso Tellez de Menezes, e que a existência do foral nesta localidade se deve a esta personalidade, transitando esta carta de foral por várias localidades da Estremadura Espanhola, devido à vinculação ao domínio dos cavaleiros da Ordem do Templo.

Esta ordem tinha-se instalado na Estremadura, no *Baylio* de Jerez de los Caballeros, e esse mesmo local foi encarregado de autorizar matrimónios celebrados nesta zona<sup>130</sup>, daí a transição do foral por diversos locais. Instalou-se então, na Estremadura Espanhola, uma legislação económica e matrimonial, de origem não consensual, e que poderá ser mais antiga do que se pensa, podendo então a Ordem do Templo e Alfonso Tellez de Menezes não ter implantado nada de novo, e sim confirmarem um costume desde tempos imemoriais<sup>131</sup>.

Teófilo Borrallo Salgado indica-nos ainda que Alfonso Telles de Menezes era casado com D. Teresa Sanches, filha ilegítima de D. Sancho I e de Maria Páez de Rivera<sup>132</sup>, tendo obtido esta informação de uma história geral espanhola. A obra de Salgado é um livro com bastante informação sobre esta carta de povoamento, que deve ser consultado.

No entanto, conta já com bastantes anos, escrevendo o autor no primeiro quartel do século XX (1915), e recorrendo o mesmo a outras obras mais antigas, nomeadamente portuguesas, citando mesmo Alexandre Herculano<sup>133</sup>, como fonte de estudo para a origem histórica do foral.

As referências que chegam até nós sobre o *Fuero del Baylio* podem ser utilizadas para uma abordagem a uma perspectiva regional, ao termos em

---

<sup>129</sup> Cf. Román Garcia, *op. cit.*, pp. 446-447.

<sup>130</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 446.

<sup>131</sup> Cf. Ángel Alvarez Giles, *op. cit.*, p. 755.

<sup>132</sup> Cf. Teófilo Borrallo Salgado, *op. cit.*, pp. 40-41. No entanto, os textos de cariz jurídico anteriormente apresentados fazem confusão entre os reinados de D. Sancho I e D. Sancho II, devido á tradicional confusão entre as duas chancelarias, em especial a de D. Sancho II, chancelaria muito fragilizada pelas vicissitudes que atravessaram o reinado deste último rei. Sobre este assunto, veja-se José Varandas, *BONUS REX OU REX INUTILIS [...]*, *cit.*, pp. 15-17.

<sup>133</sup> Cf. Teófilo Borrallo Salgado, *op. cit.*, p. 43.

atenção as questões geográficas e culturais, pois este foral foi aplicado em povoações na Estremadura espanhola, como Jerez de los Caballeros, Fregenal, Oliva de Jerez, Valência del Mombuey (esta última tem ligação por via a Noudar), entre outras povoações que receberam o dito foral, todas situadas na mesma região geográfica de Noudar, o que nos é mostrado pelo mapa de Teófilo Salgado<sup>134</sup>.

É importante sabermos o tipo de povoamento do outro lado da fronteira político-administrativa, pois existem certamente determinadas afinidades características de instalação de populações nos dois lados da fronteira, e como tal, os artigos acima referidos são aconselháveis em termos de consulta para estudo de questões fronteiriças, apesar de serem artigos de âmbito jurídico, onde a questão histórica não goza de um maior cuidado.

---

<sup>134</sup> Cf. Teófilo Salgado, *op. cit.*, “Mapa del Fuero del Baylio”, pp. 15-16. O mapa mostra-nos toda uma estrutura de povoamento de fronteira regulamentado pelo mesmo tipo de foral, numa área territorial que abrange a zona da raia alentejana, embora não de uma forma contínua, indo de Albuquerque até Fuentes de León. Os autores não referem Badajoz, Mérida ou Almendralejo, povoações próximas desta zona como possuindo este foral, talvez por serem locais de uma envergadura maior e com uma organização interna mais cuidada, ou então por já se situarem para dentro do território castelhano, onde a defesa e chegada de reforços para a mesma seria mais fácil.

### 3.

#### A FRONTEIRA NA IDADE MÉDIA:

#### ESPAÇO DE SEPARAÇÃO OU APROXIMAÇÃO POPULACIONAL?

As questões de fronteira são algo ambíguas, pois normalmente vemos a palavra “fronteira” com possuindo um significado divisório, actualmente é uma linha estabelecida pela sociedade política com o objectivo de separar dois ou mais estados, duas ou mais regiões, e também os seus povos.

A origem de uma fronteira reside no movimento próprio dos seres vivos<sup>135</sup>, implicando a paragem por falta de condições vitais necessárias, ou então significa uma paragem perante um movimento contrário, e não uma linha fixa no tempo, como a concebemos hoje em dia.

A fronteira é então móvel e artificial, a definição de fronteira, como uma linha político-administrativa de separação entre dois espaços geográficos, é um produto do homem e não tem enquadramento num contexto geográfico<sup>136</sup>.

Muitas vezes existe uma continuidade física e natural dos territórios em termos geográficos, cujo fim desses mesmos espaços são determinados fisicamente pelos chamados *confins naturels*<sup>137</sup>, onde a própria natureza determina o término de qualquer área geográfica que seja de características homogéneas, e mesmo assim só se consideram elementos de separação naturais quando ainda não foram tocados por qualquer grupo humano.

Como elemento de separação, a fronteira é um modo encontrado pelo homem para reivindicar, de modo pacífico, direitos sobre determinado território, reivindicações essas que passaram do interior de determinados grupos sociais dentro de uma sociedade, para um contexto mais vasto, de grupos sociais mais numerosos, cuja separação necessitava de um acordo de divisão de território,

---

<sup>135</sup> Cf. Benedikt Zientara, “Fronteira”, *Enciclopédia Einaudi*, vol: XIV, *Estado – Guerra*. Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989, p. 306.

<sup>136</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 307.

<sup>137</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 308.



Aqui predomina então o conceito de “fronteira móvel”<sup>141</sup>, um espaço, ocupado por várias comunidades que se expandem, retraem ou contêm, consoante a sua capacidade de decisão e coesão.

A necessidade de expansão surge com outra necessidade, a de um espaço vital<sup>142</sup>, cujo avanço em determinada direcção necessitava de uma capacidade demográfica considerável para criar um grupo (ou vários) de colonos-soldados, que deveriam ocupar o espaço deixado vago pelos antigos ocupantes, após a retirada destes últimos.

No Portugal Medieval, mais concretamente no espaço da “reconquista cristã” peninsular dos séculos XII-XIII, a fronteira era enquadrável no conceito de “marca”<sup>143</sup>, um espaço divisório e indefinido entre dois grupos humanos (Islão/Cristandade), que recebe influências dos mesmos corpos sociais que “divide”, embora também se aproxime deles, pois pode ser gerido politicamente a partir do exterior.

A “marca” era um território onde se estacionavam comunidades<sup>144</sup>, que por iniciativa régia, cuja actividade guerreira era objectivo principal, defendendo o território de retaguarda, ou pelo menos sustendo uma investida inimiga. Eram então comunidades em risco permanente<sup>145</sup>, grupos populacionais que habitavam um espaço organizado e absorviam os ataques inimigos.

Estamos a falar de um espaço que, recebendo influência de duas comunidades humanas distintas que “separava”<sup>146</sup>, poderia adquirir características próprias de individualização, face aos blocos em confronto.

A fronteira Islão/Cristandade era um espaço territorial e social que poderia englobar indivíduos de religiões, sociedades e civilizações diferentes<sup>147</sup>, formando uma sociedade de fronteira bastante heterogénea<sup>148</sup>,

---

<sup>141</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 92.

<sup>142</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 92.

<sup>143</sup> Cf. Hermenegildo Fernandes, *Entre Mouros e Cristãos - A Sociedade de Fronteira no Sudoeste Peninsular Interior (Séculos XII-XIII)*. Dissertação de Doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999, p. 175.

<sup>144</sup> Cf. Pedro Barbosa, *op. cit.*, p. 92.

<sup>145</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 93.

<sup>146</sup> Cf. Hermenegildo Fernandes, *Entre Mouros e Cristãos [...]*, *cit.*, p. 175.

<sup>147</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 175.

onde só se conseguem conhecer, com alguma clareza, as elites, grupos sociais que viviam na sua maioria em centros urbanos, onde estariam concentradas as principais actividades industriais, comerciais e administrativas.

As informações dos achados arqueológicos, nomeadamente os de carácter epigráfico, podem ser aqui um bom “fornecedor” de informações<sup>149</sup>, embora seja maioritariamente em centros populacionais de alguma importância que se concentram os maiores núcleos de epígrafes funerárias<sup>150</sup>, estruturas feitas em mármore, embora também estejam espalhadas um pouco por todo o sul de Portugal. Já nos locais rurais, como Noudar, a construção de epígrafes seria em material mais modesto<sup>151</sup>, devido aos elevados custos de outros materiais, nomeadamente o mármore, que não era barato nem acessível a todos.

A “marca” era ainda um espaço de um grupo social que utilizava conhecimentos adquiridos em contextos específicos<sup>152</sup>, nomeadamente a guerra. São populações de fronteira que estão habituadas aos rigores de um espaço que tem influências de duas comunidades beligerantes, e que se batem pela conquista e povoamento daquele território que não possuía uma integração territorial segura e jurisdicional do ponto de vista administrativo, sob uma das monarquias conquistadoras.

Os conhecimentos adquiridos pelas pessoas que habitam estas áreas são mesmo “requisitados” pelos diversos blocos político-militares em confronto<sup>153</sup>, servindo como informação de preparação contra incursões de ambos os lados, em busca de saque através de ataques rápidos. Como tal, muitas dessas populações são pessoas que se distinguem das outras comunidades integrantes na dicotomia peninsular Islão/Cristandade, sendo vistas como muito úteis para determinados propósitos guerreiros.

---

<sup>148</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 176.

<sup>149</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 176; Artur Goulart de Melo Borges, “Epigrafia árabe no Gharb”, *Portugal Islâmico - Os Últimos Sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, p. 227.

<sup>150</sup> Cf. Artur Goulart de Melo Borges, *op. cit.*, p. 230.

<sup>151</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 230.

<sup>152</sup> Cf. Hermenegildo Fernandes, *Entre Mouros e Cristãos [...]*, *cit.*, p. 176.

<sup>153</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 177.

Estes contactos de fronteira desenvolveriam um bi-linguismo<sup>154</sup>, em que os integrantes da “marca” aprenderiam a falar como aqueles com quem contactavam, o que facilitaria a comunicação entre grupos diferenciados numa sociedade tão heterogénea como uma comunidade de fronteira na “reconquista” peninsular.

Na dinâmica da reconquista portuguesa, o povoamento e sua “promoção”, com o objectivo do alargamento do território conquistado e entretanto ocupado, é uma das principais preocupações dos monarcas da nossa primeira dinastia<sup>155</sup>, pois com o alargamento das fronteiras, a sua continuidade dos territórios conquistados nas mãos de quem os adquiriu depende do (re)povoamento dos mesmos, onde as regiões fronteiriças têm um papel de destaque. A importância dada a comunidades de fronteira é então primordial, pois são estas comunidades são o “suporte” da manutenção das fronteiras conquistadas e do seu alargamento.

Após a expulsão do muçulmano, estaremos então a analisar a fronteira como um espaço de separação política e administrativa entre populações, transformando-se numa linha de divisão entre dois reinos (Portugal e Castela), divisão essa imposta pelos poderes a quem as populações de raia devem obediência, centros que velavam pela segurança territorial do respectivo reino, integridade que necessita de um ponto de referência para conhecimento do fim do seu território e o início do território de outro grupo.

No caso de populações de fronteira, estamos a tratar de populações que são diferentes das outras que habitam as distintas áreas geográficas do reino, populações que têm preocupações e interesses distintos das populações citadinas. Os habitantes das fronteiras têm um ambiente sócio-económico diferente, tradições e costumes que lhes são particulares, enfim, são pessoas com características próprias adquiridas no seu contexto vivencial, muitas vezes não respeitado pelo poder instituído no centro político (a capital), embora esta fosse móvel<sup>156</sup>.

---

<sup>154</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 178.

<sup>155</sup> Cf. Margarida Ventura, *Guerra - Definição das Fronteiras (1096-1297)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2006, p. 92.

<sup>156</sup> Cf. Virgínia Rau, *Itinerários Régios Medievais - Elementos para o Estudo da Administração Medieval Portuguesa*. vol. I - *Itinerário Del Rei D. Dinis (1279-1325)*., Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Históricos Anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1962, p. 11.

Durante a primeira dinastia<sup>157</sup>, a importância de quatro centros urbanos - Lisboa, Santarém, Coimbra e Leiria - situados todos quase paralelamente à costa, mostram a preferência dos monarcas portugueses em visitá-los e neles permanecer mais tempo, em detrimento das zonas interiores. Noudar encontra-se então numa região onde os monarcas portugueses não se detiveram muito tempo.

Além do seu carácter divisório, a fronteira pode ter uma função unificadora<sup>158</sup>, não se limitando a uma simples divisão fronteiriça, o que acontece nas zonas pertencentes ao reino que sofrem o despovoamento e possuem uma baixa densidade demográfica, como é o caso do território envolvente de Noudar e também de Barrancos, concelho ao qual o castelo pertence, actualmente.

Os habitantes de zonas de fronteira comunicam intensamente<sup>159</sup>, comunicação fronteiriça e populacional que deriva de interesses particulares, pois tanto de um lado da fronteira como do outro, as localidades estão longe dos respectivos poderes centrais, sendo que assim é muito mais difícil acatar as decisões de um centro que impõe a sua lei como sendo soberana àqueles locais, “acenando” com represálias àqueles que não cumprirem.

Sendo os centros políticos, na maioria dos casos, longe das fronteiras a que presidem, a comunicação, por mais rápida que seja, não é uma comunicação próxima, quem se diz preocupar e proteger não está perto e muitas vezes subvaloriza essas zonas, quase considerando-as como populações marginais que estão longe, apenas se preocupando com a imposição de leis e normas sobre uma área espacial a que lhe assiste o direito de ocupação e protecção.

Isto cria nas populações de raia um sentimento de distância em relação aos seus respectivos poderes centrais e aos valores que estes defendem e apregoam, são áreas espaciais que se consideram um grupo à parte que se opõe aos respectivos poderes estatais<sup>160</sup>, criando este sentimento de

---

<sup>157</sup> Cf. idem, *Ibidem*, p. 11.

<sup>158</sup> Cf. Benedikt Zientara, *Fronteira*, [...], *cit.*, p. 309.

<sup>159</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 309.

<sup>160</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 309.



separação situações de marginalidade específicas, como a opção pelo contrabando. Temos referências a casos de contrabando, derivados das crises de trabalho da segunda metade do século XIX<sup>161</sup>, crises que eram simultâneas nos dois reinos.

Em época medieval, a existência do castelo de Noudar poderia servir para vigilância de casos de circulação ilegal de mercadorias, como já anteriormente referi em relação a casos de furto e compra ilegal de gado. O controlo de comércio clandestino de armas, escravos e outros produtos para lá da fronteira é uma hipótese para a existência desta estrutura fortificada, que controlaria a passagem de mercadorias, primeiramente com o Islão, depois com Castela.

Já durante o século XIX, em contexto de períodos difíceis, havia mão-de-obra portuguesa que atravessava a fronteira, indo trabalhar nos campos da Extremadura espanhola, o que não corria muito bem, porque estas crises, sendo simultâneas, também aconteciam em Espanha, o que gerava desemprego, descontentamento social e conflitos entre ceifeiros portugueses e espanhóis, pois os portugueses aceitavam trabalhar em condições precárias, recebendo baixos salários ou aceitando condições semelhantes às que tinham em Portugal, retirando emprego aos espanhóis<sup>162</sup>.

Estas crises contribuíram para o aumento do contrabando<sup>163</sup>, actividade marginal vista como uma alternativa de sobrevivência que, em períodos de crise, se tornava uma saída para muitos assalariados agrícolas e desempregados que existiam na área raiana, numa altura em que o investimento nas obras públicas também não era muito grande. O contrabando complementava baixos salários de trabalhadores agrícolas, e impunha-se cada vez mais também pela fiscalização pouco rigorosa dos diferentes postos fiscais ao longo do Guadiana<sup>164</sup>.

---

<sup>161</sup> Cf. Arlindo Sena, “A Fronteira do Caia e do Guadiana - Um espaço aberto de Aproximação, Violência e Marginalidade” (1859-1910)”, *Boletín de la Real Academia de Extremadura de las Letras e las Artes*, Tomo XIII, [ s. l.], 2005, p. 119.

<sup>162</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 119.

<sup>163</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 120.

<sup>164</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 121.

Existem outros factores de unificação de populações de fronteira, o comércio é um desses factores de unificação e de interesse comum.

Os reis portugueses preocuparam-se com o comércio dentro do reino, e D. Afonso III foi dos monarcas que mais incrementaram este aspecto, instituindo a realização de feiras, como a de Elvas<sup>165</sup>. A feira desta localidade foi concedida anualmente por carta de 21 de Dezembro de 1262, começando três semanas depois da Páscoa e tivesse a duração de quinze dias.

No século XV, esta feira já não existiria<sup>166</sup>, pois havia nesta centúria uma feira semanal, estando o respectivo concelho interessado na venda semanal de produtos na feira, porque isso traria honra para as cidades e vilas, trazendo ainda muitos dividendos ao fisco.

Na Idade Média e Moderna, como pudemos apurar, as feiras desenvolveram-se por acções dos governantes, e é bem possível que comerciantes castelhanos viessem a Elvas comprar e vender os seus produtos, nomeadamente comerciantes residentes em localidades de fronteira.

As feiras realizavam-se já em período islâmico<sup>167</sup>, semanalmente e estavam colocadas junto a uma das portas das cidades, onde os camponeses podiam vender os seus produtos, pelo que estas estruturas tiveram uma continuidade já com o domínio cristão.

O comércio entre Elvas e Badajoz continuou pelo século XIX<sup>168</sup>. Houve um grande desenvolvimento comercial nos anos sessenta e setenta desse mesmo século, onde as relações comerciais entre as duas localidades tiveram um grande incremento, havendo uma circulação quase semanal de comerciantes elvenses em direcção a Badajoz, onde se abasteciam de produtos agrícolas entre outros, como quinquilharias.

Em Elvas, durante este período, também se notava a presença de mercadores e comerciantes de forma diária<sup>169</sup>, deslocando-se às hortas e ao mercado da cidade, mas muitos destes comerciantes colocavam em causa o

---

<sup>165</sup> Cf. Virginia Rau, *Feiras Medievais Portuguesas - Subsídios para o seu Estudo*. Introdução e Índices por José Manuel Garcia, 2ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1983, p.80.

<sup>166</sup> Cf. idem, *ibidem*, pp. 80-81.

<sup>167</sup> Cf. Helena Catarino, *A Ocupação Islâmica [...]*, cit., p. 322.

<sup>168</sup> Cf. Arlindo Sena, *op. cit.*, p. 115.

<sup>169</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 115.

abastecimento da mesma, pois muitos estavam à procura de lucro, vendendo os seus produtos a preços muito elevados em função da procura. Isto tornou-se uma preocupação comum em ambos os lados da fronteira, sempre que a moeda se desvalorizava, o que levava a sintomas de crise em ambas as economias.

Como referimos, o comércio é um ponto importante nas relações entre populações fronteiriças, e estes exemplos são uma visão de relações que se estabelecem e que se vão estabelecendo ao longo dos séculos, acabando por se consolidarem, um intercâmbio não só de âmbito comercial, mas que passa para o domínio pessoal igualmente, existindo uma solidariedade fronteiriça entre pessoas de estados ou reinos diferentes, mas que partilham os mesmos interesses e cuja vida no seu dia-a-dia se desenha por contornos semelhantes.

Estamos a falar de pessoas que estão “à margem” do poder político que as governa, que não se sentem muito interessadas em auxiliar no que quer que seja o poder central naquilo que ele lhes pedir, estão muitas vezes colocadas a uma distância considerável do mesmo, como tal a proximidade a uma referência que lhes poderia despertar um sentimento de pertença a uma unidade política quase não existe, e estas pessoas têm-se a elas próprias, vivendo neste seu “canto” e circulando entre as respectivas fronteiras.

Cria-se assim um “microcosmos geográfico”, onde a divisão político-administrativa não significa, de todo, uma barreira impenetrável, seja de carácter comercial ou mesmo cultural.

## 3.1.

### A FRONTEIRA E A GUERRA:

#### A ACÇÃO DO CASTELO DE NOUDAR

Uma fronteira, nas suas componentes de separação, resistência a um movimento contrário e possibilidade de expansão, já referida anteriormente, após uma coesão interna de um grupo humano de um determinado espaço geográfico (coesão essa que pode movimentar esforços para um objectivo comum, seja de índole pacífica ou bélica), necessita de uma preocupação de defesa; defesa da integridade de uma unidade territorial, impedindo que o território seja invadido, da organização da mesma unidade, e também dos seus integrantes que a compõem e a colocam em marcha.

Tudo isto implica a necessidade de defesa, ou de contra-ataque. A necessidade de defesa advém de um eventual receio que determinado grupo tem dos integrantes de espaços limítrofes que fazem um movimento no sentido inverso<sup>170</sup>, não havendo então condições para ir mais adiante. Isto necessita de uma atitude para a qual é necessária uma força interna do grupo, que por vezes não é suficiente, podendo estas comunidades serem as primeiras a sofrer um embate inimigo, em caso de ataque ao território, seja do lado cristão ou muçulmano, falando no caso específico do período medieval.

O território ocupado pelos muçulmanos na Península Ibérica diminuiu substancialmente a partir do século XII<sup>171</sup>, embora com a recuperação de territórios conquistados pelos cristãos, por parte do império almóada<sup>172</sup> leve à maior extensão do mesmo, que recupera para “mãos” muçulmanas todas as conquistas portuguesas a Sul do Tejo, excepto a cidade de Évora.

No entanto, existia uma concentração populacional na área Levantina<sup>173</sup>, tornando o Este do *Gharb* mais importante e procurado que o Oeste, sendo

---

<sup>170</sup> Cf. Benedikt Zientara, *Fronteira [...], cit.*, p. 306.

<sup>171</sup> Cf. Hermenegildo Fernandes, *Entre Mouros e Cristãos, [...], cit.*, p. 232.

<sup>172</sup> Cf. António Castro Henriques, *A Conquista do Algarve (1189-1249). O Segundo Reino*, Lisboa, Tribuna da História, 2003, pp. 50-51.

<sup>173</sup> Cf. Hermenegildo Fernandes, *Entre Mouros e Cristãos [...], cit.*, p. 232-233.

neste último que “reconquista” avançará com mais rapidez. Todo este território irá transformar-se numa área, cuja estrutura social e formas de ocupação do terreno são influenciadas por necessidades militares e também por transição de pessoas e bens entre os dois blocos que se defrontam.

Como sinal desta militarização do espaço, e após o confronto com o cristão, o império almóada apressou-se a fortificar e reparar estruturas amuralhadas na segunda metade do século XII<sup>174</sup>, devido à destruição de algumas, face ao aproximar dos cristãos e suas investidas. As operações militares de razia<sup>175</sup>, realizadas tanto de um lado como do outro dos blocos civilizacionais beligerantes, serviriam para penetrar em território inimigo e aí efectuar acções de saque e destruição, pelo que as muralhas sofriam desgaste, que era necessário atenuar.

Moura foi uma das localidades que recebeu reparações nas suas estruturas defensivas durante a segunda metade do século XII<sup>176</sup>, efectuadas pelos almóadas, sendo o seu alcáçer fortificado. A presença de estruturas em taipa, como uma torre almóada<sup>177</sup>, mostra que teria sido este império muçulmano a efectuar as obras de reconstrução, visto que conseguiram ser os donos de quase todo o território a sul do rio Tejo, como já anteriormente foi referido. Estas obras acompanharam um movimento reconstrutivo e construtivo comum a todo o *Gharb*.

Noudar recebeu um reforço construtivo nesta altura, porque a taipa almorávida e almóada encontra-se representada na estrutura do castelo<sup>178</sup>, e a proximidade com Moura leva a crer que a reconstrução desta estrutura não foi negligenciada, pois sendo um castelo de fronteira entre o Islão e a Cristandade, estava sujeito a ataques de cavaleiros cristãos, pelo que era necessário reforçar esta fortaleza.

---

<sup>174</sup> Cf. idem, *ibidem*, *cit.*, pp. 235-236.

<sup>175</sup> Cf. A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, [...], *cit.*, p. 11.

<sup>176</sup> Cf. Santiago Macias, “Moura na Baixa Idade Média: Elementos para um Estudo Histórico e Arqueológico”, *Arqueologia Medieval*, nº 2, 1993, p. 128.

<sup>177</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 129; Mário Barroca, “Arquitectura Militar”, [...], *cit.*, p. 115.

<sup>178</sup> Cf. Mário Barroca, “Arquitectura Militar”, [...], *cit.*, p. 115.

Veja-se um exemplo mais recente envolvendo o castelo de Noudar em 1475<sup>179</sup>. Com o casamento de D Afonso V com a sua sobrinha D. Joana, o monarca português assumiu o título de rei das duas coroas peninsulares, o que causou indignação e abertura das hostilidades por parte de Castela, havendo assaltos isolados às populações fronteiriças por parte de senhores fiéis aos monarcas castelhanos D. Fernando e D. Isabel, como o Duque de Medina-Sidónia, cuja hoste ocupou Noudar<sup>180</sup>, embora também haja informação de que a fortaleza foi arrasada<sup>181</sup>.

Noudar também esteve envolvida nas movimentações militares peninsulares da guerra da sucessão de Espanha, no século XVIII (1704-1707)<sup>182</sup>. A entrada de Portugal no conflito deveu-se ao apoio das pretensões do Imperador alemão Leopoldo I, que havia casado com Margarida Teresa, a irmã mais nova do falecido rei de Espanha Carlos II, que queria impor o seu segundo filho, o arquiduque Carlos, como rei de Espanha.

Deste modo, Portugal aderiu à “Grande Aliança” a 16 de Maio de 1703<sup>183</sup>, um bloco militar que incluía também a Holanda e a Inglaterra, formado em 7 de Setembro de 1701, e que apoiava as pretensões do imperador alemão e temia a reunião da França com a Espanha, com a possível subida ao trono de Filipe, Duque de Anjou, que havia casado com outra irmã de Carlos II de Espanha, e que por decisão testamentária deveria ser o sucessor, sendo neto do rei de França Luís XIV.

A adesão de Portugal a este bloco deve-se a uma conjugação de interesses comuns, evitando assim Portugal o confronto com duas potências marítimas de grande envergadura e a aliança adquiria uma estratégia eficaz para atacar o território espanhol, além do interesse da Inglaterra e Holanda em conquistarem novos mercados e quererem impor a sua hegemonia no mar<sup>184</sup>.

---

<sup>179</sup> Cf. Manuela Mendonça, *Guerra Luso - Castelhana, Século XV*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2006, pp. 70-71.

<sup>180</sup> Cf. Florentino Perez - Embid, *La Frontera*, [...], *cit.*, p. 103.

<sup>181</sup> Cf. Manuela Mendonça, *op. cit.*, p. 73.

<sup>182</sup> Cf. João Cosme, *Elementos para a História do Além - Guadiana Português (1640-1715)*, Mourão, Câmara Municipal de Mourão, 1996, p. 101.

<sup>183</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 101.

As hostilidades iniciam-se a 30 de Abril de 1704, quando Filipe, já rei de Espanha<sup>185</sup>, declarou guerra a Portugal. Noudar é saqueada e tomada pelo Marquês de Villadarias em 1704<sup>186</sup>, estará ocupada por tropas espanholas em 1706<sup>187</sup>, pois o governador espanhol da fortaleza, escrevendo ao governador de Jerez de Los Caballeros, avisava sobre a possibilidade das tropas estacionadas em Moura, que sob o comando de D. Francisco de Melo iam apoiar as tropas portuguesas junto de Olivença, poderem atacar Noudar.

Sabe-se então que a fortaleza teve actividade militar durante este conflito e por ser um castelo de fronteira, foi das primeiras a sofrer combate, chegando mesmo a ser ocupada.

Em 1706, com a morte de D. Pedro II e apesar das diversas dificuldades com que o exército português e o espanhol se debatiam<sup>188</sup>, do lado espanhol, o Marquês de Bay continuava apostado em reforçar a praça de Jerez de los Caballeros, o que conseguiu já no princípio de 1707, sendo que Noudar aqui estaria na “linha da frente”, mas na posse do lado espanhol, dado à sua proximidade com esta localidade<sup>189</sup>.

Jerez de los Caballeros possuía tropas de cavalaria suficiente para aguentar as investidas dos portugueses<sup>190</sup>, e a 26 de Maio de 1707, o Duque de Ossuna conquista Serpa, posteriormente dirigindo-se para Moura, acompanhado pelo Marquês de Bay, fazendo com que Moura se rendesse a 16 de Junho de 1707<sup>191</sup>.

---

<sup>184</sup> Cf. Dino Carpanetto, “As Guerras de Sucessão e os Novos Equilíbrios Europeus”, *História Universal*. Consulta e coordenação científica por Massimo Salvadori, vol. X - *O Século das Luzes*, [s. l.], Novara, Planeta de Agostini, 2005, p. 38.

<sup>185</sup> Cf. João Cosme, *Elementos para a História* [...], *cit.*, p. 101.

<sup>186</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 102.

<sup>187</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 105.

<sup>188</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 107.

<sup>189</sup> Cf. Teófilo Salgado *Op Cit.*, “Mapa del Fuero del Baylio”, pp. 15-16. Este mapa assinala-nos que Jerez de los Caballeros era das maiores povoações do lado espanhol da raia, em período medieval. Jerez era também uma localidade importante estrategicamente, durante a guerra da sucessão de Espanha, pela importância a ela dada pelas tropas espanholas, nomeadamente o reforço da mesma quando já se faziam sentir dificuldades de várias ordens no exército espanhol, como a falta de armamento e quebra no soldo dos oficiais de infantaria. Sobre este assunto, veja-se João Cosme, *Elementos para a História* [...], pp. 107-108.

<sup>190</sup> Cf. João Cosme, *Elementos para a História*, [...], *cit.*, p. 110.

<sup>191</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 113.

As conquistas de Serpa e Moura (juntamente com Olivença) inseriam-se num quadro geo-estratégico de bloqueio à entrada do exército português nos termos de Badajoz e Sevilha. No entanto, no ano seguinte, os espanhóis abandonam Moura e Serpa<sup>192</sup>, devido à aproximação dos portugueses, cujas movimentações eram observadas por Bay, e também devido a problemas internos de ordem económica e social, provocados pelo prolongamento da guerra.

Noudar esteve então ocupada aproximadamente durante vários anos, pois as conquistas de Serpa e Moura pelos espanhóis (só serão reconquistadas em 1708)<sup>193</sup>, tentar entrar na margem esquerda do Guadiana era complicado. Chegar a esta fortaleza de fronteira seria muito difícil, também devido à estratégia delineada pelos espanhóis<sup>194</sup>, de envolver toda a margem esquerda do Guadiana dentro do seu território.

Após a reconquista das duas praças alentejanas, e a transferência das hostilidades para as áreas de Olivença e Badajoz<sup>195</sup>, Noudar manteve-se sob domínio espanhol. As muralhas de Moura e Serpa foram reconstruídas, devido aos danos que sofreram após a retirada castelhana, embora o exército espanhol da Andaluzia tenha regressado as mesmas localidades, que cercou, pilhando gado e destruindo campos de cultivo.

O castelo de Noudar, estando próximo da fronteira com Espanha, não deverá ter sofrido nenhum ataque português nesta altura, pois as movimentações do exército da Andaluzia não permitiriam um avanço significativo sobre a fortaleza fronteiriça.

Aquela fortaleza raiana veio de novo para a coroa portuguesa através do segundo tratado de Utrech<sup>196</sup>, assinado com a Espanha a 6 de Fevereiro de 1715, onde se fez a restituição deste castelo e da colónia do Sacramento, após um primeiro tratado de paz com a França, datado de 11 de Abril de 1713.

---

<sup>192</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 115.

<sup>193</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 114.

<sup>194</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 110.

<sup>195</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 116.

<sup>196</sup> Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, 3ª ed., vol. V - *A Restauração e a Monarquia Absoluta (1640-1750)*, Lisboa, Verbo, 1982, p. 241.



A raia alentejana continuou a ser “palco” de incursões militares em guerras luso-espanholas posteriores, como a Guerra das Laranjas<sup>197</sup>, no início do século XIX (1801).

Após a guerra franco-espanhola de 1793/95 e do respectivo tratado de paz entre os dois países (Tratado de Basileia)<sup>198</sup>, os antigos beligerantes transformaram-se em aliados em 1796, assinando o tratado de Santo Ildefonso, deixando Portugal à margem das negociações (Portugal nem sequer tinha participado nas conversações do tratado de Basileia), estando então o nosso país ainda em guerra contra a França.

A intenção francesa era que, com um possível rompimento diplomático entre Lisboa e Londres, poderia assim assinar um acordo com Portugal segundo os seus interesses, incentivando mesmo os espanhóis, que estavam sob a sua influência, a estacionar tropas junto às fronteiras de Portugal durante o período negocial compreendido entre 1797/1801, como forma de pressão para que Portugal cedesse às pretensões francesas.

Portugal tentou obter um tratado de paz com a França e ao mesmo tempo manter a sua aliança com a Inglaterra<sup>199</sup>, o que não foi possível, apesar das últimas tentativas de negociação de paz entre Portugal e Espanha, onde se acordou o envio de um emissário português ao governo espanhol que tivesse plenos poderes e não dependesse de ordens enviadas por correio, que era muito demorado.

Tudo isto segundo as condições franco-espanholas, que as impuseram face à estratégia de Lisboa de enviar emissários incapazes, por si só, de tomar decisões, ganhando assim tempo e esperando que a paz se alcançasse pela derrota da França<sup>200</sup>.

Entretanto, já no ano de 1800, a Espanha enviava mais tropas para as fronteiras portuguesas, enquanto os contactos diplomáticos continuavam, sempre exigindo aos portugueses o rompimento de relações com a Inglaterra, sendo que esta última pressionava Portugal a assinar um acordo não unilateral

---

<sup>197</sup> Cf. António Ventura, “*Guerra das Laranjas - Campanha do Alentejo (1801)*”, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2006, p. 8.

<sup>198</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 8.

<sup>199</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 10.

<sup>200</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 15.

com a França<sup>201</sup>. Falhados todos os contactos diplomáticos, a guerra foi declarada a 28 de Fevereiro de 1801.

Enfrentar as tropas espanholas em terreno plano como o da raia alentejana era, para os portugueses, uma situação de desvantagem, pois estavam em inferioridade numérica e as praças portuguesas estavam mal equipadas, e o exército português contava com um número de efectivos inferior ao espanhol, contando os espanhóis entre 40.000/54.000 homens, para cerca de 12.000 portugueses<sup>202</sup>.

O tenente-general D. José Urrutia, comandante do Exército da Estremadura, propunha já em 1800 que os corpos da Andaluzia viriam juntar-se às tropas estacionadas em Mérida, que posteriormente avançarão para Badajoz, onde se fará a reunião do exército; depois da entrada em Portugal, uma coluna composta por 8.000 a 10.000 homens de infantaria e 800 de cavalaria será enviado para a esquerda, ou seja em direcção ao Sudeste português com o objectivo de atacar e fazer render Olivença, Mourão e Noudar<sup>203</sup>.

A colocação de Noudar nos objectivos do exército espanhol significa que, no início do século XIX, a fortaleza ainda estava operacional, embora já estivesse quase obsoleta militarmente, sendo que a sua guarnição não deveria ser muito numerosa. Como era das fortalezas que estavam mais posicionadas junto à fronteira, eventualmente seria das primeiras a dar combate, e caso tivessem havido recontros entre as tropas portuguesas e espanholas (o que não aconteceu junto de Noudar<sup>204</sup>), a fortaleza teria sido de imediato tomada, pois pelo número de forças enviadas pelos espanhóis para estas paragens, Noudar não teria uma resistência significativa, nem teria tempo de receber reforços.

A questão da distância no teatro de operações alentejano é um aspecto a ter em conta, pois aquando da divisão do exército espanhol após a sua saída

---

<sup>201</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 20.

<sup>202</sup> Cf. idem, *ibidem*, pp. 31-32.

<sup>203</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 41.

<sup>204</sup> Ocorrem sim combates mais a sul, no Algarve, na foz do Guadiana. Sobre este assunto, veja-se António Ventura, *op. cit.*, pp. 72-73.

de Badajoz, com o envio de dois destacamentos, um dos quais tinha ordens para atacar Noudar, o grosso do exército dirigiu-se para Elvas<sup>205</sup>, cercando-a, sem que a sua guarnição pudesse ter influência no desfecho da guerra ao enviar socorro a outras praças, pois era a mais importante praça de fronteira do Alentejo. Já Noudar receberia um exército extremamente motivado que não encontraria dificuldades em tomar a fortaleza.

Toda a campanha espanhola em Portugal não encontrou grandes dificuldades, pois a curta duração da guerra (19 de Maio a 6 de Junho de 1801)<sup>206</sup> assim o leva a crer.

---

<sup>205</sup> António Ventura, *Guerra das Laranjas*, [...], *cit.*, p. 34.

<sup>206</sup> Cf. *idem*, *ibidem*, p. 10.

## 3.2.

### PODEMOS CONSIDERAR A RAIA ALENTEJANA COMO UMA REGIÃO?

Mas o que é uma REGIÃO?

O conceito de região é um conceito bastante impreciso<sup>207</sup>, pode ser aplicado na designação de um de um espaço geográfico dentro de um estado ou nação, ou a um conjunto de estados ou nações, semelhantes por características de várias ordens, como políticas e económicas.

Para o historiador da época medieval, é a unidade territorial mínima a partir da qual o mesmo pode fazer uma análise<sup>208</sup>, análise que assenta em diversos problemas gerais que devem preocupar que se debruça sobre as temáticas regionais e locais em época medieval, como a evolução da paisagem agrária num determinado espaço, a forma como o poder se distribui, no que toca à exploração da terra, unidade base de riqueza em época medieval, e a criação de rendas vindas dessas unidades de exploração.

Nestes aspectos que o historiador deve ter em conta, há que prestar atenção às alterações efectuadas durante um certo período de tempo<sup>209</sup>, pois as estruturas podem manter-se, não apenas na área regional, mas também no exterior da mesma, e o peso de cada um dos intervenientes na região pode alterar-se. A imobilidade e a mudança de uma sociedade regional são dois aspectos aos quais o investigador deve prestar atenção, pois as situações dentro de um espaço regional podem mudar, devido a diversos aspectos, como a demografia, tecnologia, uma estrutura social que estimula ou condiciona a prática de certas actividades, bem como a relação com o espaço exterior.

A definição de região depende de uma combinação de fenómenos que a compõem<sup>210</sup>, sendo o exemplo de *região natural* um deles, esta designação

---

<sup>207</sup> Cf. Marcel Roncayolo, “Região”, *Enciclopédia Einaudi*, vol. VIII - *Região*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989, p. 161.

<sup>208</sup> Cf. José Angel Garcia de Cortazar, *História Rural Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1983, pp. 13-14.

<sup>209</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 15.

<sup>210</sup> Cf. Marcel Roncayolo, *op. cit.*, p. 163.

região resulta da combinação entre o relevo, a orografia, a hidrografia, o clima, tudo características que identificam uma determinada área regional, tendo atenção a outras definições de região, nomeadamente a região histórica, económica, administrativa, urbana, cada uma destas definições têm características que as distinguem umas das outras.

As definições de região variam de acordo com as opiniões de diversos investigadores das mais diversas áreas, como economistas e geógrafos<sup>211</sup>, que definiram regiões homogéneas e regiões polarizadas: as homogéneas consistem na manutenção de diversas características distintas como culturais, naturais, produtivas, sociais; as outras definem-se pela existência de domínio e de organização, com um centro colocado como cabeça dessa organização, mas com isto não poderemos determinar com exactidão a realidade social nem a organização territorial, pois esta última é um resultado de características homogéneas e funcionais adaptadas a um espaço territorial.

As regiões que são consideradas homogéneas, onde a permanência de certos estilos de vida e actividades é uma realidade, deve ser alvo de atenção por parte do historiador com algum cuidado, porque aqui o tempo não actuou de uma forma em que se efectuassem mudanças significativas, são casos que não se devem generalizar, pois como já referi anteriormente, há unidades regionais onde existe uma evolução cronológica, onde as estruturas e vivências sofrem mudanças.

A raia alentejana tem características naturais comuns que se estendem para o lado de lá da fronteira, ambos os lados da fronteira têm características mediterrânicas em termos de cultura, clima, orografia, cobertura vegetal e com uma economia de acordo com o que a natureza oferece, além da paisagem nos dois lados da fronteira luso-castelhana ser homogénea. Então não estaremos perante uma região natural? Sim! Esta definição dá particular atenção à paisagem<sup>212</sup>, a paisagem é imediatamente relacionada com o mundo natural, topografia, vegetação, uma relação do espaço com a natureza e suas transformações. É o ambiente natural que orienta as atitudes dos homens em

---

<sup>211</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 162.

<sup>212</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 163.

relação aos recursos disponíveis em determinados espaços<sup>213</sup>, dominando a acção dos homens que colonizam esses espaços, em muitos domínios.

A natureza impõe as condições de estabelecimento dos homens em determinados espaços geográficos<sup>214</sup>, o relevo, as capacidades do solo e o clima são matérias importantes para a fixação humana, daí a importância de aparecerem estudos sobre o que consiste em ser uma região, termo que, no entanto, pode ser ligado a outras definições já anteriormente enunciadas, pois a cada época e a cada estágio civilizacional de um grupo humano correspondem um conjunto de acções e de causas que determinam uma originalidade e especificidade de um espaço geográfico, devido à acção do homem sobre o mesmo.

Este conjunto de acções podem colocar uma civilização e o seu território num lugar de “superioridade” em relação a outros espaços e outras civilizações, podendo ser uma superioridade tecnológica, que pode ser usada para um melhor e mais rápido aproveitamento dos recursos disponíveis, ou então, graças a esse desenvolvimento, possuir meios que facilitem as comunicações entre diversos grupos dentro do mesmo território civilizacional, ou seja, aspectos que levem a um melhor desenvolvimento do território ocupado.

Este desenvolvimento pode trazer uma predominância também em actividades produtivas, podendo uma determinada região transformar-se numa área espacial definida como “económica”, devido às actividades de cariz produtivo que ali se podem estabelecer e desenvolver.

Para o período cronológico que nos interessa, dentro de época medieval, os séculos XII-XIII<sup>215</sup>, a economia da área regional que estudamos deve ter em conta vários factores, sendo a *população* um deles. Era a mão-de-obra para o trabalho, tendo um crescimento entre os sécs. XI e inícios do século XIV, sendo importante analisar o seu aumento e dimensão de povoamento. Devemos igualmente ter em atenção a *emigração*<sup>216</sup>, que estará relacionada com o excedente de população da região observada.

---

<sup>213</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 164.

<sup>214</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 166.

<sup>215</sup> Cf. Garcia de Cortazar, *op. cit.*, p. 24.

Quanto ao impacto do homem sobre a natureza, a população tem efeito sobre a paisagem regional<sup>217</sup>, a nível agrícola, através de culturas sucessivas, o que pode fazer aumentar o espaço de colonização disponível e produtividade, consequentemente aumentando a população disponível, que evidentemente, não encontrando espaço suficiente para colonizar, sai para outras paragens.

A tecnologia pode afectar a produção agrícola<sup>218</sup>, pois pode ser susceptível de evolução ou não. Poderá ter sido adaptada si aos processos de transformação de produtos, deixando a sua obtenção directa de lado, poupando esforços ao elemento humano.

A produtividade pode ser desenvolvida através de várias introduções tecnológicas<sup>219</sup>, como a instalação do regadio, que não exige grande trabalho do ponto de vista técnico, e a passagem de um sistema de cultivo para outro diferente, diminuindo o tempo de repouso da terra, embora necessitando de bons terrenos. Como podemos reparar, o desenvolvimento tecnológico é determinante em termos de aproveitamento da terra.

A **TERRA** é outro factor a ter em conta no estudo económico de uma área regional na Idade Média<sup>220</sup>. A região pode apresentar mais procura que oferta de terrenos agrícolas, pois quando a procura da terra é grande e a oferta pequena, estamos perante um aumento do preço e excedente populacional. Isto é também uma hipótese para terras de qualidade inferior aparecerem no mercado, com preços mais baratos, e se a pressão demográfica for muita, a escolha de unidades agrícolas irá ser feita sem qualquer discernimento de qualidade, contando ainda com problemas de fome, visto que não havia onde tirar o sustento.

As populações que não conseguem encontrar áreas de cultivo e estão em crescimento<sup>221</sup>, deslocam-se para outros locais, à procura de terrenos de

---

<sup>216</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 25.

<sup>217</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 25.

<sup>218</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 26

<sup>219</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 26

<sup>220</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 28.

<sup>221</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 28.

cultivo, mesmo que estes sejam de baixa qualidade. A questão de uma tecnologia parada pode também ser factor de deslocação de populações. Para isto, as informações sobre povoamento e áreas florestais são importantes, dando-nos alguma clareza sobre o desenvolvimento da utilização do solo para a agricultura e povoamento.

O estudo das unidades de produção regionais é importante para se saber a evolução da produção<sup>222</sup>, face ao crescimento populacional e ao “empurrar” de pessoas para outros territórios, à procura de novas terras. A tendência foi de diminuição de pequenas propriedades entre o ano mil e os três séculos seguintes<sup>223</sup>, que continuaram a ser exploradas de uma forma directa, devido ao caso do trabalho familiar, embora cada vez mais aparecessem os domínios, onde o parcelamento dos mesmos possibilitava o arrendamento a agricultores que as exploravam. Esta forma de exploração da terra possibilita a criação de arrendamentos de terras, que dão lucro, através da renda agrária. No entanto, deve-se ter cuidado com as épocas, áreas e instituições em que o fenómeno da passagem de sistema de exploração de desenrolou.

A raia alentejana é um espaço regional que tem uma forte componente económica, e como qualquer região, necessita de actividades económicas para que haja uma instalação de populações, conseguindo assim um bom índice demográfico.

A agricultura era uma das actividades económicas mais importantes da Idade Média, mas na zona da margem esquerda do rio Guadiana, o nosso caso específico de estudo, era a pastorícia a actividade dominante, como já foi anteriormente referido.

---

<sup>222</sup> Cf. Garcia de Cortazar, *op. cit.*, p. 30.

<sup>223</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 31.



### 3.3.

#### A RAIJA ALENTEJANA COMO REGIÃO HISTÓRICA:

#### VIVÊNCIAS E ACTIVIDADES REGIONAIS

A origem do termo “raia” é imprecisa, poderá ser eventualmente uma derivação do termo “*radju*”<sup>224</sup>, termo latino que significa luz/alva, e que terá eventualmente a ver com a configuração dos raios solares quando o sol se põe ou quando rompe as nuvens.

O termo poderá ter sido adaptado para a designação de delimitações entre territórios vizinhos, cuja preferência de delimitação territorial é o traçado em linha recta, sendo a palavra “raia” aplicada, a partir do século XIV, com significado de linha de delimitação territorial e separação de dois estados<sup>225</sup>.

A raia alentejana, particularmente a zona do Baixo Guadiana, zona geográfica onde se situa o castelo de Noudar, pode ser englobada numa *região histórica*<sup>226</sup>, pois nesta zona registaram-se acontecimentos de carácter histórico que contribuíram para a formação entre os reinos de Portugal e Castela de uma linha de separação político-administrativa, a fronteira.

Era uma fronteira que, durante a “reconquista cristã”, separava duas civilizações diferentes, a cristã e a islâmica<sup>227</sup>, podendo também inserir-se num contexto de “marca”, conceito já explorado anteriormente. Era um local que, separando dois blocos político-militares diferentes, tinha uma dinâmica própria que “corria” no seu interior, onde se constituía uma experiência destacada das civilizações em confronto, podendo então individualizar-se, revelando características individualizadas.

É uma zona periférica na formação de dois reinos. Foi uma definição que teve em conta características como trocas comerciais, povoamento,

---

<sup>224</sup> Cf. Pedro Salvado, *Relações transfronteiriças na Raia do Concelho de Idanha-a-Nova (Tempo, Espaço e Memória)*, Dissertação de Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesas apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1996, p. 48.

<sup>225</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 48.

<sup>226</sup> Cf. João Carlos Garcia, *O Baixo Guadiana Medieval [...]*, cit., p. 3.

<sup>227</sup> Cf. Hermenegildo Fernandes, *Entre Mouros e Cristãos [...]*, cit., pp. 242-243.

exploração agrícola do solo pelos colonizadores da zona, todo um conjunto de relações inter-regionais que se mantiveram naquele espaço fronteiriço ao avançar da história<sup>228</sup>.

Analisando os aspectos referidos que contribuíram para a formação da fronteira do Baixo Alentejo, temos que referir a concessão de forais às praças alentejanas da raia, como Elvas, e o seu povoamento. Tomada em 1226, posteriormente fora “abandonada” pela sua população e à qual D. Sancho II concedeu foral em 1229<sup>229</sup>, para atrair população.

Estas comunidades fronteiriças eram pessoas que tinham características diferentes dos habitantes do interior do reino, nomeadamente uma maior preparação para a guerra e “estados de alerta” mais frequentes, eram pessoas que entrariam em situação de combate em qualquer momento, e a defesa do seu território vinha de uma preparação específica para a guerra.

Havia a necessidade de colonizar e defender eficientemente os territórios conquistados ao Islão, pois era a única maneira de os incorporar de vez na monarquia portuguesa<sup>230</sup>, embora a zona do Baixo Guadiana fosse uma terra cujo solo era pobre e onde as formas de ocupação da terra perduram durante muito tempo.

Do lado castelhano, na primeira metade do século XIII, D. Afonso X necessitava, na recém conquistada Andaluzia, de manter a produção ou incrementar a mesma, promovendo mesmo a demografia para evitar o colapso económico e demográfico nas terras recentemente conquistadas<sup>231</sup>,

---

<sup>228</sup> Cf. João Carlos Garcia, *O Baixo Guadiana Medieval* [...], cit., p. 3.

<sup>229</sup> Não há unanimidade quanto à conquista de Elvas, havendo várias propostas para a mesma. Cf. José Mattoso, que aponta para a conquista da mesma localidade em 1229 (José Mattoso, *A Monarquia Feudal*, [...], p. 123), altura em que o rei D. Sancho II lhe concedeu foral. Maria Alegria Marques aponta para uma reocupação em 1230 (Maria Alegria Marques, “As etapas de crescimento do reino” *Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III, *Portugal em Definição de Fronteiras* [...] p. 46; Pedro Gomes Barbosa aponta a conquista de Elvas para 1226 (Pedro Gomes Barbosa, “Santa Maria de Alcobaça no Termo de Elvas (a formação do seu património fundiário)”, *A Cidade*. nº 6, *Revista Cultural de Portalegre*, Portalegre, 1991, pp. 9-12.). O Foral de Elvas era o foral concedido por D. Afonso Henriques a Évora, um foral onde se destacavam os cavaleiros -vilãos como grupo social dominante. Temos a formação de um grupo social cujos interesses são satisfeitos por iniciativa régia, e que são a base da defesa e sistema social de fronteira. Sobre esta matéria, Fernando Branco Correia, *Elvas na Idade Média*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, vol. I, Lisboa, 1999, p. 177. Veja-se ainda Hermenegildo Fernandes, *Entre Mouros e Cristãos* [...], pp. 203-204. Idem, *D. Sancho II - Tragédia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2007, pp. 128-154.

<sup>230</sup> Cf. João Carlos Garcia, *O Baixo Guadiana Medieval* [...], cit., p. 20.

<sup>231</sup> Cf. Salvador de Moxó, “La Época de Alfonso X”, *Historia de España de Menéndez Pidal*. Direcção de José Maria Jover Zamora, Tomo XIII, vol. I, *La Expansión Peninsular y Mediterránea - (c.1212 - c.1350)*, Madrid, Espasa Calpe, 1990, p. 156.

incrementando o povoamento cristão ao longo do vale do Guadalquivir, que se fez com uma população que, não se encaminhando apenas para a consolidação política e militar das zonas recentemente incorporadas na coroa de Castela, destinavam-se igualmente a manter a produção agrícola a um nível aceitável.

O vale do Guadalquivir era muito fértil e susceptível de produzir diversos produtos alimentícios, como cereais, vinho, azeite e peixe. Para isto, era necessário um repovoamento. Do lado castelhano, cultivava-se a oliveira, devido à qualidade da terra, que permitia um desenvolvimento e rendimento favoráveis, e que não necessitava de grande quantidade de mão-de-obra, sendo compatível com uma densidade demográfica baixa<sup>232</sup>.

Quanto aos cereais, foi incrementado, também, o seu cultivo, que “explodiu” rapidamente, e também se promoveu o cultivo de hortícolas e frutíferas. Todos os produtos afluíam a Sevilha, que se torna um grande centro de comércio cristão, também devido ao seu aumento demográfico<sup>233</sup>.

As relações comerciais também são importantes na formação de uma fronteira. A navegação no Guadiana durante a Idade Média era uma realidade<sup>234</sup>, pois no vale deste rio temos a manutenção dos circuitos comerciais anteriores, havendo produtos exportados por via fluvial, como carvão, alhos, cebola, cortiça, madeira, circuitos comerciais esses que são mantidos através do foral de Mértola de 1254, o que mostra que há interesses previamente estabelecidos anteriormente à conquista deste espaço geográfico e que o poder central português não quer deixar escapar.

Estes circuitos comerciais eram muito importantes, e entrariam mesmo em tratados de carácter político, pois D. Afonso III de Portugal e D. Afonso X de Castela, no tratado de Badajoz<sup>235</sup>, dividiram as barcas do Guadiana e seus direitos. Cinco anos mais tarde, as terras da margem esquerda do termo de Mértola, pelo acordado no tratado, deveriam estar na posse de Castela, mas estavam antes na posse da Ordem de Santiago, o que levou D. Afonso III a

---

<sup>232</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 157.

<sup>233</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 157.

<sup>234</sup> Cf. João Carlos Garcia, *O Baixo Guadiana Medieval* [...], *cit.*, p. 24.

<sup>235</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 24.

estabelecer um acordo com aquela ordem militar no que diz respeito às mercadorias que transitariam pela foz do Guadiana.

O trigo, das áreas de Beja e Serpa, era transportado por mulas através da serra, pois a navegação até Mértola era pouco provável, devido à dificuldade de passagem na zona do Pulo do Lobo<sup>236</sup>. Temos então aqui uma complementaridade de tipos de circuitos comerciais. O transporte através de caravanas, hábil para transpor acidentes geográficos, complementava os impedimentos ou dificuldades naturais de uma circulação fluvial. Houve a manutenção, no Baixo Guadiana, de um espaço organizado e polarizado pelos núcleos de povoamento existentes<sup>237</sup>, que adquirem grande importância por estarem em áreas que são tradicionalmente povoadas e onde se mantiveram habitantes árabes<sup>238</sup>, como Moura, que tinha muitos locais na sua dependência, sendo Noudar um deles.

O castelo de Noudar era um local de vigilância da rede viária que estava estabelecida nesta área do Baixo Alentejo<sup>239</sup>. Tratava-se de um ponto de passagem de uma via que ligava a antiga povoação raiana a Moura, e para o lado espanhol, fazia ligação com Jerez de los Caballeros.

Noudar era também um ponto de ligação à anteriormente conhecida como “Via da Prata”<sup>240</sup>, uma das grandes vias do sudoeste peninsular<sup>241</sup>, que, partindo de León, vinha até Sevilha, passando por Salamanca, Cáceres e Mérida. Esta última, além de ser passagem de gado transumante, tinha funções de circuito comercial.

O castelo de Noudar exerceria funções de vigilância na passagem do caminho onde estava estabelecido, isso explica a manutenção da fortificação e de uma guarnição ali destacada para defesa da passagem de acesso a esta

---

<sup>236</sup> Cf. idem, *ibidem*, p.26.

<sup>237</sup> Cf. idem, *ibidem*, p.26.

<sup>238</sup> Cf. João Carlos Garcia, *O Espaço Medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, [...], *cit.*, p. 65.

<sup>239</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 67, figura 1 - “O Sudoeste da Península Ibérica na segunda metade do séc. XIII”.

<sup>240</sup> Cf. Miguel Rego, “Investigações Arqueológicas no Castelo de Noudar”, [...], *cit.*, p. 44.

<sup>241</sup> Cf. João Carlos Garcia, *O Espaço Medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*, [...], *cit.*, p. 100.

importante via peninsular, podendo também servir de base para atacar a “Via da Prata” ou outros circuitos comerciais nas proximidades.

### 3.4.

#### A RAIA NA DINÂMICA CULTURAL E RELACIONAL DAS POPULAÇÕES DE FRONTEIRA

As questões linguísticas são importantes na definição de uma comunidade de fronteira e a sua identidade. Utilizaremos exemplos mais recentes de estudos linguísticos, para observar que as populações de fronteira mantiveram, muitos séculos posteriormente à “reconquista”, certas características culturais que os individualizam das outras populações dos respectivos estados.

Magalhães Basto<sup>242</sup>, num estudo cuja distância cronológica da exposição anterior sobre a questão da sociedade de fronteira no sudeste português ultrapassa os seis séculos (1923), defende que, na fronteira luso-espanhola, está presente uma língua “mista”, sendo que o português é falado pouco correctamente na zona de Barrancos, que é a localidade mais próxima do objecto de estudo deste trabalho, o castelo e vila de Noudar.

A língua consiste em ser um misto de português e espanhol impuros<sup>243</sup>, onde o espanhol tem maior influência, e é chamada de *Barranqueño*. O espanhol é falado na zona portuguesa da raia, mas incorrectamente, já do lado espanhol, o português é falado muito incorrectamente.

Existia no primeiro quartel do século XX, uma influência linguística espanhola muito forte sobre a língua portuguesa nesta zona de fronteira, que deu origem ao *Barranqueño*. Do lado espanhol, sendo o português mal falado, há então uma maior influência espanhola, do ponto de vista linguístico, sobre a língua portuguesa no dialecto barranquenho.

José Leite de Vasconcelos<sup>244</sup> aponta a convivência de espanhóis com os habitantes do lado português da raia (primeiro com os de Noudar,

---

<sup>242</sup> Cf. Artur de Magalhães Basto, *A Fronteira Hispano – Portuguesa. Ensaio de Geografia Política*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923, p. 30.

<sup>243</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 30.

<sup>244</sup> Cf. José Leite de Vasconcelos, *Filologia Barranquenha. Apontamentos para o seu Estudo*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1955, p. 10.

posteriormente com os Barranquinhos), como a origem da influência espanhola na língua portuguesa, que contribuiu para uma linguagem particular e localizada neste espaço da raia alentejana. A predominância espanhola em número de habitantes pode igualmente traduzir-se numa influência cultural com alguma importância.

O mesmo autor aponta que a maioria das famílias de Barrancos (em meados do século XX), têm ascendência espanhola, e sendo alfabetizados ou não, falam esta língua local.

O dialecto falado em Barrancos é uma oralidade não reconhecida enquanto passível de grafia<sup>245</sup>, e que permanece representada como um dialecto inculto. Actualmente, os barranquinhos utilizam esta linguagem própria, considerando-se portugueses, mas não é através da língua portuguesa que se identificam com a nação lusa.

Estamos a falar de um modo de comunicação do domínio oral que se foi estabelecendo através de contactos próximos com os vizinhos espanhóis, ou seja, temos uma característica cultural própria desta zona de Portugal, onde a interacção populacional teve um papel importante.

---

<sup>245</sup> Cf. Valeria Eneida Ruviera Tuleski, *Touros de Morte em Barrancos - Uma Tradição da Fronteira Luso - Espanhola*. Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Antropologia - Património e Identidades no I. S. C. T. E., Lisboa, 2001, p. 34.

## 3.5.

### CENTRO E PERIFERIA:

#### A DINÂMICA DA FRONTEIRA ALENTEJANA

A zona de Noudar é um território periférico que de algum modo se relaciona com o centro político do estado em que está inserido. É, esta a relação que a partir de agora analisaremos.

O que consiste em ser um centro? Um centro é uma zona estruturante da sociedade<sup>246</sup>, que está presente na existência dos integrantes que estão estabelecidos no interior do domínio ecológico em que a sociedade existe, sendo a participação nessa mesma sociedade constituída pela relação com o centro. Este centro pertence à esfera do “sagrado”, não especificamente falando de uma religião oficial, sendo portador de valores e crenças que a sociedade considera sagrados.

O centro é uma estrutura de actividades que engloba funções, pessoas e instituições, que funcionam segundo os valores e crenças que o centro comporta, coordenando a sociedade a um nível institucional<sup>247</sup>.

A sociedade é constituída por um conjunto de subsistemas interdependentes, como a economia, a política e a religião<sup>248</sup>, que têm debaixo da sua influência várias organizações existentes na sociedade, e que se afirmam nesta última de maneiras diferentes, mas tendo como semelhanças uma autoridade comum e relações pessoais e contratuais, sendo que cada uma destas organizações tem uma elite, individual ou grupo, que toma decisões, cujo princípio é a preservação de uma organização estabelecida e controlar o comportamento dos seus integrantes.

As elites decidem segundo certas normas de julgamento e de acordo com determinados valores<sup>249</sup>, que são entendidos como necessários para o

---

<sup>246</sup> Cf. Edward Shils, *Centro e Periferia*. Lisboa, Difel, 1992, p. 54.

<sup>247</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 54.

<sup>248</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 54.

<sup>249</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 55. Segundo Shils, na relação sociedade/autoridade, o sistema central de valores compreende-se por ser um conjunto de valores afirmados e seguidos pelas elites que regem a organização dos subsistemas da



bom funcionamento do sistema, ou seja, para que a sociedade como um todo funcione normalmente e sem desvios. A essas normas chama-se *sistema central de valores*, que são passíveis de variação, desde a sua hiper-afirmação até à negação extrema dos mesmos.

Estas elites ou autoridades são representantes da ordem<sup>250</sup>, sob a qual o sistema central de valores se legitima a si próprio, e que também contém a potencialidade de julgamento crítico sobre o mesmo sistema.

Este sistema de valores existe dependendo da necessidade da existência humana num determinado local de pertencerem a algo maior do que a sua existência individual<sup>251</sup>, estarem em comunhão com todo um conjunto de características visuais (símbolos) que lhes façam despertar um sentimento de pertença a algo superior em dimensão.

No caso das periferias, o exercício da autoridade, através das decisões vindas do centro político<sup>252</sup>, é mais complicado, pois a tendência de expansão da ordem por parte da autoridade esbarra em diversos problemas, como o caso das diferentes capacidades de resposta dos integrantes da ordem, muitas vezes derivadas da tradição.

Nem sempre há consenso sobre o sistema central de valores numa sociedade, e à medida que se avança para longe da autoridade, menos é a consideração pela mesma, as populações mais afastadas dos locais onde se exerce a autoridade não têm uma opinião (tão) afirmativa em relação ao poder central nem em relação ao sistema central de valores. Podemos dizer que a proximidade do centro político aumenta a intensidade do “domínio sagrado” que ele defende e é representante.

Um dos subsistemas da sociedade portuguesa dos séculos XII e XIII é a estrutura política, inserida na organização da coroa e representada pela

---

sociedade, criando estas elites entre si e esses valores, uma afinidade com determinados elementos que são considerados sagrados pela sociedade, ou seja, pelo sistema. Isto vai fazer com que haja uma “correspondência” em atitude por parte dos integrantes da sociedade, que vêm essas elites como pessoas que têm uma relação especial com valores do domínio do sagrado, aceitando-os com uma atitude positiva. A autoridade tem uma apreciação, mesmo que seja mínima, porque está relacionada com o sagrado, domínio que engloba o sistema central de valores e todas as pessoas que possuem uma relação com o sagrado, são “revestidas” de autoridade. Esta apreciação passará para as instituições que organizam a sociedade, e através das quais a autoridade exerce a sua influência e acção na sociedade. Sobre este assunto, veja-se Edward Shils, *op. cit.*, pp. 56-57.

<sup>250</sup> Cf. Edward Shils, *op. cit.*, p. 57.

<sup>251</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 58.

<sup>252</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 63.

autoridade do rei. O rei era visto como um reorganizador da sociedade e do modelo estatal<sup>253</sup>, onde o estado deveria “caminhar” para uma secularização e para uma cada vez maior proeminência política sobre o poder espiritual, que era comum na cristandade ocidental, e que levou a conflitos entre os dois poderes.

O monarca também se preocupava com as periferias<sup>254</sup>, transformando-as muitas vezes em pólos ordenadores do ponto de vista militar<sup>255</sup>, como D. Dinis, que iniciou uma política de criação de coutos de homiziados<sup>256</sup>, que eram locais junto da fronteira com importância militar onde se enviavam indivíduos que cumpriam penas por crimes cometidos, com o objectivo de povoar essas zonas. Este tipo de couto foi criado em Noudar em 1308<sup>257</sup>, com o objectivo de defender a fronteira da raia Baixo Alentejana. Em 1406, D. João I limitou a existência dos coutos de homiziados, sendo que Noudar era um deles<sup>258</sup>. O castelo de Noudar e o seu termo estão aqui claramente representados na interacção Centro-Periferia.

Durante o século XII, o centro mais importante de Portugal era Coimbra<sup>259</sup>, devido ao facto de outros centros populacionais de importância como Lisboa ou Santarém estarem próximas das zonas onde se desenrolavam os combates da reconquista, não podendo tornarem-se de imediato pólos de importância no contexto nacional. Só a partir de D. Afonso II é que houve uma maior “centralização” do poder na zona da Estremadura, nas cidades acima referidas, que continuou com D. Afonso III, que viveu grande parte do seu reinado em ambas.

Os governos das cúrias régias portuguesas durante o século XIII eram itinerantes e tinham preferência por zonas junto à faixa litoral portuguesa<sup>260</sup>, e

---

<sup>253</sup> Cf. José Varandas, *BONUS REX OU REX INUTILIS* [...], cit., p. 605.

<sup>254</sup> Cf. Amélia Aguiar Andrade, *A Construção Medieval do Território*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001, p. 19.

<sup>255</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 612.

<sup>256</sup> Cf. José Mattoso, *A Monarquia Feudal* [...], cit., p. 154.

<sup>257</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 154.

<sup>258</sup> Cf. José Correia de Souto, *Dicionário da História de Portugal*. vol. II, Funchal, Editora Atlântilivro, 1985, p. 262.

<sup>259</sup> Cf. José Mattoso, *Identificação de um país - Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. vol. II, Lisboa, Editorial Estampa, 1985, p. 186.

<sup>260</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 187.

foi assim com D. Afonso III e D. Dinis, que utilizaram muitas vezes a antiga via romana que ligava Lisboa, Santarém, Coimbra e Porto, da qual se passava ao interior do país, para o Minho, Beira e Alentejo.

Os monarcas portugueses da primeira dinastia optam por dar ênfase a vias que ligam os centros populacionais da Estremadura portuguesa<sup>261</sup>, demorando-se mais tempo nestes centros, estando presente apenas ocasionalmente noutros, nomeadamente os centros do Alentejo, o que influenciaria a opinião dos locais sobre o governo do rei. A percepção dos habitantes de Noudar sobre o poder central era uma visão ténue, de populações que estavam longe do poder central, não havendo uma comunhão de valores completamente recíproca entre os dois, apesar de estarem interligados.

O reinado de D. Dinis é claramente um reinado marcante em termos administrativos, é com este monarca que surge uma divisão administrativa de carácter oficial<sup>262</sup>, ficando o castelo e povoação de Noudar abarcados pela comarca de “Entre Tejo e Odiana”, uma circunscrição administrativa, judicial e fiscal. Esta imposição do poder central, após muitos séculos sem qualquer divisão administrativa oficial do país<sup>263</sup>, servia para afirmar cada vez mais o poder do mesmo, evitando as correspondências de divisões eclesiásticas em bispados e divisões feudais em senhorios, tratando-se de uma realidade administrativa autónoma.

Com esta divisão administrativa do reino, o organismo governativo central queria actuar com mais eficiência, sobrepondo-se aos interesses locais e às tradições, indo contra as ordenações tradicionais dos bispados, senhorios e concelhos, que assim não actuavam em seu benefício com uma completa impunidade em relação ao poder central.

A acção do poder central em impor a sua lógica administrativa, indo contra uma “ordem” estabelecida localmente, de interesses locais dos mais poderosos em satisfazer as suas pretensões, aplica-se seriamente ao caso de

---

<sup>261</sup> Cf. Pedro Picoito, “Centro e Periferia. A Percepção das Regiões no Estado Medieval Português (1299-1416)”, *Culturas, Identidades e Globalização, Actas das III Jornadas/Congresso do Arquivo de Beja*, Tomo I, Beja, Arquivo de Beja, 2005, p. 141.

<sup>262</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 141.

<sup>263</sup> Cf. A. H. de Oliveira Marques, “O Estado e as Relações Diplomáticas - Divisão Administrativa Civil”, *Nova História de Portugal*, vol. IV, [...], *cit.*, p. 295.

territórios periféricos como Noudar, pois como Shils afirma<sup>264</sup>, à medida que se avança para dentro de um território e se afasta do centro de poder desse mesmo território, a apreciação desse poder central e dos valores por eles defendidos vai-se atenuando, criando uma espécie de “resistência” ao que é defendido pelo poder central.

Nesta divisão administrativa, Noudar estava sob a alçada do almoraxarifado de Beja<sup>265</sup>, sendo as subdivisões deste almoraxarifado Moura, Serpa e Barrancos.

---

<sup>264</sup> Cf. Edward Shils, *op. cit.*, p. 63.

<sup>265</sup> Cf. A.H. Oliveira Marques, “O Estado e as Relações Diplomáticas - Administração Fiscal”, *Nova História de Portugal, Portugal na Crise dos Sécs. XIV e XV*, [...], *cit.*, p. 302.

## 4.

### A IMPLANTAÇÃO DO CASTELO DE NOUDAR

A construção de um castelo ou uma fortaleza obedecia a uma série de características gerais de implantação e arquitectura de defesa<sup>266</sup>, para melhor responderem a diversos tipos de assédio por parte de sitiantes, como a utilização de engenhos de guerra ou escalada de muros.

Os castelos costumam estar em locais elevados<sup>267</sup>, com uma bom domínio visual da paisagem circundante e protegidos por obstáculos naturais, e o facto de um castelo estar numa zona elevada impede que as suas muralhas sejam muito alargadas em termos de comprimento, pois o relevo local exige que assim o seja.

Noudar seria um local onde se temiam ataques vindos do território castelhano, não só em época medieval, como também durante as guerras da restauração<sup>268</sup>, onde foi cercado a 11 de Julho de 1641, e ocupado posteriormente, pelo que esta fronteira se torna uma de demarcação de cariz prioritário, em termos de necessidade de defesa.

Uma eventual penetração de tropas castelhanas no território teria a ver sim com vias de comunicação, pois no período medieval, o castelo estava situado numa zona de passagem entre o interior da *Kura* de Beja e o território andaluz do sul de Badajoz<sup>269</sup>, como será explorado mais adiante neste trabalho.

A sua posição geográfica e orográfica serviria também para prevenir a defesa do lado português em eventuais conflitos que possam existir entre Portugal e Castela, pois estando inserido num contexto de fronteira e com

---

<sup>266</sup> Cf. João Gouveia Monteiro, *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média – Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Lisboa, Edições Colibri, 1999, p. 51.

<sup>267</sup> Cf. *idem*, *ibidem*, p. 51; O castelo de Noudar, situado entre dois cursos de água e num sítio elevado, obedece às regras gerais de implantação de castelos, no que toca ao estabelecimento em local elevado e aproveitando acidentes naturais como elementos “incorporados” na sua defesa.

<sup>268</sup> Cf. João Cosme, *Elementos para a História [...]*, *cit.*, p. 33.

<sup>269</sup> Cf. Miguel Rego, “A Ocupação Islâmica de Noudar”, [...], *cit.*, p. 72.

relevo acidentado, é uma fortificação que está sujeita aos primeiros embates de guerra.

No entanto, não era uma fortaleza de quem se esperasse uma grande resistência a um ataque inimigo, pois esta estrutura fortificada teria a função de “deter” temporariamente uma eventual invasão por esta zona, como se fosse um local de “primeiro contacto” com o inimigo, para dar tempo às fortalezas de retaguarda para se organizarem.

Isto não diminui a importância de Noudar, pois o seu aproveitamento teve uma finalidade, a de protecção do reino contra uma ameaça exterior, mesmo que a resistência que possa oferecer seja diminuta. Este castelo está inserido em muitos acontecimentos bélicos entre Portugal e Espanha, estando activado até à centúria de oitocentos, como já foi referido.

## 4.1.

### O EQUIPAMENTO DEFENSIVO:

#### A TORRE DE MENAGEM

O castelo actualmente contém catorze torres, cujas dimensões, a olho nu, não variam muito, tal como a sua morfologia. Incorpora uma torre de menagem e uma pequena torre junto a um postigo, fazendo guarda a essa entrada juntamente com outro torreão, ambos situados do lado Este do castelo.

A planta do castelo de Noudar é bastante irregular, semelhante a um trapézio<sup>270</sup>, estando relacionada esta opção geométrica com a orografia, adaptando-se ao espaço existente e mostrando um castelo com um perímetro alongado e muralhas com cerca de sete metros de altura<sup>271</sup>.

A sua torre de menagem, de dezassete metros e meio de altura<sup>272</sup>, e de forma quadrangular, que está situada junto aos dois muros que definem a zona oeste do castelejo, a estrutura primitiva do castelo. Esta torre fica do lado Noroeste do castelejo, e domina toda a fortaleza, possuindo um piso térreo com uma entrada a Sudeste.

Virada para o pátio do castelejo e incorporada na parede da torre de menagem, temos uma entrada para um piso térreo situado na mesma torre, que tem um pequeno espaço interior. Para acedermos ao piso seguinte, entra-se pela porta principal, cujas escadas de acesso comunicam directamente com a cerca do castelejo<sup>273</sup>.

Após a entrada principal da torre, temos um compartimento que dá acesso ao interior da torre e às escadas principais que levam ao seu topo.

---

<sup>270</sup> Cf. *Castelo de Noudar - Barrancos*, Levantamento Fotogramétrico – Planta com altimetria - Escala 1/200, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº 010088, Novembro de 1984, p. 1; esta planta não inclui dois torreões que hoje se encontram no lado sudeste do castelo, ambas incorporadas no castelejo. Essas estruturas são representadas por Duarte de Armas com uma configuração semi-circular, sendo hoje de morfologia quadrangular. Sobre este assunto, veja – se também Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, fl. 122.

<sup>271</sup> Cf. Vera Pires, *Cerâmicas Islâmicas do Castelo de Noudar*. Trabalho prático apresentado no âmbito da cadeira de Arqueologia Islâmica na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no ano lectivo de 2005/2006, p. 6.

<sup>272</sup> Cf. Isabel Mendonça, Rosário Gordalina, Lina Oliveira, Lina e Filipa Avelar, “Inventário do Património Arquitectónico”, [[www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)], nº inventário PT/040204010001, [s. l.], D.G.E.M.N., 2005, p. 1.

<sup>273</sup> Veja-se a fotografia da página 88

Estas escadas são compostas por degraus rectangulares, e no primeiro lance de degraus, temos do lado esquerdo, uma porta, semelhante às outras entradas da torre, cujo acesso se deveria fazer por intermédio de uma escada exterior.



(Torre de menagem do castelo de Noudar)

Um pouco mais acima, no meio do primeiro lance de escadas que fazem a ligação entre o primeiro piso da torre e o seu topo, do lado direito, temos um pequeno corredor que nos leva a uma cisterna interior de armazenamento de água, que devido às suas condições de sombra e ambiente fresco, permite a conservação do precioso líquido dentro do castelo. Virada em frente para este corredor existe uma seteira, situada na parede da torre, de morfologia rectangular.

Isto coincide com a planta apresentada por Duarte de Armas<sup>274</sup>, através da qual o autor nos dá a existência de uma cisterna dentro da torre de menagem do castelo de Noudar, e que foi sendo aproveitada até aos séculos posteriores, chegando ao século XVIII, altura em que ainda essa cisterna se mantém<sup>275</sup>, e cuja existência e configuração quadrangular pude comprovar numa deslocação ao local. A torre de menagem servia também como armazém de pólvora, segundo as informações trazidas do período setecentista.

---

<sup>274</sup> Cf. Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, Fac. símile do M. S. 159 da Casa Forte do A. N. T. T. Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, Lisboa, Edições Inapa, 1990, fl. 122.

<sup>275</sup> Cf. Miguel Luiz Jacob, *Planta da Praça de Noudar -Escala 1/3000*. [Documento Extratexto], “Arquivo Histórico – Militar, 3ª Divisão, - 9ª Secção, (Fortificações). Inventário dos Documentos”, Boletim do Arquivo Histórico – Militar, nº 50, Lisboa, 1980, p. 409.



Todas as três entradas da torre são feitas através de portas com fundo geométrico em forma rectangular e com o topo da porta em abóbada, sendo que o acesso em duas delas é feito por chão e escada de pedra, já a outra está hoje fechada com grades, visto que o seu acesso necessita de uma escada, devido à altura que a separa do pátio do castelejo.

Seguindo um segundo lance de escadas, do lado direito, vamos dar ao topo da torre, onde encontramos um espaço central, com uma escada de acesso ao adarve e ao parapeito do topo da torre. O adarve (também chamado caminho de ronda) é uma estrutura de passagem da guarnição, dando-lhe maior mobilidade e preparação de tiro<sup>276</sup>, além de proporcionar aos elementos humanos de defesa do castelo uma posição de vigia face ao exterior, com uma visão mais ampla sobre as redondezas.



(Adarve do muro de Noudar, onde se vislumbra um dos postigos do castelo, em baixo de um torreão com uma guarita, situados a Sudoeste)

Era ainda no parapeito do topo desta torre que se instalavam os merlões<sup>277</sup>, partes maciças do parapeito de uma fortaleza, separadas por um intervalo, e que correspondiam à ameia da fortificação medieval.

Em Noudar, os merlões da torre de menagem terminam em remate piramidal, em conformidade com os dois desenhos do castelo (vista Norte e Sul), apresentados por Duarte de Armas<sup>278</sup>, e embora as muralhas do castelo não os tenham actualmente, sabemos que eles existiam, pois este autor

<sup>276</sup> Cf. João Gouveia Monteiro, *op. cit.*, p. 77.

<sup>277</sup> Cf. António Lopes Pires Nunes, *Dicionário de Arquitectura Militar*, Casal de Cambra, Edição Caleidoscópio, 2005, p. 169.

<sup>278</sup> Cf. Duarte de Armas, *op.cit.*, fls. 11-12.

desenhou-os, numa altura em que o castelo estava já desactivado, pois muitos deles estavam já destruídos, principalmente os dos torreões que envolvem a cerca. Os merlões que hoje existem na torre foram restaurados em 1985<sup>279</sup>. O recinto principal da torre de menagem incorpora seteiras, próximas do chão do recinto da torre.

Um dos muros do castelejo, situado na posição Oeste do mesmo, está hoje parcialmente derrubado na sua zona de ligação à torre de menagem, terminando numa das torres do castelo, que hoje está cheia de pedras de xisto, material que é utilizado na construção das muralhas.

A torre de menagem consistia em ser o último reduto dos defensores do castelo<sup>280</sup>, onde a entrada principal estava num piso elevado, por questões de segurança, e onde o acesso a esta torre era feito por uma escada de madeira que podia ser retirada em caso de necessidade, devido ao facto do seu primeiro andar estar acima do solo à distância de alguns metros, e também por ser o único sítio onde os defensores do castelo se poderiam refugiar, caso os sitiante penetrassem no castelo.



(Cisternas de Noudar, que se encontram no castelejo)

Isto acontece em Noudar, onde uma das entradas para a torre de menagem está situada a vários metros do chão, embora não seja a entrada

---

<sup>279</sup> Arquivo do Ministério das Finanças, Eng. Alexandre Manuel Pacheco Pires Neves, *Aproveitamento da Fortaleza Medieval de Noudar e sua Área Envolvente - Memória Descritiva e Justificativa*, [Documento Dactilografado], Barrancos, Câmara Municipal de Barrancos, 1990, fl. 5.

<sup>280</sup> Cf. João Gouveia Monteiro, *op. cit.*, p. 57.

principal, pois esta é feita através de uma escadaria de pedra. Vemos então que o acesso a este tipo de torre também poderia ser feito por uma escadaria empedrada adossada à torre, como também podemos observar no castelo de Leiria<sup>281</sup>.

As torres de menagem tinham outras utilizações, muitas delas mostram o seu carácter político, centralizador, nomeadamente a partir do século XV<sup>282</sup>, podendo os seus pisos serem utilizados como locais de alojamento (do alcaide), quando existiam melhorias na iluminação, e poderiam ainda funcionar como armazém, assegurando os apetrechos e preparação militar necessários à defesa da fortaleza.

Junto à torre de menagem, dentro do castelejo, existe uma prisão, que hoje tem uma escada de acesso.

---

<sup>281</sup> Cf. Saul António Gomes, “Torre e Prisão - Para um entendimento da torre de menagem do castelo de Leiria”, *Torre de Menagem do Castelo de Leiria*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 2002, p. 15.

<sup>282</sup> Cf. João Gouveia Monteiro, *op. cit.*, p. 58.

## 4.2.

### OS TORREÕES DA FORTALEZA MEDIEVAL DE NOUDAR

Ao longo das muralhas desta fortaleza na fronteira do Baixo Alentejo com o território espanhol, existem inúmeros torreões<sup>283</sup> posicionadas ao longo das muralhas, que serviam para a defesa de muros muito extensos (como é o caso de Noudar), e deveriam ser mais altas do que a muralha onde estavam inseridas, permitindo uma defesa mais eficaz da fortaleza e proporcionando um flanqueamento da muralha pela redução de ângulos mortos de visão.

Os torreões defendiam a entrada do castelo, o que se verifica em Noudar, onde a porta da vila<sup>284</sup>, era a entrada principal da cerca amuralhada, por onde se acedia normalmente ao castelo. Esta entrada está muitas vezes associada a estruturas defensivas colocadas junto à porta, e disso é exemplo os dois torreões que “guardam” a porta principal da fortaleza<sup>285</sup>.

Ao todo, actualmente, são catorze os torreões colocadas em Noudar, estando distribuídas ao longo da muralha. Segundo a planta de Duarte de Armas<sup>286</sup>, o castelo primitivo, ou castelejo, possuía sete destas estruturas colocadas na muralha, estando duas delas a proteger a porta principal da fortaleza, torreões que hoje subsistem junto à mesma porta. O autor informa-nos também que um dos torreões, situado a norte do castelejo, foi derrubado.

Duas destas estruturas defensivas colocadas junto à muralha eram de configuração semi-circular, ou seja, são os chamados cubelos<sup>287</sup>, estruturas que se começaram a difundir a partir do século XIV, devido a uma necessidade militar de diversificação de ângulos de tiro e uma maior eficácia defensiva, o que levou a uma evolução da forma das torres.

A sua origem poderá ser uma tradição muçulmana ou mesmo romana dos torreões semi-circulares, característicos do Alentejo, uma região onde a

---

<sup>283</sup> Cf. António Pires Nunes, *op. cit.*, p. 233.

<sup>284</sup> Cf. *idem*, *ibidem*, p. 198.

<sup>285</sup> Veja-se a fotografia da página 103.

<sup>286</sup> Cf. Duarte de Armas, *op. cit.*, fl. 122.

<sup>287</sup> Cf. João Gouveia Monteiro, *op. cit.*, p. 70.

pedra é de estrutura geológica fraca, como o xisto, estando este material geológico presente em grande quantidade nas muralhas. De acordo com as informações escritas por Duarte de Armas na sua planta<sup>288</sup>, estes dois cubelos teriam “a altura do andar do muro”, em cuja construção existe xisto, material geológico que abunda dentro do castelo.



(Torreões e muralha de Noudar)

Algumas das torres da fortaleza de Noudar tinham uma cobertura piramidal, o que nos é mostrado pelos dois desenhos do *Livro das Fortalezas*<sup>289</sup> do já referido autor, embora a maioria das torres já não as tivesse, o que remete para um “abandono” do castelo.

Analisando uma planta mais tardia<sup>290</sup>, a de Miguel Jacob, do século XVIII (1755), conseguimos vislumbrar o aumento da estrutura do castelo, sendo acrescentadas mais oito torres, embora três das torres que compõem o castelejo, na direcção sudeste, não estejam representadas.

A muralha aumenta também, como acrescento de defesa face a novas ameaças, como o desenvolvimento do armamento e de novas maneiras de fazer a guerra. Esta evolução bélica e estratégica reflecte-se na configuração (ou parte dela) das torres, visto que actualmente o castelo tem três torres que incorporam guaritas<sup>291</sup>, uma pequena estrutura que tem uma forma cilíndrica e

---

<sup>288</sup> Cf. Duarte de Armas, *op. cit.*, fl. 122.

<sup>289</sup> Cf. idem, *ibidem*, fls. 11-12.

<sup>290</sup> Cf. Miguel Jacob, *Planta da Praça de Noudar*, *op. cit.*, p. 409.

<sup>291</sup> Cf. António Pires Nunes, *op. cit.*, p. 124.

serve para abrigo das sentinelas, que em Noudar estão colocadas em cima de três torres, uma a Sudoeste, outra a Nordeste, e uma última, a Noroeste.

Por último, de salientar que uma das torres do castelo, situada no ângulo Sudeste do castelo e incorporada no castelejo, está hoje parcialmente destruída, e existem dois torreões que se posicionam no local onde anteriormente existiam os cubelos.

## 4.3.

### OUTROS EQUIPAMENTOS DEFENSIVOS

O castelo de Noudar possui outros tipos de estruturas defensivas, nomeadamente a barbacã. Posicionada em frente a umas das entradas do castelo, que nos é mostrada pela planta de Duarte de Armas<sup>292</sup>, consiste em ser uma estrutura defensiva mais baixa em relação à cerca principal e colocada no exterior e próxima desta<sup>293</sup>, podendo ser limitada a uma parte da mesma ou cobrir a totalidade da fortaleza, com o objectivo de servir como barreira avançada a uma primeira investida de eventuais sitiantes.

A barbacã era uma estrutura defensiva que, além de poder proteger a porta principal (é este o caso em Noudar), podia significar uma defesa eficaz contra um ataque do exterior, recebendo o primeiro embate de guerra, e retardando o avanço inimigo em direcção à porta principal.

A planta do escudeiro da casa de D. Manuel<sup>294</sup> mostra-nos que a barbacã em Noudar não cobria a totalidade da fortaleza, começava num torreão situado no ângulo Sudeste do castelo, pertencente ao castelejo, e cobria a quase totalidade da fortaleza, protegendo a porta principal, vindo a terminar num cubelo situado mais a sul do castelejo. A porta principal era a entrada mais importante do castelo, era também a maior, e a sua captura determinava o destino da fortaleza.

Podemos observar também nos dois desenhos deste autor<sup>295</sup> que a barbacã se encontrava à época em estado de destruição, com várias fissuras, mas possuindo ainda merlões, embora já poucos.

Na planta setecentista de Miguel Jacob, além da barbacã desenhada por Duarte de Armas, que se mantém no século XVIII intacta (segundo a respectiva planta), existe outra estrutura defensiva que protege a entrada e desce pela encosta, indo dar à estrada de Moura, é uma barbacã implantada

---

<sup>292</sup> Cf. Duarte de Armas, *op. cit.*, fl. 122.

<sup>293</sup> Cf. António Pires Nunes, *op. cit.*, p. 61.

<sup>294</sup> Cf. <http://pt.wikipedia.org>.

<sup>295</sup> Cf. Duarte de Armas, *op. cit.*, fls. 11-12.

posteriormente para protecção da porta principal do castelo, pois era a entrada mais perto dela.

Vemos, através da planta, que esta estrutura defensiva protegia ainda a fortaleza de qualquer incursão vinda da via que liga Noudar a Valência de Mombuey, atravessando o Ardila. Actualmente a travessia deste curso de água faz-se de modo razoável, durante o verão e por meio de automóvel ligeiro, mas o caudal do rio no século XVIII era maior, pelo que a sua passagem se poderia tornar difícil. No entanto, não era impossível passar para o lado português. Se existiram pontes, obra de engenharia militar, não temos informações sobre tal aspecto.

Esta barbacã percorre o exterior do castelo desde o lado Nordeste até ao lado Sudeste, englobando a barbacã primitiva na sua totalidade. É definitivamente um acrescento posterior que possui duas extensões de forma triangular que saem pela encosta na qual se encontra hoje o castelo, tendo igualmente entre estas duas formas uma configuração relativamente recta.

Mais a Oeste, existia outro acrescento, uma espécie de barbacã mais pequena, que tinha uma configuração triangular, e estava situada junto a uma das entradas do castelo, um postigo situado a Noroeste.

Destas estruturas, apenas se encontram alguns vestígios, nomeadamente no caminho que leva ao castelo, situando-se um pouco abaixo da rampa que leva à entrada principal, acabando num pequeno “largo” onde termina igualmente o caminho e onde actualmente os visitantes colocam as suas viaturas. Da primeira barbacã, temos também vestígios, que se encontram situados em frente ao muro este da totalidade da fortaleza, “protegendo” as torres aí instaladas, embora esteja já muito destruída.

A barbacã é uma muralha cujas primeiras construções em Portugal são datadas do fim do século XIV<sup>296</sup> e também está relacionada com as invasões castelhanas daquele período<sup>297</sup>, nomeadamente no reinado de D. Fernando<sup>298</sup>,

---

<sup>296</sup> Cf. João Gouveia Monteiro, *op cit.*, p. 87.

<sup>297</sup> Cf. João Gouveia Monteiro, “Estratégia e Tática Militar”, *Nova História Militar de Portugal*. Direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, p. 250.

<sup>298</sup> *Cortes Portuguesas, Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, vol. I. Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques e Nuno José Pizarro Pinto Dias, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990, p. 76. Nas Cortes de Lisboa de Julho/Agosto de 1371, nos capítulos especiais de Santarém, são referidos os muitos encargos do concelho para construir estruturas defensivas, entre elas a barbacã.



de onde existem notícias de edificações e reparações destas estruturas defensivas, o que mostra interesse em que elas estivessem em bom estado, dada a sua importância em contexto de assédio.

## 4.4.

### AS ENTRADAS, AS HABITAÇÕES E OUTRAS

#### ESTRUTURAS DO CASTELO

O castelo de Noudar tem actualmente três entradas, a porta da vila, que já referi, era a entrada principal do recinto amuralhado. É uma entrada com uma abóbada e que tem actualmente uma porta de madeira, por onde os visitantes acedem ao castelo.

A fortaleza tem três postigos<sup>299</sup>, pequenas entradas nas muralhas que serviam para que as pessoas entrassem no castelo, evitando a abertura da porta principal. Dois destes postigos situam-se a Sudoeste e a Noroeste, dois pontos onde se encontram torres com guaritas, destinando-se as torres a proteger estas entradas.

O terceiro encontra-se a Sudeste, junto da torre que está hoje parcialmente derrubada e que está obstruído com pedras, dava acesso à Murtega, onde se fazia a recolha de água, através da qual se abastecia a fortaleza<sup>300</sup>.

Os dois primeiros postigos encontram-se hoje “tapados” com grades de ferro, sendo impossível utilizá-los, tanto mais que poderia ser perigoso, devido à inclinação da colina onde se erguem as muralhas de Noudar, e um deles, situado a Noroeste, tem junto de si uma escada de acesso ao adarve principal do castelo.

O postigo Sudoeste é “guardado” por duas torres, uma delas tem no seu topo uma guarita, e a outra é um pequeno torreão de morfologia quadrada que se encontra ao lado desta entrada, e que consiste em ser uma torre mais pequena que as restantes posicionadas ao longo dos muros. Ambas as estruturas junto à porta estão relacionadas com a defesa e segurança da entrada de pessoas no castelo.

---

<sup>299</sup> Cf. António Pires Nunes, *op. cit.*, p. 199.

<sup>300</sup> Segundo informação do guarda do castelo, esse postigo seria uma entrada para um acesso subterrâneo até à ribeira da Murtega, estrutura que não pude, evidentemente, comprovar, devido ao facto da entrada estar bloqueada.

Sabemos que no século XVI esta entrada tinha duas estruturas de defesa que a envolviam<sup>301</sup>, estando situadas na encosta Sudoeste onde se ergue o castelo, com acesso à ribeira da Murtega. Uma destas estruturas tem seteiras incorporadas, para facilitar o disparo.

A função desta entrada está ligada ao curso de água referido anteriormente, era um acesso que necessitava de defesa e de vigilância para permitir um regresso seguro à vila, em caso de ataque, podendo servir também para proteger o gado que seria levado à ribeira para beber.

A configuração destas duas estruturas defensivas apresenta um ângulo de noventa graus (cada uma), estando posicionadas paralelamente uma à outra. É uma “formação em cotovelo”<sup>302</sup>, cuja função seria travar os possíveis agressores da fortaleza, através desta formação geométrica, obrigando-os a deslocar em ângulo recto, até chegarem à porta situada na muralha, causando-lhes o maior número possível de baixas, pois para chegarem até ao interior do castelo, tinham que contornar as ditas estruturas.

Poderão ser estruturas de origem muçulmana, do período almóada, embora para o presente caso, não o possamos afirmar com certeza.

É dentro do castelejo que se encontram duas cisternas<sup>303</sup>, que se destinariam ao armazenamento de águas pluviais, uma é de morfologia circular e outra quadrada. Estas estruturas de armazenamento eram muito importantes, pois o abastecimento de água para a defesa da vila de Noudar dependia delas, e estando estas estruturas posicionadas numa zona da fortaleza onde os intervalos entre as torres são mais pequenos, permitia uma defesa mais eficaz, pois os defensores do castelo não teriam que se deslocar tanto para as defender. Isto mostra a sua importância e o quanto necessário era defender estas cisternas, porque sem abastecimento de água, a rendição do castelo era mais fácil de conseguir.

O castelo de Noudar tinha casas de piso térreo no século XVI<sup>304</sup>, encostadas à muralha este do castelo, e das quais hoje já praticamente não

---

<sup>301</sup> Cf. Duarte de Armas, *op. cit.*, p. 11.

<sup>302</sup> Cf. João Gouveia Monteiro, *Os Castelos Portugueses*, [...], *cit.*, p. 84.

<sup>303</sup> Veja-se a fotografia da página 90.

<sup>304</sup> Cf. Duarte de Armas, *op. cit.*, fl. 122.

temos vestígios<sup>305</sup>. Eram aposentos compostos por várias casas e que se prolongavam pelo muro do castelejo. Estas estruturas, posteriormente, serviram de armazém, estando no século XVIII já demolidas<sup>306</sup>.

Neste período, junto à entrada da fortaleza, situavam-se os quartéis da guarnição, estruturas das quais hoje não temos vestígios, e que se situavam no local onde anteriormente se encontrava uma torre, junto ao ângulo Norte do castelejo.

Sabemos também que tinha duas ruas no seu interior<sup>307</sup>, colocadas paralelamente e orientadas no sentido Norte-Sul, sendo designadas como ruas de Ardila e de Murtega. Aqui vemos a toponímia local a receber influência da hidrologia local, o que mostra a importância destes dois cursos de água e o que significavam para os habitantes de Noudar ao longo dos séculos de existência do castelo.



(Igreja de Nossa Senhora de Entre Ambas as águas)

No interior desta estrutura fortificada existe uma igreja, com sinais de recuperação recente. Esta estrutura tem uma torre com um sino, à qual se acede por uma escada exterior. É um templo que esteve com graves problemas de cobertura e com elevado grau de destruição<sup>308</sup>, estando o seu

<sup>305</sup> Veja-se a fotografia da página 151.

<sup>306</sup> Cf. Miguel Jacob, *Planta da Praça de Noudar*, *op. cit.*, p. 409.

<sup>307</sup> Cf. Adelino de Matos Coelho, *O Castelo de Noudar* [...], *cit.*, p. 26.

<sup>308</sup> Cf. Adelino de Matos Coelho, *op. cit.*, p. 24.

restauro vindo a ser feito desde 1984, pouco após as obras de construção e consolidação de algumas das estruturas arruinadas do castelo, que se efectuaram paralelamente a intervenções arqueológicas na zona do castelejo<sup>309</sup>.

A igreja foi denominada no século XVI por igreja de Nossa Senhora de Entre-Ambas-as-Águas<sup>310</sup>, designação que se manteve posteriormente<sup>311</sup>, tendo sido devotada a Nossa Senhora do Desterro no século XVII.

---

<sup>309</sup> Cf. Cláudio Torres, “Barrancos: Noudar - 1982”, *Informação Arqueológica. Boletim de informação arqueológica portuguesa*, nº 5 (1982/83), Lisboa, 1985, p. 40.

<sup>310</sup> Cf. Adelino de Matos Coelho, *op. cit.*, p. 24.

<sup>311</sup> Cf. Cláudio Torres, *op. cit.*, p. 40.

## 4.5.

### O CASTELO DE NOUDAR E OUTRAS

#### FORTALEZAS DE FRONTEIRA:

#### OS CASTELOS DE MOURA E DE MOURÃO

Analisando o castelo de Noudar e comparando com os castelos que se situam na sua retaguarda nesta zona de fronteira, podemos encontrar algumas diferenças na morfologia destas fortificações alentejanas.

As Torres de Menagem de Moura e Mourão são mais altas que a de Noudar<sup>312</sup>, a de Mourão mede quase vinte metros de altura, e a de Moura mede cerca de vinte e cinco metros, contra os dezassete de altura já mencionados da respectiva torre do nosso castelo.

As várias estruturas defensivas das fortalezas referidas são em maior número<sup>313</sup> em relação a Noudar, possuem mais torreões adossados às muralhas e mais altos (os de Mourão são mais elevados, variando a sua altura entre os doze e os quinze metros, e os de Moura entre os dezasseis e os dezanove, já os de Noudar que estão situadas numa posição de “canto”, têm entre os oito e os nove metros de altura<sup>314</sup>, pelo que os restantes não teriam altura muito diferente desta). Actualmente, Noudar tem um número maior de torreões, resultado de acrescentamentos posteriores, que são explicados no capítulo anterior e visualizados nas plantas apresentadas.

O número de torreões varia entre as estruturas. Duarte de Armas mostra-nos<sup>315</sup> que Noudar conta com dois torreões intactos, um desmoronado, existindo dois cubelos, já Mourão comporta cinco torreões, Moura tem oito e ainda dois cubelos, o que o define como um castelo de dimensão superior.

---

<sup>312</sup> Cf. João Gouveia Monteiro, *Os Castelos Portugueses* [...], *cit.*, pp. 65-66.

<sup>313</sup> Cf. Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, [...], *cit.*, fl. 122; fl. 122v.

<sup>314</sup> Cf. João Gouveia Monteiro, *op. cit.*, pp. 65-66. Mais precisamente, os torreões de Mourão mediam entre 12,32m e 15,95m, e os de Moura, entre 16,50 e 19,25. Os de Noudar eram mais baixos, situavam-se entre os 8,80m e os 9,35m. O inventário do património arquitectónico da D.G.M.E.N. apresentado anteriormente (nota 271), dá-nos a informação de que a medida da torre de menagem de Noudar é de 17 m, mas João Gouveia Monteiro refere que a mesma torre tem 15,62m, embora o inventário seja mais recente, em termos cronológicos, contendo informações sobre o castelo de Noudar que foram actualizadas pela última vez em 2005.

<sup>315</sup> Cf. Duarte de Armas, *op. cit.*, fl. 122.

As portas também são diferentes, a porta do castelo de Mourão (vista Este)<sup>316</sup> é guardada por duas torres próximas da porta, tendo as duas aproximadamente a mesma configuração e altura, como está no referido desenho sendo que a barbacã tem uma entrada mais pequena, tendo no topo ameias. Na sua vista Oeste<sup>317</sup>, onde a outra porta está colocada entre dois torreões adossados à muralha, reparamos que não existe (ou não foi desenhada) outra entrada para o interior das muralhas, através da barbacã. A primeira porta do Castelo de Mourão tem ligação com a vila, a entrada “dá a sua face” para as casas da localidade e está situada na barbacã, sendo esta última entrada exterior, mais pequena que a interior, que está “guardada” por duas torres.



(Porta da Vila de Noudar, guardada por dois torreões)

O caso da porta do castelo de Moura<sup>318</sup>, na sua vista Este, situa-se num local da barbacã em frente à vila, tal como em Mourão, sendo esta entrada a única representada nesta perspectiva, havendo ainda um chafariz colocado junto às muralhas exteriores do castelo na sua vista Oeste, onde observamos a referência a uma porta falsa, que também nos é dada pela planta do mesmo

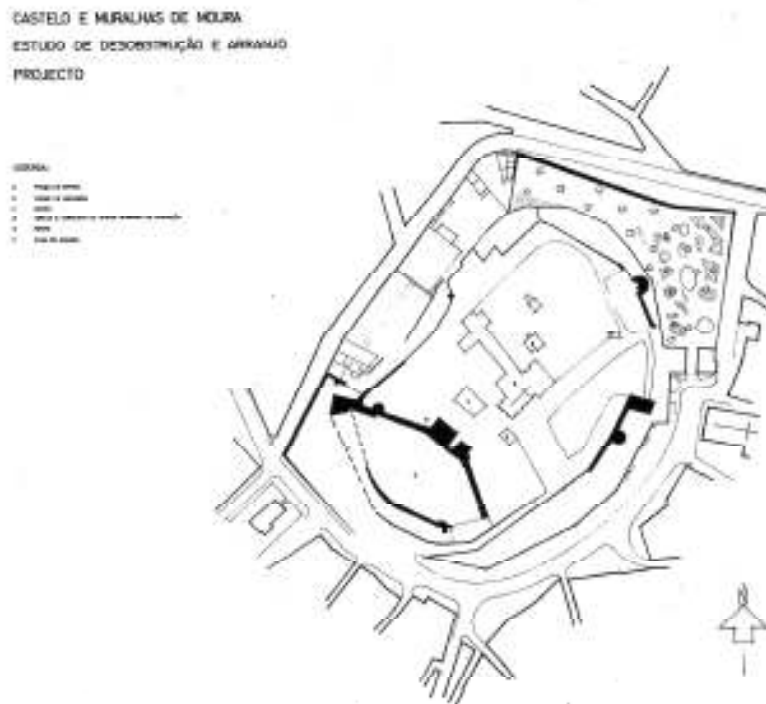
---

<sup>316</sup> Cf. idem, *ibidem*, fl. 13

<sup>317</sup> Cf. idem, *ibidem*, fl. 14.

<sup>318</sup> Cf. idem, *ibidem*, fls. 9-10.

autor<sup>319</sup>. Esta entrada destinava-se, não para o acesso ao interior da muralha, mas a um lugar sem saída<sup>320</sup>, para em caso de assédio dividir as forças assaltantes.



(Planta do Castelo e Muralhas de Moura – D.G.E.M.N., Desenho, nº 002114)

A barbacã está presente nos três castelos. Segundo as plantas já utilizadas<sup>321</sup>, em Mourão, tem uma configuração recta e quadrangular, ou seja, segue a linha de muralha e nos ângulos da mesma “remata” os torreões, contornando-os geometricamente com formas quadrangulares, cercando a quase totalidade da fortaleza. Em Moura, a barbacã também cerca a quase totalidade da fortaleza. Em Noudar, cobre também o castelo quase por inteiro.

Nos três casos<sup>322</sup>, temos também outros pontos comuns, como a presença de merlões em forma quadrangular e com remate piramidal, estando instaladas, nas muralhas do perímetro do castelo e também nas barbacãs,

<sup>319</sup> Cf. idem, *ibidem*, fl. 122.

<sup>320</sup> Cf. João Gouveia Monteiro, *Os Castelos em Portugal [...], cit.*, p. 82.

<sup>321</sup> Cf. Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, fl. 122.

<sup>322</sup> Cf. idem, *ibidem*, fl. 122.



embora em Moura se apresente um caso específico de seteiras mais elevadas na barbacã<sup>323</sup>, provavelmente para uso de armas de fogo e, por conseguinte, mais tardio. Este tipo de estrutura também se vislumbra na vista Sul de Noudar, embora aqui esteja disposta de forma defensiva e junto a uma entrada.

Os castelos de Moura e Mourão, analisando as plantas apresentadas por Duarte de Armas<sup>324</sup>, são de perímetro superior e de estrutura mais complexa do que Noudar, possuem compartimentos em maior número, e de vários pisos, o autor mostra-nos que os compartimentos eram “sogradados”, pelo que se destinavam a uma guarnição mais numerosa, enquanto Noudar apenas tem casas térreas.

Mourão tem também um caso específico em termos de defesa, a existência de um fosso que cobre metade da fortificação. Este fosso, identificado como *cava*, no caso de Mourão, estava situado(a) em frente à barbacã<sup>325</sup>, e com esta última cobria cerca de metade da fortaleza.



(Planta do Castelo de Mourão – D.G.E.M.N., Desenho nº 001900)

<sup>323</sup>Cf. idem, *Ibidem*, fl. 10.

<sup>324</sup> Cf. idem, *ibidem*, fls. 122.

<sup>325</sup> Cf. idem, *ibidem*, fl. 122v.

Quanto a Noudar, a existência de um obstáculo semelhante a um fosso é materializado nos cursos de água do Ardila e da Murtega.

O castelo de Noudar, pelos desenhos analisados<sup>326</sup>, mostra um aspecto de “desactivação”, talvez devido à menor importância em relação aos outros castelos referidos, pois é uma estrutura com menor dimensão, tendo três dos torreões os respectivos merlões destruídos, apresentando a barbacã fracturas ao longo da sua extensão.

Sabemos que Noudar teve ocupação muçulmana<sup>327</sup>, e que recebeu um contributo almóada em termos construtivos, sendo aplicadas as muralhas de taipa, novidades introduzidas pelos almorávidas e que tinham sido ensaiadas no norte de África, a partir do século XI. Estas muralhas começaram a ter sucesso na Península Ibérica, sendo constituídas por terra argilosa, telha ou tijolo moído e argamassa de cal, materiais que eram depositados dentro de uma estrutura de madeira e eram bastante calcados, construindo-se assim muros de grande qualidade. No entanto, as muralhas de taipa remontam ao período do califado Omíada<sup>328</sup>, período onde começaram a aparecer no Al-Andalus fortificações com este material, embora tenhamos que ter em atenção que as fortificações de taipa no *Gharb* não terão que ser obrigatoriamente deste período.

O castelo de Noudar sofreu alterações no final do século XIII, princípio do XIV, pois as primeiras fortificações a receberem as reformas góticas foram os castelos de fronteira<sup>329</sup>, devido ao facto de serem os mais expostos aos primeiros embates com uma possível força invasora exterior. Pertencia à “primeira linha de defesa do reino”, e como tal foi efectivamente um dos castelos que sofreu essas alterações já mencionadas, com as reformas de fortalezas fronteiriças de D. Dinis

---

<sup>326</sup> Cf. idem, *ibidem*, fls. 11-12.

<sup>327</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, “Arquitectura Militar”, [...], *cit.*, pp. 114-115.

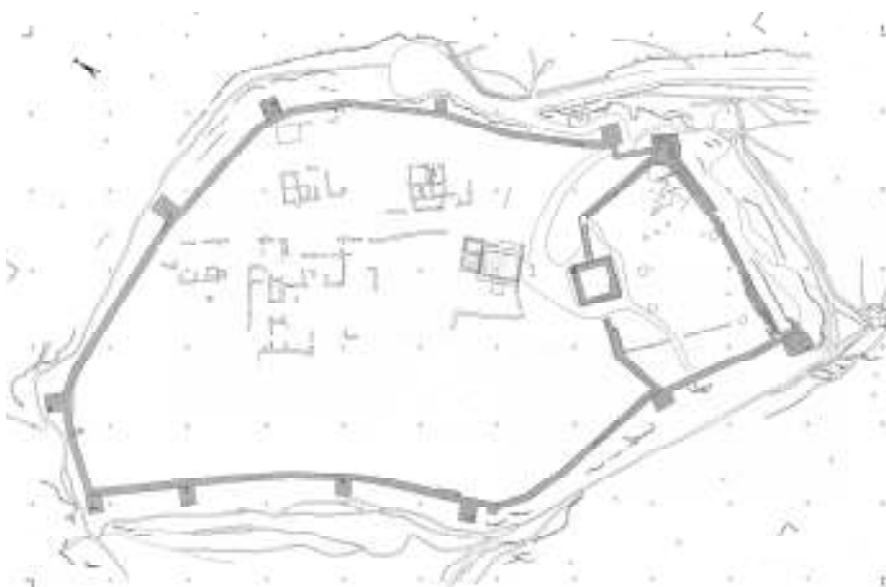
<sup>328</sup> Cf. Fernando Branco Correia, “Fortificações Islâmicas do Gharb”, *Portugal Islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp.195-196.

<sup>329</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994, p.71.

Estas alterações faziam parte da política militar deste monarca português, que mandou reforçar vários castelos junto à fronteira com Castela, (além de Noudar, também o de Moura foi reforçado) após esta ter ficado definida a 12 de Setembro de 1297, em Alcanizes<sup>330</sup>.



(Planta do castelo de Noudar – Levantamento Fotogramétrico D.G.E.M.N., nº 010088)



(Planta do castelo de Noudar – D.G.E.M.N., Desenho nº 010089)

<sup>330</sup> Cf. José Mattoso, *A Monarquia Feudal*, [...], cit., pp. 151-154.

## 4.6.

### O ENQUADRAMENTO HISTÓRICO DE NOUDAR:

#### DA PRÉ-HISTÓRIA A 1297

O castelo de Noudar teve diversas ocupações, começando por ser um castro de povoamento de transição do Neolítico para o Calcolítico<sup>331</sup>, sendo que a hipótese de ocupação neste período é sustentada pelo aparecimento de materiais arqueológicos que se integram no Calcolítico pleno-final, embora este material tenha aparecido descontextualizado<sup>332</sup>. Quanto à Idade do Bronze, o espólio encontrado não é muito numeroso, aparecendo apenas alguns fragmentos de cerâmica.

Como povoado da Idade do Ferro, era muito semelhante a outros povoados próximos, como o Castro da Azougada ou o Castelo Velho de Safara, aparecendo cerâmicas de fabrico não regional, resultado de uma rede significativa de relações comerciais, explicada pela exploração de minério, actividade em que a região era rica<sup>333</sup>.

Em época romana, sabe-se pouco sobre o tipo de estrutura urbana, embora as actividades ligadas à exploração mineral tenham continuado, pelo aparecimento de quatro lingotes de chumbo. A dinâmica inter-relacional de espaços nesta região também não deve ter sofrido alterações, e a existência de um edifício religioso parece comprovar uma continuidade de ocupação durante o período tardo-romano, após o aparecimento de restos de colunas lisas e de um capitel, datados da segunda metade do século VII<sup>334</sup>.

No período islâmico, sabemos seguramente que Noudar teve ocupação entre os séculos X e XIII<sup>335</sup>, numa altura em que a mineração continuaria activa,

---

<sup>331</sup> Cf. Vera Pires, *Cerâmicas Islâmicas do Castelo de Noudar*, [...], *cit.*, p. 8.

<sup>332</sup> Cf. Miguel Rego, “Investigações Arqueológicas no Castelo de Noudar”, [...], *cit.*, p. 41.

<sup>333</sup> Cf. *idem*, *ibidem*, p. 42.

<sup>334</sup> Cf. *idem*, *ibidem*, p. 43.

<sup>335</sup> Cf. *idem*, *ibidem*, p. 44.

pois no Baixo Alentejo e Algarve continuava-se a explorar as minas de cobre, havendo no distrito de Beja boas minas de prata<sup>336</sup>.

Foram encontrados em Noudar vestígios de ocupação islâmica datados<sup>337</sup>, uma lápide funerária datada do século XI, dedicada a *Khalaf Ibn Qasim* (mais particularmente a noite de 24 para 25 de Setembro de 1080), altura em que Noudar estava sob a égide da dinastia abádida, reinante em Sevilha<sup>338</sup> e governada por Abbad b. Muhammad al-Mutamid, cuja queda se dará em 1091. Existe outra, também do século XI<sup>339</sup>, dedicada a *Ibn Musa*, e são ambas fabricadas em xisto.

No século X, a organização administrativa islâmica manteve as mesmas unidades de administração pré-existent<sup>340</sup>, tal como na Síria e Egipto. Na Península Ibérica, estabeleceram-se as *Kuwar* (ou *Kura*), circunscrições administrativas que coincidiam com os antigos *conventus* romanos, e Noudar localizava-se numa zona de passagem que ia desde interior da *Kura* de Beja<sup>341</sup> até ao actual território espanhol, controlando a ligação de *Baja* a *Sarish* (Jerez de los Caballeros).

Para compreendermos a vinda do castelo de Noudar para a coroa portuguesa, temos que igualmente perceber a sua proximidade em relação a outras localidades, nomeadamente Moura<sup>342</sup>, termo este ao qual pertencia na Idade Média. Veremos que Noudar e o seu espaço circundante (o território do lado português), são envolvidos em vicissitudes políticas e negociais, transitando para as mãos de proprietários diferentes ao longo do século XIII<sup>343</sup>.

Começamos então com uma abordagem às incursões militares no Alentejo do século anterior. D. Afonso Henriques, nas suas conquistas

---

<sup>336</sup> Cf. Helena Catarino, “A Ocupação Islâmica”, [...], *cit.*, p. 319.

<sup>337</sup> Cf. Artur Goulart de Melo Borges, “Epigrafia Árabe no Gharb”, [...], *cit.*, p. 238.

<sup>338</sup> Cf. Santiago Macias, “Resenha dos Factos Políticos”, *História de Portugal*. Direcção de José Mattoso, vol. I - *Antes de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p. 425.

<sup>339</sup> Cf. Artur Goulart de Melo Borges, “Epigrafia Árabe no Gharb”, [...], *cit.*, p. 293.

<sup>340</sup> Cf. A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal* [...], *cit.*, p. 30.

<sup>341</sup> Cf. Miguel Rego, “A Ocupação Islâmica de Noudar”, [...], *cit.*, p. 72.

<sup>342</sup> Cf. Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana* [...], *cit.*, p. 232.

<sup>343</sup> Cf. José Mattoso, *A Monarquia Feudal*, [...], pp.136-139;149-152. Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana*, [...], *cit.*, p. 233. João Cosme, “O Reflexo das rivalidades luso - castelhanas no espaço raiano” [...], *cit.*, pp. 380-389.

alentejanas, contou com o “apoio” das acções de Geraldo “*Sem Pavor*<sup>344</sup>”, que teve papel importante nas campanhas alentejanas do século XII, ocupando diversas praças aos almóadas, tanto no actual território português como na Estremadura espanhola.

As praças da margem esquerda do Guadiana, Moura e Serpa, foram tomadas em 1166 por D. Afonso Henriques<sup>345</sup>.

Geraldo, após conquistar Évora no mesmo ano (e a ter entregue ao rei)<sup>346</sup>, apoderou-se de praças muçulmanas na Estremadura espanhola, como Cáceres, Trujillo e Montanchez, estando Beja já em mãos portuguesas. Estas acções fechavam o cerco a Badajoz, a mais importante praça do ocidente peninsular<sup>347</sup>, e cuja conquista pelo primeiro monarca português poderia significar um obstáculo à expansão leonesa para o Sul da Península Ibérica.

A tentativa de conquista da grande fortaleza muçulmana, cujo desfecho do ataque português é sobejamente conhecido, após a chegada de reforços muçulmanos<sup>348</sup>, que, aliados aos leoneses, conseguem parar as investidas portuguesas sobre Badajoz, pelo menos da parte do rei português, pois D. Afonso Henriques é capturado na sua fuga por cavaleiros de D. Fernando II, rei de Leão, que o manda vir à sua presença e lhe pede que pare com os ataques a Badajoz, concedendo-lhe posteriormente a liberdade. Já Geraldo teve que entregar a maioria das praças que tinha tomado, em troca da sua liberdade.

Após uma nova tentativa de conquista de Badajoz, Geraldo, que entretanto se tinha instalado em Juromenha (provavelmente não a tinha entregue no ano anterior), investe de novo sobre a praça e falhando novamente a tão almejada conquista, sendo expulso de Juromenha por Abu Hafs, irmão do emir, passando ao serviço dos almóadas em 1173, altura em que D. Afonso

---

<sup>344</sup> Cf. José Pires Gonçalves, “O Papel de Giraldo Sem Pavor na Reconquista Cristã da Península no Século XII”, Évora, Livraria Nazareth, 1980, p. 10; José Mattoso, *A Monarquia Feudal*, [...], cit., pp. 77.

<sup>345</sup> Cf. José Mattoso, *A Monarquia Feudal*, [...], cit., p. 77.

<sup>346</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 77.

<sup>347</sup> Cf. Maria Alegria Fernandes Marques, “A viabilização de um Reino”, *Nova História de Portugal*. Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III - *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do séc. XIV*, Coordenação de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, Editorial Presença, 1996, p. 30.

<sup>348</sup> Cf. José Mattoso, *A Monarquia Feudal*, [...], cit., p. 78.

Henriques pediu tréguas aos muçulmanos, vindo a morrer em Marrocos executado por traição<sup>349</sup>.

A margem esquerda do Guadiana é perdida em 1169<sup>350</sup>, incluindo o território onde se encontrava Noudar, após alguns anos (poucos) sob domínio português.

A margem esquerda do Guadiana só voltaria a ser conquistada por forças cristãs nos anos 30 do século XIII<sup>351</sup>, período onde a guerra, impulsionada pela Santa Sé, atinge não somente a dimensão de conquista, mas também a de “serviço religioso”, pois o papa Gregório IX concedia indulgências de cruzada a todos os que acompanhassem o rei D. Sancho II na guerra.

Moura e Serpa foram tomadas entre 1232-34 por forças portuguesas, com auxílio dos cavaleiros hospitalários<sup>352</sup>. Frei António Brandão refere-nos que Serpa poderá ter sido ganha no ano de 1232<sup>353</sup>, durante o reinado de D. Sancho II, altura em que houve um incremento guerreiro na coroa portuguesa, e embora o autor não dê certeza sobre esta informação, Serpa veio para a coroa de Portugal durante o reinado de D. Sancho II, embora tivessem sido conquistadas com apoio de uma Ordem religiosa e militar, a do Hospital, que tinha uma certa autonomia de actuação em relação à coroa portuguesa e à castelhana<sup>354</sup>, mas cuja presença nas conquistas da área do Guadiana era importante, estando presente nas conquistas dos castelos da margem esquerda deste rio.

É possível que Noudar tenha igualmente sido tomada nesta altura e viesse também para mãos cristãs, juntamente com as outras localidades. O facto é que este local é omissos na maioria da bibliografia e fontes, o que nos pode colocar uma questão de hierarquização de espaço, uma periferia sem

---

<sup>349</sup> Cf. José Mattoso, *A Monarquia Feudal*, [...], cit., p. 79.

<sup>350</sup> Cf. A. H. de Oliveira Marques, *História de Portugal*, [...], cit., p. 112.

<sup>351</sup> Cf. José Varandas, *BONUS REX OU REX INUTILIS* [...], cit., p. 573.

<sup>352</sup> Cf. idem, *ibidem* p. 577.

<sup>353</sup> Cf. António Brandão, *Monarquia Lusitana*, [...], cit., p. 132.

<sup>354</sup> Cf. Hermenegildo Fernandes, *D. Sancho II - Tragédia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2007, pp. 247-248.

grande importância, e que não “atraiu” a atenção dos cronistas, que a ela não se referem.

Quanto aos autores da sua conquista no século XII, a sua definição é muito obscura, terão sido talvez os filhos segundos da média e alta nobreza, além de elementos das ordens militares<sup>355</sup>. Uma dessas figuras preponderantes na conquista do Alentejo no reinado de D. Sancho II foi D. Afonso Peres Farinha, que teve papel preponderante nas conquistas dos castelos de Moura e Serpa, em 1232<sup>356</sup>, e devido à proximidade de Noudar com estas localidades (nomeadamente Moura), é mesmo provável que tenha sido conquistada no mesmo ano.

É então no reinado de D. Sancho II que a margem esquerda do Guadiana vem para mãos portuguesas, e com ela o castelo de Noudar, havendo uma continuidade de avanço militar em direcção a Sul<sup>357</sup>, numa sucessão de conquistas de fortalezas através de guarnições que se vão posicionando no território alentejano. É nesse avanço militar, onde estão presentes membros da casa real (como o irmão mais novo do rei, o infante D. Fernando, senhor de Serpa, que recebe cerca de dez bulas papais para a guerra contra os mouros)<sup>358</sup>, que se vai adquirindo uma maior dimensão espacial para o reino, e que apontam para um objectivo mais ambicioso, a conquista do Algarve, após a necessária consolidação das posições alentejanas. O castelo de Noudar e a margem esquerda do Guadiana, a partir daqui, não mais sairão de mãos cristãs.

Após o fim da conquista do Algarve em 1249<sup>359</sup>, onde D. Afonso III, já rei, se tinha apoderado dos castelos de Faro, Albufeira e Porches, tendo o

---

<sup>355</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, “História das Campanhas”, *Nova História Militar de Portugal*. Direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, p. 60.

<sup>356</sup> A figura de Afonso Peres Farinha é tida por José Mattoso como Prior do Hospital na altura da conquista de Moura e Serpa, já Mário Barroca diz que, primeiramente, este homem actuou como civil, só ingressando na referida Ordem por volta de 1250, pelo que podemos dizer que Noudar terá sido conquistada por filhos segundos da média e alta nobreza. Sobre este assunto, veja-se Mário Jorge Barroca, “História das Campanhas”, *Nova História Militar de Portugal*. Direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, p. 60. *História de Portugal*. Direcção de José Mattoso, vol. II - *A Monarquia Feudal*, [...], *cit.*, pp. 153-154.

<sup>357</sup> Cf. José Varandas, *op. cit.*, p. 564.

<sup>358</sup> Cf. *Idem*, *ibidem*, p. 565.

<sup>359</sup> Cf. António Castro Henriques, *op. cit.*, pp. 80-83; Maria Alegria Marques Fernandes, “As etapas de crescimento do reino”, *Nova História de Portugal*. Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III – *Portugal em Definição de Fronteiras* [...], *cit.*, p. 47.



apoio das ordens militares de Avis e Santiago, começam a surgir problemas diplomáticos e territoriais com o reino de Castela, quando subiu ao trono o infante D. Afonso de Castela, que tentou fazer valer os seus direitos sobre o domínio do Algarve, direitos esses que seriam de ordem diversa, como o auxílio prestado a D. Sancho II na guerra civil de 1245-1248, em troca do qual o rei português lhe teria feito alguma concessão (como o senhorio de Portugal)<sup>360</sup>, ou sendo o rei muçulmano de Niebla vassalo do Infante castelhano, o território do Algarve pertencia-lhe, pois este reino muçulmano, após a conquista de Sevilha em 1248, ficara isolado no Ocidente do *Gharb*, e o seu monarca tinha prestado vassalagem ao infante D. Afonso de Castela, perante os avanços portugueses e castelhanos que se verificavam em direcção ao Sul da Península Ibérica. Sendo este reino uma continuação do Algarve pela Andaluzia dentro, e o seu monarca vassalo de Castela<sup>361</sup>, tinha de defender a posição daqueles que o mantiveram no trono.

Após a subida ao trono do infante D. Afonso de Castela, seguiu-se um breve conflito armado entre os dois reinos<sup>362</sup>, que durou pouco mais de um ano. A situação começou a acalmar quando o papa Inocêncio IV expediu uma bula dirigida aos dois reinos, exortando os monarcas a resolverem os seus diferendos e a procurarem uma solução pacífica para o problema do Algarve, encontrada no casamento do rei português com a filha ilegítima de D. Afonso X, D. Beatriz, que se realizou em Chaves no mês de Maio de 1253.

O senhorio do Algarve seria entregue a um filho desse casamento, quando essa criança atingisse a idade de sete anos<sup>363</sup>, juntamente com os castelos de Serpa e Moura, Aroche e Aracena. No entanto, a atitude do monarca castelhano acaba por ser ambígua, pois em 6 de Dezembro de 1253 confirma à cidade de Sevilha<sup>364</sup> o mesmo privilégio de seu pai, concedendo a essa mesma o foral de Toledo, onde se delimitou os seus termos, incluindo nestes Moura, Serpa, Aroche e Aracena. Contudo, a 1 de Fevereiro de 1259,

---

<sup>360</sup> Cf. José Mattoso, *A Monarquia Feudal*, [...], *cit.*, p. 136.

<sup>361</sup> Cf. *idem*, *ibidem*, 136.

<sup>362</sup> Cf. António Brandão, *Monarquia Lusitana*, [...], *cit.*, p. 195.

<sup>363</sup> Cf. Maria Alegria Marques Fernandes, “As etapas de crescimento do reino”, *Nova História de Portugal*. Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III – *Portugal em Definição de Fronteiras* [...], *cit.*, p. 49.

<sup>364</sup> Cf. Luís Adão da Fonseca, “A Comenda de Noudar da Ordem de Avis [...]”, *cit.*, p. 657, nota 4.

D. Afonso X cedeu Moura e Serpa aos freires hospitalários<sup>365</sup>. O castelo de Noudar, embora não seja referido, deve-se incluir provavelmente neste lote de fortalezas.

Em Abril de 1263, foi nomeada uma comissão pelo rei de Castela<sup>366</sup>, para solucionar os diferendos entre os dois reinos, e em Sevilha, a 5 de Junho do ano de 1264, realizou-se um acordo para a divisão dos dois reinos, onde o usufruto do Algarve é cedido a Portugal, em troca do auxílio militar de cinquenta lanças (cerca de trezentos homens). Por sua vez, o reino de Portugal abdicava de Aroche e Aracena, “è de todos los otros logares de entre Goadiana y Goadalquivir”<sup>367</sup>, no qual se situavam Moura, Serpa, Noudar e territórios circundantes.

A 16 de Fevereiro de 1267, com o tratado de Badajoz, o monarca castelhano desiste da posse do Algarve, e Portugal desistirá das posses territoriais para lá do Guadiana, estabelecendo-se a fronteira entre os dois reinos desde a confluência do Caia com o Guadiana. Moura e Serpa, juntamente com Mourão e Noudar, após a abdicação de D. Afonso III das praças para além do rio Guadiana, passam a estar incorporadas num território onde o poder de Castela se tinha vindo a estender com a “reconquista cristã”.

Moura, Serpa e Mourão tinham sido entregues aos hospitalários<sup>368</sup>, das quais foram senhores até 1271, altura em que se realizou um acordo de permuta entre D. Afonso X de Castela e a dita Ordem<sup>369</sup>. A 10 de Agosto de 1271, Moura, Serpa e Mourão foram entregues a D. Afonso X, e em troca os freires receberam o castelo e a vila de Covelas do Douro, uma igreja em

---

<sup>365</sup> Cf. Carlos Baquero Goñi, “Los Castillos de la Orden Militar del Hospital en la corona de Castilla durante la Edad Media (Siglos XII-XV)”, *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. *Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos 2000*. Coordenação de Isabel Cristina Fernandes, Lisboa, Edições Colibri, 2002, p. 900.

<sup>366</sup> Cf. António Brandão, *Monarquia Lusitana*, p. 222. Segundo este autor, a divisão dos reinos não tinha ainda sido efectuada, pois o acordo de 1253 tinha sido uma tregua; o Algarve possuía dois senhores, Afonso X era o usufrutuário, recebendo rendas do território e administrando o mesmo, mas era o rei português quem detinha o domínio. Sobre este assunto, veja-se Maria Alegria Fernandes Marques, “As etapas de crescimento do reino”, *Nova História de Portugal*. Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III - *Portugal em Definição de Fronteiras* [...], *cit.*, p. 49.

<sup>367</sup> Cf. António Brandão, *op. cit.*, p. 223.

<sup>368</sup> Cf. Hermínia Vasconcelos Vilar, *As dimensões de um Poder. A diocese de Évora na Idade Média*. Lisboa, Editorial Estampa, 1999, p. 278.

<sup>369</sup> Cf. Paula Maria de Carvalho Pinto, *A Ordem militar do Hospital em Portugal (sécs. XII – XIV)*. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1990, p. 108.

Castelo de Veiga e direitos detidos pelo monarca castelhano em Queiroga. Os freires da dita ordem ainda receberam a garantia de que não estariam sujeitos a uma repreensão do bispo de Évora<sup>370</sup>, por causa das igrejas de Serpa e Moura, que estavam sujeitas à sua autoridade, embora esta alienação pudesse ter suscitado um conflito entre a ordem e o prelado eborense.

A realização desta permuta teve lugar porque, primeiramente, as referidas vilas estavam em território do reino de Leão<sup>371</sup>, e pode verificar-se nesta acção do monarca castelhano uma tentativa de reforço da sua autoridade nesta região<sup>372</sup>.

A 10 de Outubro de 1280, em Acre, o Mestre da Ordem de S. João do Hospital Nicolás Lorgne<sup>373</sup> nomeia procuradores para levar a cabo a referida permuta entre a ordem e D. Afonso X, e em 11 de Março de 1281<sup>374</sup>, o monarca castelhano confirma a entrega à mesma Ordem o conjunto de bens já referidos, em troca das praças da margem esquerda do Guadiana. A permuta prolongou-se por cerca de dez anos, devido a questões de delimitação territorial entre os dois reinos ibéricos<sup>375</sup>.

Serpa e Moura, juntamente com Noudar e Mourão, foram posteriormente doadas em testamento a D. Beatriz de Portugal pelo seu pai<sup>376</sup>, o que aconteceu a 4 de Março de 1283, embora esta doação incluía apenas o direito de exploração e usufruição dos rendimentos, pelo que o direito da posse da propriedade pertenceria sempre a Castela.

A 12 de Março de 1284, a mesma D. Beatriz faz doação da vila de Mourão a D. Raimundo de Cardona, um cavaleiro aragonês, e a 4 de Abril de 1284, morre D. Afonso X, mas a sucessão castelhana não foi pacífica, pois D. Afonso X preferia os seus netos D. Afonso e D. Fernando de la Cerda<sup>377</sup>, filhos

---

<sup>370</sup> Cf. Hermínia Vasconcelos Vilar, *op. cit.*, p. 279.

<sup>371</sup> Cf. Paula Pinto Costa, *op. cit.*, p. 108, nota 176.

<sup>372</sup> Cf. Luís Adão da Fonseca, *op. cit.*, p. 658, nota 7.

<sup>373</sup> Cf. Carlos Ayala Martínez, ed., *Libro de Previlégios de la Orden de San Juan de Jerusalén en Castilla e León (siglos XII – XV)*, [s. l.], Instituto Complutense de Estudio de La Orden de Malta, 1995, p. 572.

<sup>374</sup> Cf. *idem*, *ibidem*, p. 578; Paula Pinto Costa, *op. cit.*, p. 108.

<sup>375</sup> Cf. Hermínia Vasconcelos Vilar, *op. cit.*, p. 278, nota 135.

<sup>376</sup> Cf. João Cosme, “O reflexo das rivalidades luso - castelhanas no espaço raiano (1165-1580). O caso dos concelhos de Moura, Mourão, Olivença e Serpa”, [...], *cit.*, pp. 385-386.

do filho mais velho D. Fernando de la Cerda (que faleceu) para lhe sucederem no trono.

A década de oitenta do século XIII em Castela foi dominada pela guerra civil que opôs o Infante D. Sancho a seu pai, o monarca castelhano D. Afonso X, pois o príncipe D. Sancho considerava-se o legítimo herdeiro do trono por morte de seu irmão mais velho.

Já rei, D. Sancho IV considerou nulo o tratado de 11 de Março de 1281, feito por seu pai com a Ordem do Hospital<sup>378</sup>, e tratou de assinar um novo com aqueles freires militares. Anteriormente, em Maio de 1282, em Valladolid<sup>379</sup>, ainda infante, tinha outorgado àquela Ordem as igrejas dos castelos de Moura, Serpa e Mourão, pelo que demonstrou sempre um interesse muito particular em manter a margem esquerda do Guadiana na posse de Castela.

D. Sancho IV morre em 1295<sup>380</sup>, deixando o seu filho D. Fernando com apenas nove anos de idade, filho de um matrimónio que não tinha sido validado, e sobre ele uma grande ameaça se avizinhava, face a outros pretendentes ao trono que queriam fazer valer os seus direitos, como o infante D. João, irmão do rei D. Sancho IV. Este infante encontrou-se com D. Dinis na Guarda, apresentando-se como o parente mais chegado do último rei<sup>381</sup>, visto que não havia filhos “legítimos”, não reconhecendo então o direito ao trono do jovem D. Fernando, seu sobrinho.

D. Dinis resolve apoiar as pretensões do irmão do falecido rei, intimando os povos do reino de Leão para que recebessem D. João como seu rei. A 1 de Agosto de 1295, é declarada guerra a Castela<sup>382</sup>. O rei português envia então dois mensageiros a Valladolid<sup>383</sup>, onde se encontrava onde se encontrava o infante D. Fernando e o seu tutor, D. Henrique, que se desloca à Guarda e oferece as praças de Serpa e Moura com os seus respectivos termos e

---

<sup>377</sup> Cf. José Mattoso, *A Monarquia Feudal*, [...], *cit.*, p. 150.

<sup>378</sup> Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal*, 2ª ed., revista, vol. I - *Estado, Pátria, Nação (1080-1415)*, Lisboa, Editorial Verbo, 1978, p. 147-148.

<sup>379</sup> Cf. Carlos Ayala Martinez, *op cit.*, p. 584.

<sup>380</sup> Cf. José Mattoso, *A Monarquia Feudal*, [...], *cit.*, p. 150.

<sup>381</sup> Cf. Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana*, [...], *cit.*, p. 232.

<sup>382</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 230.

<sup>383</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 231.

castelos à coroa portuguesa, em nome de seu sobrinho-neto D. Fernando, até 10 de Outubro do presente ano, prometendo igualmente que se fariam as demarcações entre os dois reinos. Este acordo foi celebrado a 6 de Setembro de 1295 na Guarda.

D. Dinis parte nos inícios de Outubro do mesmo ano para Ciudad Rodrigo acompanhado de uma hoste guerreira, e encontra-se com D. Fernando IV no dia 4 do mesmo mês<sup>384</sup>, onde o pequeno infante passa uma carta de ratificação do que tinha sido acordado na Guarda, obrigando-se a ir cercar os ditos castelos, se os alcaides não os entregassem. A 20 de Outubro, o infante D. Fernando passa uma carta de desistência do senhorio e posse das duas vilas, considerando-as alheadas do reino de Portugal desde o tempo do seu avô.

D. Fernando ordena a D. Estêvão Pires<sup>385</sup>, o alcaide de Moura e Serpa, através de uma carta, que faça a entrega dos respectivos castelos a João Rodrigues, porteiro do rei de Portugal, que deveria posteriormente entregar os castelos de Moura e Serpa a D. Nuno Fernandes Cogominho, cavaleiro e Almirante-Mor do reino.

Com este acordo o castelo de Noudar veio para a coroa portuguesa, recebendo esta fortaleza, juntamente com Serpa, o foral de Évora em 1295<sup>386</sup>. Contudo, segundo outros autores<sup>387</sup>, a sua entrega definitiva só se fará no contexto do tratado de Alcanizes, de 12 de Setembro de 1297, através do qual se trocaram castelos e se delineou a fronteira entre os reinos de Portugal e Castela.

---

<sup>384</sup> Cf., idem, *ibidem*, p. 232.

<sup>385</sup> Cf. Joaquim Veríssimo Serrão, *op. cit.*, p. 148.

<sup>386</sup> Cf. Francisco Brandão, *op. cit.*, p. 233.

<sup>387</sup> Mário Barroca e José Mattoso defendem que Moura, Serpa, Mourão e Noudar não tinham sido entregues efectivamente a D. Dinis em 1295, mas António Brandão defende que a 9 de Dezembro de 1295 o monarca português estava já senhor delas e lhes deu foral, o mesmo de Évora. Sobre este assunto, veja-se Mário Jorge Barroca, “História das Campanhas”, *Nova História militar de Portugal*. Direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, p. 65. *História de Portugal*. Direcção de José Mattoso, vol. II - *A Monarquia Feudal*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1992, p. 151. Francisco Brandão, *Monarquia Lusitana*, [...], p. 233.

## 4.7.

### O CASTELO DE NOUDAR COMO CENTRO ORGANIZADOR DE UM TERRITÓRIO DE FRONTEIRA

No século XII, existiam circunscrições administrativas, militares e judiciais chamadas *Terras*<sup>388</sup>, e o governo de cada uma dessas terras estava entregue a um *tenens*, escolhido pelo rei entre a nobreza. O rei confiava os destinos militares de um castelo e do seu território envolvente a esse nobre seu escolhido, e com o exercício das suas funções, o cargo trazia benefícios de cariz económico.

O castelo era a “cabeça” de uma *Terra*<sup>389</sup>, e foi nestas fortificações que se apoiou a estrutura militar de Portugal na primeira metade e início da segunda do século XII, com a presença do castelo românico, que estava preparado para uma “defesa passiva”, usando a altura dos muros para resistir a assédios. Eram estruturas que congregavam os aglomerados populacionais dos seus termos, sendo que a economia e tributação dos mesmos eram também factores a ter em conta.

Este modelo administrativo entrou em decadência com D. Dinis e as inovações do castelo gótico<sup>390</sup>, estrutura preparada para o conceito de “defesa activa”<sup>391</sup>, onde, para além da resistência ao cerco, se podia realizar um contra-ataque em segurança, ao contrário do castelo românico<sup>392</sup>, que possuía poucas soluções para se efectuar um ataque em boas condições para se expulsar os sitiados, em caso de cerco à estrutura.

---

<sup>388</sup>Cf. Mário Jorge Barroca, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (séc. IX a XII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994, pp. 59-60.

<sup>389</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 61.

<sup>390</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 68.

<sup>391</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, “Arquitectura Militar”, [...], *cit.*, p. 116.

<sup>392</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico* [...], *cit.*, p. 61.

Logo após a assinatura do tratado de Alcanizes, o monarca vai empreender uma política de manutenção e reforma dos castelos de fronteira, a partir dos quais agora se baseava a defesa do reino de Portugal<sup>393</sup>.

Com D. Dinis, as tenências vão perder poder<sup>394</sup>, pois o rei afasta a nobreza das mesmas e vai confiar os castelos aos alcaides de nomeação régia.

Os castelos tinham à sua frente um alcaide-mor<sup>395</sup>, que exercia as suas funções de comando de um castelo por nomeação régia, sendo a pessoa do rei que o irá nomear, ou, se necessário, ter de o destituir. A nomeação podia também ser feita por sucessão familiar<sup>396</sup>, embora o rei pudesse intervir nesta última em caso de não haver pretendente ao cargo ou mesmo por acidentes que possam impedir a realização da posse do mesmo, o que mostra que o monarca teria sempre uma palavra a dizer na confirmação do alcaide, não havendo uma sucessão familiar livre do poder e da influência da coroa, mas de maneira geral, o cargo era de nomeação régia.

No caso de alguma Ordem militar ter prerrogativas sobre a nomeação de um alcaide<sup>397</sup>, havia a proibição desde muito cedo nessas mesmas Ordens de entregarem os seus castelos a seculares, seja por ordem do Mestre ou do comendador-mor.

As funções primordiais do alcaide-mor eram funções de cariz militar, administrativo e judicial<sup>398</sup>, no entanto, com o aproximar do final da Idade Média, as funções deste começaram a restringir-se ao plano militar, devido ao desenvolvimento e autonomização da administração civil e da perda de hegemonia da administração militar. Os alcaides-maiores deveriam organizar convenientemente a vigilância dos castelos à sua guarda, garantir o abastecimento dos mesmos e comandar de forma disciplinada e sensata as guarnições em caso de assédio.

---

<sup>393</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 69.

<sup>394</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, “Arquitectura Militar”, [...], *cit.*, p. 117.

<sup>395</sup> Cf. João Gouveia Monteiro, *Os Castelos Portugueses* [...], *cit.*, p. 235.

<sup>396</sup> Cf. *idem, ibidem*, pp. 238-239.

<sup>397</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 243.

<sup>398</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 275.

O policiamento das povoações sujeitas às jurisdições das alcaidarias estava a cargo de um alcaide-menor<sup>399</sup>, que era escolhido pela autoridade máxima do castelo, embora as populações também quisessem opinar sobre a nomeação deste, pois era a ele que estavam reservadas as funções de policiamento e guarda de presos, passando a segurança da vila por este homem.

No caso particular de Noudar, a vila foi doada juntamente com os seus termos à Ordem de Avis em 25 de Novembro de 1307<sup>400</sup>, com as directrizes específicas do monarca de rodear a praça com um bom muro e construir no seu interior um alcácer, o que terá sido cumprido. A Ordem de Avis marca inicialmente a sua presença nesta zona e reforça-a com a doação do castelo e da vila de Noudar, juntamente com as rendas de igrejas e de outras localidades a D. Vasco Afonso, o mestre da Ordem de Avis, a 16 de Janeiro de 1322<sup>401</sup>.

Através das Inquirições levadas a cabo pelo licenciado Vasco Fernandes, realizadas em 1493<sup>402</sup>, enviado do rei D. João II, com o objectivo de se tratar das demarcações da vila de Noudar com a de Encinasola, sabemos a actuação dos comendadores de Noudar e a opinião das populações dos mesmos, no exercício das suas funções.

É-nos referido por esta inquirição que a mesma foi requerida por Pedro Afonso, comendador e alcaide-mor de Noudar (é assim referido), sabemos que ocupava o cargo de comendador em 1493 na vila de Noudar<sup>403</sup>.

Ainda para ocupação da alcaidaria, temos outro nome, o de Lopo Alvares de Moura, alcaide de Noudar entre 1490-1516<sup>404</sup>. Este Lopo Álvares de Moura era filho de Álvaro Gonçalves de Moura<sup>405</sup>, segundo as informações

---

<sup>399</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 287.

<sup>400</sup> Cf. Maria Cristina Almeida Cunha, *A Ordem Militar de Avis (das origens a 1329)*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1989, pp.124-125

<sup>401</sup> Cf. Luís Adão da Fonseca, “A Comenda de Noudar da Ordem de Avis [...]”, *cit.*, p. 661

<sup>402</sup> A.N.T.T., *Gavetas da Torre do Tombo, Reforma das Gavetas*, Transcrição do séc. XIX (1817-1818), Gaveta 18, Cx 25, l. 38, maç. 2, doc. 1, p. 69. Documentos publicados em *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VIII - (*Gav. XVIII - Maços 1-6*), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970, pp. 53-105.

<sup>403</sup> Cf. Luís Adão da Fonseca, “A Comenda de Noudar da Ordem de Avis [...]”, *cit.*, p.677.

<sup>404</sup> Cf. Manuel da Silva Castelo Branco, “Introdução”. In Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, Fac. simile do M. S. 159 da Casa Forte do A. N. T. T. Introdução de [...], *cit.*, p. 15.

<sup>405</sup> Cf. Manuel José da Costa Felgueiras Gayo, *Nobiliário de famílias de Portugal*, 3ª ed., vol. VII, Tomos XIX, XX e XXI, Braga, Edição de Carvalhos de Basto, 1992, p. 540.



trazidas pela genealogia, pertencendo à família que possivelmente ajudou na conquista da vila com o mesmo nome<sup>406</sup>, e que assim o teria adoptado como comemoração da conquista, embora não seja possível encontrar a genealogia desta família em documentos antes do século XV.

Nestas inquirições, testemunham Afonso Martins de Ceuta<sup>407</sup>, homem de oitenta e um/oitenta e dois anos (teria nascido por volta de 1410), que vivera em tempo de Diogo Alves, comendador de Noudar na década de 20 do século XV, e do seu sucessor Gomes da Silva, que cobravam os dízimos e direitos de dentro dos limites do termo da vila, ao contrário do que acontecia com o comendador Pedro Rodrigues Bandarra, que era acusado de dar lugares de cultivo aos de Encinasola, e que estes últimos pastavam seus gados nos Rincões do Geraldo e nos do João Martins, terras assim chamadas na toponímia local<sup>408</sup> e tidas como pertencentes à comenda de Noudar. Refere ainda que os da aldeia de Barrancos e de outras aldeias do termo de Noudar pagavam tributos aos comendadores desde à sessenta anos para cá<sup>409</sup>, que era o que ele se lembrava.

Outra testemunha, de seu nome Afonso Gonçalves Miranda, um lavrador de cinquenta anos<sup>410</sup>, dizia que Gomes da Silva guardava a vila segundo os limites e demarcações da mesma, e que cobrava aos castelhanos que quisessem pastar seus gados nas terras da vila cem reis por cada junta de bois e cinquenta reis por cada boi, e que todas as aldeias do termo de Noudar pagam tributos aos seus comendadores e os reconheciam como senhorios<sup>411</sup>.

Também esta testemunha critica Pedro Bandarra, que acusa de ter alheado a terra chamada de Vale Queimado<sup>412</sup>, que pertencia a Noudar aos de

---

<sup>406</sup> Cf. D. Luiz de Lencastre e Távora, *Dicionário das Famílias Portuguesas*, Lisboa, Quetzal editores, 1989, p. 260.

<sup>407</sup> A.N.T.T., *Gavetas da Torre do Tombo, Reforma das Gavetas*, Transcrição do séc. XIX (1817-1818), Gaveta 18, Cx 25, l. 38, maç. 2, doc. 1, pp.70-72. Documentos publicados em *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VIII - (*Gav. XVIII - Maços 1-6*), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970, pp. 53-105.

<sup>408</sup> Cf. José Pires Gonçalves, *O Papel de Giraldo sem Pavor Na Reconquista Cristã da Península [...]*, *cit.*, pp. 17-18.

<sup>409</sup> A.N.T.T., *Gavetas da Torre do Tombo, Reforma das Gavetas*, Transcrição do séc. XIX (1817-1818), Gaveta 18, Cx 25, l. 38, maç. 2, doc. 1, p. 72. Documentos publicados em *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VIII - (*Gav. XVIII - Maços 1-6*), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970, pp. 53-105.

<sup>410</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 74.

<sup>411</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 75.

<sup>412</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 75.

Encinasola, permitindo que eles lavrassem e pastassem aí seus gados, o que não acontecia com o comendador Gomes da Silva, que cobrava a erva de pasto e os direitos da terra.

Segundo este homem, Gomes da Silva tinha falecido à aproximadamente vinte e oito/vinte e nove anos, e outra testemunha, João Feio, aponta para vinte e cinco anos, logo Pedro Bandarra terá entrado ao serviço entre 1464-1468, depois do falecimento do seu antecessor.

A testemunha Rui Martins Miranda<sup>413</sup>, besteiro e homem de idade de oitenta anos, que pastava seu gado pelas terras chamadas de Vale Queimado desde os seus 14/15 anos, dizia que Gomes da Silva cobrava a erva e bolota das referidas terras a castelhanos que nela trouxessem os seus gados para pastar, e que tinha ouvido dizer aos antigos que lavravam terra no Rincão do Geraldo, pagavam o dízimo ao comendador. Também ele criticava Pedro Bandarra, acusando-o de guardar mal Vale Queimado e o Rincão do Geraldo, e que por “*afeição e amizade aos de Encinasola*”<sup>414</sup>, consentiu que estes lavrassem e levassem os seus gados para lá pastar, além do comendador referido ter “amizade” com Pedro Rodrigues de Encinasola, (provavelmente o alcaide) a quem tinha dado muita terra de Portugal, tendo ele também ouvido dizer àqueles que lavravam nessas terras que Bandarra as tinha dado a Pedro Rodrigues.

Pelo que podemos observar dos testemunhos recolhidos por Vasco Fernandes, entre Fevereiro e Março de 1493, através das memórias e recordações dos mais velhos, recorda-se a acção dos comendadores, das suas boas ou más intervenções em relação aos povoadores. Temos então uma memória oral que alimenta a oficial<sup>415</sup>, que embora não dispondo as duas dos mesmos instrumentos e suportes, a primeira vive de uma articulação de recordações e esquecimentos, que é o que está descrito nas inquirições.

As pessoas que indicam os limites do território de Noudar fazem-no recorrendo a informações que foram passadas por outros, e também pertencendo à sua experiência pessoal, devido ao exercício da pastorícia.

---

<sup>413</sup> Cf. idem, *ibidem*, pp. 81-82..

<sup>414</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 82-83.

<sup>415</sup> Cf. Luís Adão da Fonseca, “A Comenda de Noudar da Ordem de Avis [...]”, *cit.*, p. 670.

Haveria alguma proximidade entre os comendadores e a população, e seja de que tipo for essa aproximação relacional entre estes dois elementos humanos, o comendador executava as suas funções de cobrança de tributos sobre a terra, incidindo sobre portugueses e castelhanos.

Vemos, no entanto, que a autoridade do comendador é respeitada, daí os elogios aos comendadores Diogo Alves e Gomes da Silva, que, segundo os testemunhos, executavam bem as suas funções, mas já sobre Pedro Bandarra, a opinião não era tão boa, sendo apontado como um indivíduo que, por proximidade com os castelhanos, permite que estes lavrem em terras de Portugal.

Não se pretende aqui tratar as acções dos comendadores referidos, mas sim integrá-las num contexto relacional de populações de fronteira.

Dos testemunhos apresentados, é referido que existem castelhanos que vêm para os campos de Noudar, trazendo o seu gado, não havendo, no final do Portugal quatrocentista, uma fronteira como elemento impeditivo de passagem de pessoas e bens para Portugal, como já nos referimos, em relação à Idade Média, para a temática da transumância de rebanhos vindos de Castela para Portugal, passando por Noudar. Agora, nos finais do século XV, a presença de pastores e agricultores nos campos do sítio em estudo é uma realidade, fazendo os comendadores cobrar os direitos que lhes são devidos.

Após a morte de Pedro Bandarra e de Pedro Rodrigues, os terrenos “usurpados” a Noudar voltaram a ser lavrados pelos habitantes deste sítio, assim o testemunha Pedro Acenço Castelhana, lavrador e morador em Barrancos<sup>416</sup>, mas que os lavradores castelhanos também lá trabalharam, por mando de Martim de Sepúlveda, que recolhia tributos da terra que aparentemente, tinha a seu encargo. A testemunha refere ainda que este homem “*tinha a dita vila por Portugal*”, ou seja, possuía-a.

Martim de Sepúlveda fazia parte da hoste enviada pelo Duque de Medina-Sidónia para atacar Portugal pelo Alentejo<sup>417</sup>, e que acabou por tomar Noudar, ficando Sepúlveda como alcaide. Passou-se posteriormente para o

---

<sup>416</sup> A.N.T.T., *Gavetas da Torre do Tombo, Reforma das Gavetas*, Transcrição do séc. XIX (1817-1818), Gaveta 18, Cx 25, l. 38, maç. 2, doc. 1, p. 96. Documentos publicados em *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VIII - (*Gav. XVIII - Maços 1-6*), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1970, pp. 53-105.

<sup>417</sup> Cf. Florentino Perez-Embid, *La Frontera* [...], *cit.*, p.103.

lado Português, adquirindo o castelo de Noudar<sup>418</sup>, que vendeu a D. Afonso V, após cerca de quatro anos na sua posse.

Vemos que as localidades de fronteira neste período, além de serem as primeiras a ser afectadas por conflitos entre estados, proporcionam a permanência de elementos estranhos aos locais situados nestas zonas, como, este exemplo de um antigo invasor que fez valer os seus interesses a nível local, permanecendo algum tempo no sítio após o conflito, com a posse de uma estrutura defensiva. Podemos então ver os locais de fronteira como um local de “oportunidades” saídas de contextos bélicos.

---

<sup>418</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 107.

## 4.8.

### NOUDAR COMO CASTELO ESTRATÉGICO

A missão de castelo estratégico consistia na defesa de um espaço<sup>419</sup>, em coordenação com outros castelos mais próximos inseridos na mesma estratégia, estando muitas vezes ligados uns aos outros por torres intermédias de vigia. Temos informações de algumas dessas torres<sup>420</sup>, sendo uma delas a Atalaia das Eiras Altas, situada a um quilómetro e meio a norte da margem direita da ribeira de Murtigão, e a oito quilómetros a Sudoeste da vila de Barrancos. Possuía uma torre rectangular, que servia de atalaia ao castelo.

O castelo servia igualmente para protecção das populações agrícolas das imediações, recolhendo estas a sua colheita para o castelo em caso de perigo<sup>421</sup>, pois muitas vezes eram pessoas que não tinham uma hipótese de defesa muito grande em campo aberto, onde um conjunto de homens a cavalo poderia causar muita destruição.

A tentativa de conquista de um castelo estratégico interessava a uma determinada força guerreira se essa fortaleza servisse de base de tropas para outros ataques militares<sup>422</sup>, e onde o adversário pudesse ter um local para onde fugir e se abrigar de uma eventual perseguição.

A construção de um castelo na Península Ibérica só era militarmente viável se fosse visado para obter a posse de um ponto estratégico bastante importante, assumindo uma missão que tinha três formas essenciais: a detenção, a penetração e a ocupação<sup>423</sup>, das quais falaremos mais adiante.

---

<sup>419</sup> Cf. António Lopes Pires Nunes, *O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal*, Conferências proferida no contexto da área científica “Evolução do Conceito Estratégico Nacional”, do Mestrado em Estratégia, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (I. S. C. S. P.) da Universidade Técnica de Lisboa, nos anos lectivos de 1985/86, e 1986/87, Lisboa, Direcção do Serviço Histórico – Militar, 1988, p. 42.

<sup>420</sup> Cf. João de Almeida, *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, [...], *cit.*, p. 310.

<sup>421</sup> Cf. António Lopes Pires Nunes, *op. cit.*, p. 42.

<sup>422</sup> Cf. *idem*, *ibidem*, p. 43.

<sup>423</sup> Cf. *idem*, *ibidem*, p. 43.

O castelo era um centro de influência sobre as populações da sua área envolvente<sup>424</sup>, influência que se traduzia em protecção das mesmas e no controlo de linhas de comunicação.

As missões atribuídas aos castelos podiam transformá-los em castelos de detenção<sup>425</sup>, estruturas situadas numa linha avançada ou eixo de penetração, onde possuía um papel importante na manutenção da segurança do território à sua retaguarda, e na tentativa de conter o inimigo. Este parece ser a missão primordial do castelo de Noudar, pois além de estar numa zona avançada da raia alentejana, coincidia com a linha de contacto do reino.

Um castelo estratégico deveria ter características que o tornassem uma opção de defesa válida e segura<sup>426</sup>, que se traduzia na dificuldade de penetração nas suas muralhas, com muros sólidos e resistentes às tentativas de destruição por parte de possíveis sitiantes, e estando situado em sítios de difícil acesso, com a ajuda de barreiras naturais. O flanqueamento, a defesa lateral das muralhas da praça, através de torreões laterais instalados nas muralhas, era igualmente importante.

A fortificação de Noudar recebe as inovações góticas no final do século XII<sup>427</sup>, no reinado de D. Dinis, passando a integrar o conceito de “defesa activa”, onde a torre de menagem se desloca para junto de estruturas mais sensíveis dentro do castelo<sup>428</sup>, e que era necessário uma defesa com maior eficácia. Em Noudar, a torre de menagem encontra-se bastante perto da porta principal, permitindo uma defesa mais eficiente desta última.

Face ao território castelhano, a instalação de castelos portugueses junto à fronteira pode ser vista como uma linha de defesa face a um território que poderia servir de base territorial para uma invasão do território português<sup>429</sup>, e a partir do reinado de D. Dinis, após a assinatura de Alcanizes, a definição da linha de fronteira feita entre os dois reinos forma uma necessidade extrema de

---

<sup>424</sup>Cf. António Lopes Pires Nunes, *op. cit.*, p. 43.

<sup>425</sup> Cf. *idem*, *ibidem*, p. 44.

<sup>426</sup> Cf. *idem*, *ibidem*, p. 47.

<sup>427</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico*, [...], *cit.*, p. 71.

<sup>428</sup> Cf. Mário Jorge Barroca, “Arquitectura Militar”, [...], *cit.*, p. 119.

<sup>429</sup> Cf. António Lopes Pires Nunes, *op. cit.*, p. 99.

defesa por parte de Portugal, cuja base está nos castelos raianos, como foi referido anteriormente, trata-se de um esquema defensivo e preventivo onde Noudar se insere. Mas, possivelmente, a ideia de uma fortaleza portuguesa corresponder a uma castelhana do outro lado da fronteira não é regra geral<sup>430</sup>, não havendo sucessivamente uma série de construções espanholas retroactivas face às fortalezas portuguesas, com algumas excepções, como os casos de Elvas e Badajoz.

---

<sup>430</sup> Cf. António Lopes Pires Nunes, *op. cit.*, p. 100.

## 5.

### O PATRIMÓNIO CULTURAL PORTUGUÊS:

#### UMA PERSPECTIVA

O conceito de PATRIMÓNIO a nível nacional é ainda visto no nosso país como uma mera curiosidade, na qual apenas importa conhecer e falar no contexto de passeios esporádicos pelo país, não acontecendo, na maioria das vezes, uma acção intencional por parte do grande público de conhecimento de património cultural do nosso país. Em Portugal, a visibilidade de determinadas estruturas na paisagem são alvo de uma mera curiosidade circunstancial e nada mais.

Todos sabemos, provavelmente desde tenra idade, que Portugal possui uma história riquíssima e um conjunto de estruturas e obras que merecem o conhecimento e contemplação de todos, todos ouvimos falar dos feitos portugueses em terra e no mar, despertando em nós uma curiosidade que eventualmente se irá desvanecendo com o tempo.

Temos património que, por efeitos de divulgação é amplamente conhecido, mas existem muitas zonas com locais de interesse cultural que merecerão uma maior atenção, no que toca à sua dinâmica e aproveitamento, como no caso de visitas públicas, rentabilização dos espaços, conhecimento geral, defesa patrimonial e sensibilização do público para protecção de algo que invoca a memória de um povo.

Mas afinal, o que é o património?

A nível individual ou colectivo, é um bem ou conjunto de bens que nos é deixado como herança por familiares ou por outra(s) pessoa(s), bens que por vezes pertenceram a gerações bastante recuadas cronologicamente e que podem atravessar séculos, se necessário.

O património nacional é aquilo que nos é deixado por gerações anteriores de portugueses, que o construíram, reconstruíram, pintaram, enfim, deram-lhe uma existência. São bens que atravessam um determinado período cronológico e chegam até nós em diversos estados de conservação, cabendo



aos “descendentes patrimoniais” a conservação e, se possível, dinamização desse conjunto de bens herdados.

Sem pretender entrar neste trabalho em qualquer tipo de nacionalismo, a existência de um passado glorioso é quase sempre motivo de regozijo para qualquer sociedade, que se orgulha dos feitos dos seus antepassados, feitos esses que deixam marcas na paisagem, materializadas em construções militares, civis, entre outros tipos, e que ultrapassam o domínio da arquitectura, manifestando-se em outras matérias, como a história da arte, pintura e escultura. São alguns dos tesouros culturais dos portugueses.

O património está ligado ao conceito de memória, uma memória histórica que se perpetua no tempo, fica materializada em estudos e livros, sendo posteriormente transmitida nos estabelecimentos de ensino. É essa memória que fica registada e que faz com que as pessoas se lembrem, ao visitar determinado monumento, que algo de importante ali terá ocorrido, de acordo com o contexto em que o monumento está inserido e de acordo com a sua própria memória.

No entanto, essa memória que desperta curiosidade de conhecimento pode ser muito fugaz, de acordo com diversas condicionantes que serão explicadas no desenvolvimento deste capítulo.

## 5.1.

### A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO EM PORTUGAL:

#### BREVE PANORAMA

O conceito de património é uma criação recente do Ocidente<sup>431</sup>, ligado a elites culturais com bastantes possibilidades económicas, homens que possuíam uma cultura acima da média e cuja sensibilidade para este tipo de interesses era muito mais forte que no grosso da população europeia. Mas a sua protecção estava também ligada a interesses específicos, nomeadamente económicos.

A salvaguarda do património está relacionada com a crise de artes ocorrida em finais do século XVIII<sup>432</sup>, altura em que o passado era relido e se começava a observar a conservação dos seus monumentos e testemunhos de vivências históricas como responsabilidade colectiva.

A sua compreensão, aliada ao estudo, era uma “propriedade” de homens que tinham uma formação escolar já algo avançada, que tinham acesso a livros e publicações de todo o tipo e que tinham igualmente possibilidade de realizar viagens, conhecer outras culturas e estabelecer paralelismos entre vivências diferentes das dos seus países de origem e os seus próprios modos de vida.

No Renascimento europeu, estimulou-se o desenvolvimento artístico e científico<sup>433</sup>, promovendo-se grupos de “homens de cultura”, homens sabedores e interessados, sustentados por uma burguesia com capital crescente. Tínhamos então o *mecenato*, personificado em homens com capital e conseqüente poder na sociedade em que estavam inseridos, que eram também promotores de uma cultura humanista.

---

<sup>431</sup> Cf. Ana Cristina Martins, “Património Histórico - Cultural: a emergência das reformas (do Liberalismo ao Republicanismo)” - 1ª parte, *Património - Estudos*, nº 5, Lisboa, 2003, p. 34.

<sup>432</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 33.

<sup>433</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 36.

Em Portugal, o humanismo teve em André de Resende (séculos XV/XVI)<sup>434</sup> um contributo importante para o estudo do passado, ao nível da epigrafia, numa altura em que a tensão entre Portugal e Espanha colocava em perigo a integridade territorial nacional e as estruturas militares portuguesas, nomeadamente as de fronteira, corriam perigo. Temos então uma manutenção de carácter funcional das estruturas militares, com o reaproveitamento de estruturas defensivas anteriores.

Como já referi anteriormente, o castelo de Noudar foi arrasado no século XV por forças espanholas, face à agressão territorial de D. Afonso V sobre território espanhol<sup>435</sup>.

O interesse pelo património histórico-cultural teve um importante desenvolvimento no século XVIII<sup>436</sup>, período no qual em França, sob a égide do monarca Luís XIV, se realizaram espaços de estudo<sup>437</sup> e se consolidou um especial gosto pelo coleccionismo.

No caso português, temos o alvará de 1721, no reinado de D. João V<sup>438</sup>, onde se reconhecia o passado como sendo herança colectiva da comunidade portuguesa, cabendo ao estado preservá-lo, procurando assim evitar a sua destruição, sendo que qualquer monumento(s) ou vestígio(s) do passado achado(s) deveria(m) ser notificado(s) ao secretário da Real Academia de História (fundada em 1720), havendo mesmo uma penalização para quem destruísse algo que era afinal da responsabilidade de toda a gente.

Sendo o passado decretado como herança colectiva, e o estado o seu protector, há nesta lei uma vinculação do passado aos cidadãos, um caso de interesse público, em que o estado português, composto pela população que o integrava, se comprometia a protegê-lo, fazendo a ligação das estruturas, pinturas, esculturas, entre outras obras que são produto humano, aos cidadãos, que por sua vez tinham o direito e dever de proteger esse património.

---

<sup>434</sup> Cf. *idem*, *ibidem*, p. 38.

<sup>435</sup> Cf. Manuela Mendonça, *Guerra Luso-Castelhana [...]*, *cit.*, p. 73.

<sup>436</sup> Cf. Ana Cristina Martins, *op. cit.*, p. 40.

<sup>437</sup> De entre estes espaços, a criação da *Académie des Inscriptios et Belles-Lettres* foi muito importante para os estudos arqueológicos, que se prolongou pelo séc. XIX. Sobre este assunto, veja-se Ana Cristina Martins, *op. cit.*, p. 41.

<sup>438</sup> Cf. Ana Cristina Martins, *op. cit.*, p. 41.

Esta legislação decretava ainda competências aos círculos autárquicos locais<sup>439</sup> de conservação e guarda de vestígios do passado encontrado nas respectivas jurisdições políticas.

Este documento esbarrou em certas condicionantes de várias ordens, nomeadamente culturais, pois a maioria da população era iletrada, tirando a nobreza e a alta burguesia<sup>440</sup>, não havendo uma sensibilização específica da população para estas temáticas, nem interesse das autoridades políticas do interior do país em implementar estas disposições legais, preocupadas que estavam em manter e consolidar os seus interesses, além de não possuírem os conhecimentos necessários para a observação e tratamento de vestígios do passado.

Com o advento do século XIX, foi elaborada mais legislação sobre a salvaguarda do património<sup>441</sup>, e mais uma vez os problemas de uma população pouco esclarecida e interesses específicos de alguns dificultaram o trabalho do estado na salvaguarda do património português. Isto além dos problemas políticos, militares e diplomáticos com que o nosso país se debateu neste século, o que veio impedir medidas sustentáveis e adaptadas aos novos tempos que se viviam.

Podemos observar como exemplos, primeiramente o decreto de 15 de Maio de 1833<sup>442</sup>, que extinguiu diversas estruturas como conventos, hospícios e mosteiros, que estariam abandonados, e depois a Portaria de 18 de Junho de 1834, onde as obras diversas de carácter científico e artístico dos conventos que tinham sido extintos deveriam ser entregues à Biblioteca Nacional.

Em 1836, é feita a atribuição à Academia Real das Ciências de Lisboa, por Mouzinho de Albuquerque, do inventário dos edifícios pertencentes às ordens regulares que tinham sido abolidas, com o objectivo de transportar para a sociedade a ideia de que aqueles edifícios estavam inseridos numa evolução histórica à qual Portugal e os portugueses faziam parte, e ainda para que esses monumentos não fossem destruídos e desprovidos de significado histórico.

---

<sup>439</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 42.

<sup>440</sup> Cf. Ana Cristina Martins, *op. cit.*, p. 42.

<sup>441</sup> Cf. idem, *ibidem*, 44.

<sup>442</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 44.

Muitos dos edifícios para os quais o estado não encontrou utilização específica, segundo as suas necessidades, foram vendidos<sup>443</sup> em hasta pública, o que causou a sua “destruição cultural”, na medida em que foram utilizados para diversos fins que não coincidiam com o dever de interesse público e preservação da memória, devido ao facto dos seus novos proprietários não possuírem conhecimentos culturais capazes de fornecer um discernimento eficaz sobre os edifícios que estavam a transformar e o seu “valor real”, olhando apenas aos seus interesses pessoais, sendo os edifícios utilizados para necessidades agrícolas e também para alojamento de militares.

Perante o panorama dos séculos XVIII e XIX, podemos afirmar que a preservação de uma memória passada estava no interesse das autoridades, mas esbarrava com outros desígnios que eram considerados mais importantes, como interesses locais específicos. A formação de elites locais, consolidação do poder e a consequente apropriação de mais riqueza eram objectivos primordiais, visto que muitos elementos patrimoniais se encontravam fora dos grandes centros populacionais de Portugal, onde a informação muitas vezes tardava a chegar, devido ao facto das vias de comunicação serem de má qualidade, e o tempo para chegar ao interior do país era longo, daí estes obstáculos imensos à defesa de um interesse que era considerado público, nomeadamente a partir de 1721.

A pouca instrução da população portuguesa também não ajudava, pois as pessoas não podiam defender algo que não lhes suscitava nenhuma afinidade ou conhecimento, não tinham instrução alguma que lhes permitisse qualquer tipo de atitude de defesa de espaços arquitectónicos, culturais, como conventos ou castelos abandonados, apenas saberiam que muitos destes monumentos pertenceriam a um poder maior sobre as suas vidas, seja ele temporal ou espiritual, aos quais obedeceriam sem protestar, pensando que muitas vezes a sua vida podia depender disso.

É uma situação que se arrastará nomeadamente até ao século XX, pois a questão da fraca escolarização é um ponto que se arrastou durante muitos anos durante o século passado, sendo que todos nós já teremos ouvido falar neste problema. Podemos mesmo ter alguém na família alguém cujos estudos

---

<sup>443</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 45.

não passaram da instrução primária, devido a diversas condicionantes, sejam elas de que ordem forem, embora as questões económicas fossem umas das principais razões para o abandono prematuro da escola, pois eram necessários “braços” para o trabalho, principalmente no campo, onde o preço da interioridade se pagava caro.

## 5.2.

### O CASTELO DE NOUDAR:

### O ENQUADRAMENTO JURÍDICO-PATRIMONIAL

O castelo de Noudar tem a categoria de protecção de “Monumento Nacional” pelo decreto 16-06-1910, DG 136, de 23-06-1910<sup>444</sup>.

É um monumento classificado estatutariamente, estando de acordo com a legislação vigente sobre património cultural, nomeadamente com o artigo segundo da Lei número 107/01, de 8 de Setembro de 2001, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural<sup>445</sup>, onde no seu número primeiro se defende que, todos os bens que, *“sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devem ser objecto de especial protecção e valorização”*. O número terceiro do mesmo artigo dá ênfase às características culturais que os determinados bens devem ter, nomeadamente histórico, arqueológico e arquitectónico. Aqui, o castelo de Noudar enquadra-se perfeitamente.

O castelo de Noudar é um bem cultural, mas também é um imóvel estatal, e como tal está “sob protecção” do artigo décimo quarto<sup>446</sup>, onde os bens móveis e imóveis que, de acordo com o já referido artigo segundo, nos seus números primeiro, terceiro e quinto, são testemunhos materiais com valor de civilização e cultura. É uma estrutura que é abrangida pela categoria de monumento, segundo o número um do artigo décimo quinto, categoria à qual os bens imóveis podem pertencer.

Também tem a designação de “Monumento Nacional”, segundo a legislação de 2001, pois é um bem imóvel com interesse nacional, assim está estipulado no número terceiro do artigo décimo quinto da mesma legislação<sup>447</sup>.

---

<sup>444</sup> Cf. <http://www.ippar.pt>, 2007, p. 1.

<sup>445</sup> Cf. <http://www.cm-alijo.pt>, 2001, p. 1.

<sup>446</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 5.

<sup>447</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 5.

## 5.3.

### **O TERRITÓRIO ENVOLVENTE DE NOUDAR: UM PATRIMÓNIO PAISAGÍSTICO NECESSÁRIO!**

Desde muito cedo que o homem, ao instalar-se em determinado lugar, sente a necessidade de transformar a paisagem à sua volta e adaptá-la às necessidades básicas, explorando o território envolvente ao local específico onde escolhe viver, tirando daí o seu sustento, usando os recursos naturais que determinado território de permanência oferece.

A interacção entre o homem e a paisagem é um ponto importante no estudo da história regional e local, pois neste caso concreto, num contexto de fronteira onde os recursos são muito escassos, nomeadamente agrícolas, o homem tem de utilizar determinadas estratégias para a sua sobrevivência.

O homem pode moldar a paisagem, mas são os atributos geográficos e naturais que moldam a história e a vida das comunidades humanas<sup>448</sup>, é a existência de determinadas características na paisagem que determina o estabelecimento do homem na mesma, características que serão aproveitadas através de diversas actividades desenvolvidas na área escolhida para o estabelecimento de uma comunidade.

No caso do território envolvente ao castelo de Noudar, as actividades de produção que se praticam já foram referidas no primeiro capítulo deste trabalho, mas retomo algumas dessas actividades, muitas delas ainda se mantêm no actual concelho de Barrancos, como a pastorícia e pesca no rio Ardila, onde se encontram também pescadores espanhóis, e embora a actividade actualmente seja meramente desportiva, existe ainda peixe no referido rio, apesar deste curso de água não estar completamente “são”, pois apresenta de forma constante uma espuma branca na sua curvatura do lado Este da elevação onde se apresenta o castelo.

---

<sup>448</sup> Rita Theriaga Gonçalves, “A Protecção do Património Paisagista-1ª parte”, *Património - Estudos*, nº 1, Lisboa, 2001, p. 108.



Numa região onde a indústria é praticamente inexistente, a pastorícia de gado suíno é ainda uma actividade que se desenvolve na região, e os produtos da carne de porco preto são uma das imagens de marca de Barrancos.

Para podermos compreender o aproveitamento da paisagem pelo homem, neste caso particular, no território de Noudar e Barrancos, temos de ter em conta diversos aspectos<sup>449</sup>, nomeadamente naturais, como a hidrografia, clima, hidrologia, geologia, tudo aspectos também já tratados anteriormente, a localização geográfica, histórica e política do castelo, a densidade populacional de humanos e espécies animais e também a evolução da paisagem. De todas estas características depende a utilização que o homem foi dando à terra.

Para o estudo da paisagem de Noudar, estes são pontos importantes a tratar. A compreensão dos factos que testemunham a presença humana no castelo e suas imediações, pode ser também estudada na relação que o homem manteve com o ambiente natural envolvente<sup>450</sup> enquanto ali esteve estabelecido, aspectos determinantes para considerar a paisagem de Noudar como património cultural, é perante isso que actualmente estamos presente.

Estamos perante uma paisagem com duas componentes importantes, natural e cultural<sup>451</sup>, onde o homem deixa testemunhos de civilização, como o castelo de Noudar. Este constitui um testemunho da relação do homem com a paisagem, derivado da necessidade de protecção do primeiro face ao seu semelhante, mas que necessita do “auxílio orográfico” da segunda, pois é a orografia que determina como será a instalação da protecção humana.

A paisagem cultural está presente em Noudar e no seu território, como tal deve ser protegida por todos, havendo legislação específica para a manutenção e conservação da paisagem e do ambiente envolvente<sup>452</sup>, dentro da lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, já referida anteriormente, e que contempla também a defesa da qualidade ambiental e paisagística. O artigo quadragésimo quarto remete para esta temática, no seu número primeiro, dispondo legalmente que o

---

<sup>449</sup> Cf. *idem, ibidem*, p.109.

<sup>450</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 109.

<sup>451</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 109.

<sup>452</sup> Cf. <http://www.cm-alijo.pt>, 2001, p. 11.

património imóvel se torne um *“elemento potenciador de coerência dos monumentos, conjuntos e sítios que o integram, e da qualidade ambiental”*.

No número primeiro do referido artigo, a promoção, valorização e recuperação de paisagens ou outros elementos naturais, e também dos elementos arquitectónicos, é entregue ao Estado Português e às autarquias locais, que definirão estratégias, de acordo com as atribuições que lhes forem feitas, para desenvolver esse trabalho.

## 5.4.

### A ACTUAL DINAMIZAÇÃO CULTURAL DO CASTELO DE NOUDAR

O castelo de Noudar está numa posição geográfica não muito abonatória para que possa gozar de uma dinamização maior em seu torno. A distância de grandes centros urbanos, a localização numa zona sem grandes recursos económicos, onde as preocupações das populações residentes não se enquadram num âmbito de defesa do património urbanístico, tornam um maior aproveitamento cultural do castelo difícil de se concretizar, embora no concelho de Barrancos se prezem muito as tradições<sup>453</sup>.

A sua paisagem natural é, no entanto, dinamizada no âmbito de Parque de Natureza de Noudar<sup>454</sup>, onde os recursos naturais são dinamizados culturalmente, através do conhecimento dos mesmos, utilizando-se percursos pedestres para conhecimentos geológicos, hídricos, agrícolas, e também históricos, sendo que estes últimos têm de envolver o castelo.

A dinamização do parque está bastante virada para um conhecimento mais “natural”, da natureza envolvente e sua exploração, aliando estas ideias ao turismo. A questão histórica está presente, mas parece que subalternizada.

As publicações existentes sobre o castelo de Noudar, como já referi anteriormente, são escassas e desactualizadas, o sítio não tem e continua a não ter uma abundante publicação, falando sobre o castelo especificamente, pelas razões que são sobejamente exploradas neste trabalho. O sítio carece de mais trabalho de investigação, não só no domínio histórico, mas também em outras temáticas, como a arqueologia, ciência que deverá dar um bom contributo a muitas questões que envolvem o território de Noudar, como informações sobre os aspectos quotidianos dos habitantes do lugar, dos quais sabemos muito pouco.

---

<sup>453</sup> O recente caso dos touros de morte nas festas de Barrancos é um dos casos de defesa de uma cultura específica nesta zona de fronteira entre Portugal e Espanha, um local onde existe uma cultura própria à qual as touradas de morte pertencem, e das quais os Barranquinhos não querem abrir mão, indo mesmo contra as decisões do Estado Português de banir os touros de morte no país.

<sup>454</sup> Cf. [www.parquenoudar.com](http://www.parquenoudar.com), Naturlink, 2006.

É necessário um estudo mais aprofundado sobre o castelo, estrutura que era, na Idade Média, um símbolo do poder português numa zona onde se fez (e faz) sentir o peso da influência espanhola durante muito tempo, no sentido de fazer perigar a soberania nacional neste local da raia alentejana.

Através dos eventos apresentados no *site* do parque<sup>455</sup>, as questões naturais dominam as preocupações de quem dinamiza o parque, e não querendo dizer que não há uma preocupação maior com a questão histórica por parte das entidades competentes que gerem o local, pois o contexto histórico é bastante reduzido em termos de exposição, e no entanto, ele deve ser entendido como um complemento necessário para a compreensão da instalação do castelo no sítio onde ele se encontra actualmente.

A história de um monumento, que preserva a memória do trabalho do homem e o enquadra no tempo cronológico, deve ser passada ao grande público de uma forma não enfadonha e que seja compreensível, através de uma informação mais cuidada e de uma maior divulgação. A divulgação do castelo de Noudar é feita através da *Internet*, instrumento indispensável para o conhecimento diário sobre qualquer temática ou estudo que se queira desenvolver, é um mundo quase inesgotável de informação para o estudo da história, e também da sua divulgação, logo é lógico pensar que o castelo de Noudar beneficia muito com a utilização da *Internet*.

No entanto, no local, a informação de que dispomos através de folhetos é escassa, muito dispersa e não dá uma informação muito cuidada aos olhos de um visitante, a paisagem envolvente é um “cartão de visita” bastante melhor que o enquadramento histórico do castelo.

Não creio haver no nosso país um gosto bastante incutido pela história, no sentido de haver vontade de aprender, visitando locais de interesse cultural, havendo sim apenas uma curiosidade superficial de saber sobre determinados acontecimentos pertencentes ao contexto histórico-cultural do monumento, por mais importante que ele tenha sido para o país. Fica (quase) sempre a ideia de visita de um monumento é puramente lúdica, e não pedagógica, e creio que aqui está uma das questões pertinentes sobre o âmbito patrimonial.

---

<sup>455</sup> Cf. [www.parquenoudar.com](http://www.parquenoudar.com), Naturlink, 2006.

A função pedagógica de um monumento é um ponto importante para a sua compreensão por parte do visitante e para o seu gosto de lá querer voltar mais vezes ou então visitar outros monumentos, encontrar paralelismos entre estruturas ou quadros, como se o visitante fosse um “historiador”, um auto-didacta na matéria. Aqui a função do monumento vai muito para além do simples embelezamento citadino, onde os portugueses e os turistas estrangeiros podem passear e tirar fotografias.

Com uma utilidade superficial, como a de simples passeio, o monumento fica como que desprovido de sentido para os visitantes, não foram informados (ou apenas o foram superficialmente) sobre o contexto histórico do monumento que visitaram, não tiraram verdadeira fruição do determinado monumento ou outra obra humana, e como tal, o monumento (ou obra) não contribuiu para uma função cultural de melhoramento intelectual do indivíduo, logo é apenas uma parte da paisagem, que ali está para colmatar qualquer vazio deixado pelo “nascimento” de estruturas urbanas.

A divulgação, fora e dentro do monumento, é sempre crucial, no entanto, são necessários fundos, e como tal, é muitas vezes difícil para as autoridades competentes, sejam elas as direcções dos monumentos ou instituição estatal que tutela esses locais de interesse cultural suportar esse tipo de despesas, já que a manutenção dos edifícios e conservação das peças muitas vezes suportam custos muito elevados, com a contratação de técnicos especializados para estes trabalhos.

No seguimento do que foi explicado anteriormente sobre a função de um monumento, seja ele um castelo, igreja, convento, palácio, ela deve ser muito pedagógica, a aprendizagem deve estar subjacente à visita do local, e não apenas a parte lúdica de passeio longe dos ambientes citadinos. São necessárias publicações a preços acessíveis para que as pessoas “consumam” cultura, uma boa divulgação é sempre necessária para se ficar a conhecer aquilo que o país tem para oferecer em termos culturais e turísticos.

Há espaços que poderiam ser aproveitados para determinadas actividades, como “aulas” ao ar livre (de forma mais frequente), servir de “palco” para mais programas televisivos que dessem ênfase à cultura, e que ajudassem a dinamizar o património cultural entre os portugueses de uma forma pedagógica e atractiva, o que é extremamente importante, pois a cultura

não tem de ser algo que é necessariamente aborrecido, visão que se cristalizou entre a sociedade portuguesa, de que a cultura é algo para eruditos, demarcando-se os cidadãos do conhecimento do seu próprio país, conhecimento esse que apenas serve para se saber nos primeiros anos de escolaridade, depois é algo que nunca muda, o que é uma ideia completamente errada.

Esta associação da história a um passado que nunca muda é algo que é muito visto na sociedade portuguesa, algo que já passou e que se estudou em criança, e que já se sabe tudo sobre a história do país. Esta é uma ideia a mudar, e os monumentos podem aqui ter uma palavra a dizer, fornecendo “luzes” sobre ideias deturpadas sobre o conhecimento histórico, e isso pode ser visto com a aceitação de que a história é uma ciência, que se desenvolve, está em constante mutação, e não apenas uma mera curiosidade que se adquire de vez em quando em visitas esporádicas.

## **5.5.**

### **A DINAMIZAÇÃO HISTÓRICO-CULTURAL DO CASTELO DE NOUDAR:**

#### **NOVAS PERSPECTIVAS**

Uma maior fruição de um monumento por parte de quem o visita deve ser sempre objectivo de quem tem a função de gestão de património, cujos objectivos são a organização de todo um quadro de pessoal técnico e mobilização de esforços para que o monumento (ou instituições culturais, como museus) possam gozar de uma maior dinâmica cultural, que se traduzirá numa maior afluência de público e conseqüente prestígio na sociedade portuguesa.

Neste caso específico, estamos a falar de um castelo que necessita de um maior apoio em várias áreas, nomeadamente em aumentar o número de visitantes e também no restauro, além do território envolvente necessitar de melhoramentos nas suas vias de acesso.

O caminho até ao castelo de Noudar é muito difícil, a estrada de acesso necessita de reparos, pois os cerca de doze quilómetros desde a vila de Barrancos até ao castelo são feitos numa estrada bastante mal pavimentada, com terra e pedras, tornando o acesso ao castelo muito difícil, para quem não possui um veículo todo-o-terreno. Este é um dos principais pontos a alterar na “política” de atracção de público ao castelo, pois se o acesso não tiver condições, devido também ao “isolamento” do sítio face a outros centros populacionais, o número de visitantes será menor e pouco vantajoso para o local.

Serão evidentemente necessários fundos municipais para o melhoramento do acesso ao castelo, um primeiro investimento fora do âmbito cultural, mas dentro do âmbito público, ou seja, percebe-se que a cultura necessita de diversas bases de apoio de carácter utilitário, como vias de acesso, no sentido de proporcionar uma maior aproximação do público aos monumentos, quando estes não possuem meio de transporte próprio ou quando a rede de transportes públicos não chega a determinados locais, devido à desertificação populacional e mau estado das vias.

No caminho para Noudar, a sinalização é também escassa, a instalação de sinais com informação da distância até ao castelo e daquilo que se pode visitar dentro do mesmo é igualmente importante, pois juntamente com o estado do acesso, a falta deste tipo de informação pode provocar desistência de uma visita ao local.

É igualmente necessário, no interior do castelo, uma maior disponibilidade de informação sobre o monumento, uma informação mais cuidada de carácter histórico, produzida por técnicos culturais especializados nos diversos períodos históricos, abrangendo toda a cronologia do desenvolvimento histórico, militar e produtivo do sítio. Essa disponibilidade de informação produzirá uma maior divulgação no exterior do concelho de Barrancos e suas “riquezas culturais”, e se o castelo for mais visitado, essa “publicidade”, digamos, passará em maior quantidade também do outro lado da fronteira, pois também há espanhóis que visitam o castelo de Noudar.

Dentro do referido castelo poderá haver figurantes vestidos com roupas da Idade Média, que desempenhem uma função pedagógica de demonstração dos modos de vida medievais, como por exemplo, a apresentação das rotinas diárias da população local medieval, o modo de vestir, de trabalhar a terra, de se defenderem dos inimigos, podem ser alguns dos aspectos que se poderão recriar através de representações dramatizadas.

A inclusão da temática da *Mesta* e da pastorícia na informação passada para o público pode ser bastante interessante, pois a economia local dependia muito desta actividade, dado que a agricultura não encontrava bons solos para se instalar como sector económico predominante.

É uma visualização de um “passado vivo”, que os visitantes poderão observar, compreender e aprender uma dinâmica cultural que os habitantes de Noudar possuíam.

A dinamização de um monumento precisa de fundos, isso é fundamental para se trabalhar com boas condições, sendo necessário o desenvolvimento integrado de estratégias de angariação dos mesmos. A venda de artesanato dentro da fortaleza pode ser uma delas, e ao mesmo tempo, os artesãos locais poderão difundir a sua arte através de visitantes que a adquirirem, comprando peças, e que passam o conhecimento da sua viagem a outras pessoas, incitando-as a visitar o castelo e também a vila de Barrancos.



As reproduções de materiais arqueológicos para venda como recordações de uma visita também são uma boa alternativa, que pode igualmente rentabilizar o local.

A história que envolve o castelo de Noudar é bastante rica, e dos vários conflitos em que se viu envolvido, pode-se realizar uma exposição do conjunto dos mesmos e do papel do local no desenvolvimento das acções bélicas. Os visitantes poderão adquirir conhecimento sobre o sítio e da sua importância para o reino de Portugal, através de informação histórica passada por intermédio de folhetos que podem ser distribuídos no castelo ou então numa exposição realizada tanto no próprio local, como no Museu Municipal de Barrancos.

A questão da segurança dentro do castelo é importante, pois o caminho de ronda está parcialmente destruído, nomeadamente nas suas vertentes oeste e sudoeste, onde está bastante abatido. O restante está relativamente bem conservado, mas sem protecção, ou seja, sem uma pequena estrutura capaz de suportar uma pessoa que eventualmente possa tropeçar numa pedra que esteja mais solta na estrutura.

A protecção da integridade física dos visitantes num monumento é muito importante, pois a eventualidade do acontecimento de um acidente deve estar contemplado na utilização dos espaços culturais portugueses, o que na prática não acontece, pois além de Noudar, existem outros castelos, cujos adarves, ou caminhos de ronda, são extremamente perigosos, já que não possuem qualquer sistema de segurança que previna a eventualidade de um acidente, como é o caso do castelo de Almourol<sup>456</sup>, entre muitos outros. Não podemos esquecer que os castelos são visitados por famílias que se fazem acompanhar de crianças, que costumam percorrer os sítios, muitas vezes em grandes correrias, onde escapam aos olhos dos pais.

A questão de obras de conservação para a manutenção das estruturas estão contempladas legalmente<sup>457</sup>, no artigo quadragésimo sexto, ponto

---

<sup>456</sup> Em Almourol, pudemos constatar que pessoas idosas com dificuldades de locomoção subiam aos adarves, que são estreitos e com pedras soltas, sem qualquer tipo de protecção face a uma queda do mesmo local, que seria, saliente, de uma altura considerável. Deixo as seguintes questões: A estética e pureza de um monumento valem o perigo de arriscar a integridade física dos seus visitantes? Será que depois de um acidente, a pessoa quererá voltar ao mesmo monumento, ou a algo semelhante?

<sup>457</sup> Cf. <http://www.cm-alijo.pt>, 2001, p. 12.

primeiro, da lei de bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, onde o Estado ou os municípios são obrigados a promover obras de restauro nos imóveis com a classificação de monumento, como é o presente caso, mas estas intervenções contemplam apenas a salvaguarda do monumento, e não a segurança dos visitantes.

Na prática, além da conservação, as questões de segurança parecem estar um pouco descuidadas pelas autoridades competentes, e assim se explica o estado de parca conservação do adarve de Noudar e falta de estruturas de segurança (por exemplo, a aplicação de grades metálicas com uma cobertura envolvente) que possam evitar acidentes. Este é uma das principais preocupações que apresento neste trabalho, a questão de preservação da integridade física dos visitantes, pois em Noudar, devido aos maus acessos, a evacuação de uma pessoa acidentada pode ser muito complicada.

Por fim, o castelo necessita de obras de conservação, não só sobre o referido adarve, mas também sobre uma das suas torres, a estrutura que está colocada no canto sudeste, e que se encontra parcialmente destruída. A parede do castelo primitivo está igualmente destruída, na zona noroeste do castelejo, onde se faz a ligação à torre de menagem. As escadas interiores desta torre necessitam de restauro, para que o acesso ao topo da torre se faça em segurança, o que actualmente não acontece, com os degraus em muito mau estado.

No cárcere existente no castelejo, na sua vertente sudeste, existe uma abertura para esta estrutura subterrânea, através da qual se acede com uma escada colocada para o seu interior. Aqui a insegurança, mais uma vez, coloca em risco a integridade física dos visitantes, pois apesar da escada de acesso estar visível, deveria haver uma indicação para informar o visitante da situação daquela estrutura, da existência de uma abertura no chão, e nomeadamente os cuidados a ter com crianças dentro do espaço do castelo.

No interior do castelo, falta igualmente sinalização pedagógica em várias línguas, informando os visitantes da identificação das estruturas, as suas funções, cronologia, os trabalhos arqueológicos já realizados e ponto da investigação actual sobre o sítio. Creio aqui ser apenas necessário uma placa para cada estrutura com um pequeno resumo sobre a sua função dentro do

castelo e cronologia. No interior da fortaleza deveria existir uma placa informativa sobre a história da mesma, coadjuvada com uma (ou mais – as necessárias) placa colocada no exterior com informação do contexto geográfico e também histórico da fortaleza nas vicissitudes políticas e diplomáticas entre Portugal e Castela, mais tarde Espanha.

Creio que com isto o visitante ficaria com curiosidade de saber mais sobre a história do monumento, o que encontraria dentro do mesmo, e sairia bastante mais esclarecido da sua visita, pois encontrou algo com que se identificou. A função pedagógica ficaria então cumprida, e é isso que se quer de um monumento.

A função do turismo rural no desenvolvimento local pode ser grande, se houver uma conjugação de esforços para que isso aconteça. Pode haver um desenvolvimento da zona de Barrancos, a partir do turismo e das receitas que dele podem vir, impedindo possivelmente um maior êxodo de naturais desta área para outras paragens, à procura de melhores condições de vida.

Pode haver também, através da divulgação do legado histórico do castelo, posição geográfica e oferta de incentivos de visita, como os que já referi anteriormente, no que concerne à dinamização do castelo, uma maior afluência de visitantes ao castelo de Noudar, o qual beneficiaria e muito com esta vinda de pessoas de outros locais, deixando assim posição de sítio votado ao isolamento, o que se passa actualmente.

## 5.6.

### A PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO E A SUA LIGAÇÃO COM A SOCIEDADE

Sabe-se hoje que as questões patrimoniais detêm uma maior atenção da sociedade em geral, é sempre necessário defender aquilo que é considerado como uma herança dos nossos antepassados e que nos foi deixado após um passado glorioso, feito de lutas pela independência do território e por desbravamento de novos caminhos marítimos, sendo que as façanhas bélicas e ultramarinas nos chegaram muitas vezes deturpadas, afastando-se do seu sentido histórico.

No entanto, a salvaguarda do património, edificado ou não, tem problemas muito complexos, normalmente ligados à relação entre o que consideramos património e uma sensibilização da sociedade em relação a ele, o que muitas vezes leva a conflitos, normalmente derivados de dois domínios que, muitas vezes, têm perspectivas diferentes em relação ao património em geral, o público e o privado.

Vejamos o seguinte exemplo:

As intervenções de restauro efectuadas no castelo são de responsabilidade estatal, foram realizadas obras de restauro através da D.G.E.M.N. no castelo de Noudar ao longo de várias décadas, como em 1942<sup>458</sup>, altura em que pertencia a Maria das Dores Blanco Fialho Garcia<sup>459</sup>, estando portanto, em mãos privadas, embora possamos observar a preponderância estatal nas decisões tomadas sobre o património no século XX, nomeadamente a partir de 1926, com a apropriação de um passado glorioso da nação portuguesa a ser explorado como propaganda do Estado Novo.

---

<sup>458</sup> Arquivo do Ministério das Finanças, Ofício da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, para a Direcção Geral do Património do Estado [*Castelo de Noudar, Concelho de Barrancos - Distrito de Beja – Obras de recuperação*], processo 51-BD-12-1. [Documento Dactilografado], Lisboa, 31 de Outubro de 1991, [fls. 1-2].

<sup>459</sup> Cf. Isabel Mendonça, Rosário Gordalina, Lina Oliveira e Filipa Avellar, *Inventário do Património Arquitectónico*, [...], *cit.*, p. 2.

Foram feitas intervenções de restauro no castelo, no âmbito da mesma instituição estatal, realizadas no final dos anos setenta (1979)<sup>460</sup>, para recuperação de vários troços da muralha. As obras de recuperação prolongaram-se pelos anos oitenta, até à década de noventa. Isto mostra que o Estado intervinha na conservação do património edificado, mesmo não detendo a posse efectiva do mesmo, e actualmente, tem o dever de intervir com obras de conservação obrigatória, como está mencionado no artigo quarenta e seis da legislação de protecção patrimonial, datada de 2001<sup>461</sup>.

O castelo passou por diversas “mãos privadas”, desde finais do século XIX<sup>462</sup>, sendo vendido por parte do estado português a João Barroso Domingues, e posteriormente comprado a este último por um lavrador e proprietário de Barrancos, José Augusto Fialho e Castro, que o deixou à sua filha Maria das Dores Blanco Fialho Garcia em 1920, após a morte da sua esposa<sup>463</sup>. Esteve nesta família até 15 de Maio de 1976<sup>464</sup>, altura em que se deu a reforma agrária em Portugal, e os seus proprietários foram expropriados. A estrutura fortificada seria devolvida pelo Estado em 19 de Outubro de 1990, aos herdeiros da antiga proprietária que tomou posse dele no início dos anos vinte.

Neste período em que o Estado deteve a posse do Castelo, foram realizadas intervenções de restauro pela D. G. E. M. N.<sup>465</sup>, como já referi anteriormente, em conjunto com a Câmara de Barrancos, porque na altura da expropriação, o castelo estava em ruínas.

Visto que os donos da fortaleza de Noudar se preparavam para a vender e também a herdade onde ela estava instalada a compradores estrangeiros

---

<sup>460</sup> Arquivo do Ministério das Finanças, Ofício da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, [*Castelo de Noudar, Concelho de Barrancos -Distrito de Beja – Obras de recuperação*], processo 51-BD-12-1, [...], *cit.*, [fl. 1-2].

<sup>461</sup> Cf. [www.cm-alijo.pt](http://www.cm-alijo.pt), p. 12.

<sup>462</sup> Cf. Isabel Mendonça, Rosário Gordalina, Lina Oliveira e Filipa Avellar, *Inventário do Património Arquitectónico*, [...], *cit.*, p. 2; Adelino de Matos Coelho, *O Castelo de Noudar*, [...], *cit.*, p. 99.

<sup>463</sup> Arquivo do Ministério das Finanças, *Termo de abertura, actas e contratos entre vivos de compra e venda, troca ou doação de bens imobiliários e quaisquer actos acessórios lavrados pelo notário público interino do concelho de Barrancos Teodoro de Carvalho*, doc. 3, 1920, [fl. 1].

<sup>464</sup> Arquivo do Ministério das Finanças, Informação nº 245/95, da Direcção Geral do Património do Estado, [*Aquisição do Castelo de Noudar, Sito no Concelho de Barrancos*], processo 26-BD-12. [Documento Dactilografado], Lisboa, 21 de Dezembro de 1995, [fl. 1].

<sup>465</sup> Cf. *idem, ibidem*, [fl. 2].

(espanhóis)<sup>466</sup>, a Câmara Municipal de Barrancos tentou impedir essa possível venda em Junho de 1991, devido aos investimentos feitos no restauro do castelo, propondo o estado, na defesa dos seus interesses, a revogação da portaria que entregou o castelo e a herdade aos seus proprietários, para que o primeiro fosse salvo de alienação patrimonial.

No ano seguinte, a Direcção de Serviços Especiais de Inspeção Patrimonial<sup>467</sup> que tinha obtido junto da Conservatória do Registo Predial de Barrancos e da Direcção Distrital de Finanças de Beja, a informação que o referido imóvel está situado num prédio rústico denominado como “Herdade da Coitadinha”, expropriado pela reforma agrária em data já anteriormente referida, apela a instâncias superiores.

Perante a notícia da hipótese de venda de um imóvel classificado<sup>468</sup>, onde se realizaram obras de valor superior a catorze mil contos, esta Direcção Geral pediu ao chefe de gabinete do Subsecretário de Estado Adjunto da Secretaria Adjunta e do Orçamento, o qual, através da Secretaria de Estado dos Mercados Agrícolas e Qualidade Alimentar, tentaria a rectificação da portaria do secretário de Estado da Alimentação, de Outubro de 1990, que determinou o “regresso” da herdade e do castelo aos seus antigos donos.

Segundo a documentação recolhida, o processo de aquisição inicia-se em 1995<sup>469</sup>, tendo terminado a 25 de Junho de 1997<sup>470</sup>, com a aquisição da Herdade da Coitadinha por parte da empresa EDIA, e a entrega do castelo de Noudar à Câmara de Barrancos, após assinatura de um protocolo entre a autarquia raiana e a empresa responsável pela barragem do Alqueva.

Mas isto não deve ser pretexto para atribuir toda a responsabilidade e preocupação de protecção de um património cultural apenas para alguns, como a quem é técnico de cultura ou organização estatal, o património histórico-

---

<sup>466</sup> Cf. idem, *ibidem*, [fl. 2].

<sup>467</sup> Arquivo do Ministério das Finanças, Ofício da Direcção de Serviços Especiais de Inspeção Patrimonial, para o Subsecretário de Estado Adjunto do Orçamento, [*Castelo de Noudar – Imóvel Classificado Como Monumento Nacional*], Processo 26-BD-12. [Documento Dactilografado], 18 de Fevereiro de 1992, [fl. 1-2].

<sup>468</sup> Cf. idem, *ibidem*, [fl. 1-2].

<sup>469</sup> Arquivo do Ministério das Finanças, Informação nº 245/95, da Direcção Geral do Património do Estado, [*Aquisição do Castelo de Noudar, Sito no Concelho de Barrancos*], processo 26-BD-12, [...], *cit.*, [fl.1].

<sup>470</sup> Cf. [Sem autor], Herdade vira Santuário Natural”. *A Capital*, Lisboa, 26 de Junho de 1997, p. 2.

artístico português disperso pelo país é constituído por bens que pertencem aos cidadãos nacionais<sup>471</sup>, e a eles também cabe o dever de o proteger.

A protecção patrimonial deve ser entendida como algo vindo de dentro da sociedade, algo que vem de dentro do cidadão comum e que lhe desperta um sentimento de pertença a um lugar específico, podendo ser uma cidade, aldeia ou outra povoação, que muitas vezes possuem símbolos, podendo estes últimos serem materializados pela iconografia, arquitectura e arte.

Existem vários exemplos desta natureza, como no caso de Lisboa, o castelo de S. Jorge, é o símbolo da Lisboa medieval, da cidade conquistada aos mouros, que provoca um sentimento de pertença à cidade, interpretando o cidadão aquela manifestação arquitectónica humana como fazendo parte da sua memória como habitante de Lisboa ou como português, a edificação da fortaleza num ponto elevado, dominando toda a cidade, é algo que perdura na memória, mesmo dependendo da perspectiva em que se avista o castelo, ou então da maneira de visualização da cidade de dentro das muralhas do mesmo.



(Vista do castelejo, onde, segundo a planta do *Livro das Fortalezas*, se encontravam estruturas habitacionais)

É este sentimento de pertença e de gosto pela fruição cultural, que inculcada pelo património edificado, leva as pessoas a preocuparem-se e a protegerem estes locais patrimoniais, não os danificarem, sujarem, respeitarem

---

<sup>471</sup> Cf. Jorge Henrique Pais da Silva, *Pretérito Presente (Para uma teoria da preservação do património Histórico - Artístico)*, Covilhã, Centro Cultural da Beira Interior, 1984, p. 39.

as ordens internas dos locais, sempre que, por exemplo, for proibido fumar, tirar fotografias, falar alto ou atender telemóveis, para não danificar o local ou incomodar os outros visitantes.

O castelo de Noudar é um símbolo do concelho de Barrancos, a posição geográfica e altimétrica, junto à fronteira com Espanha, dão-lhe uma perspectiva de imponência da estrutura na paisagem, é igualmente um símbolo português, um castelo de raia, a fronteira entre dois reinos que é “vigiada” por esta fortaleza que se eleva majestosamente na paisagem.

O património edificado não é alvo de uma protecção “social” elevada, digamos, não é digno de uma estima pública, talvez até mais valorizado por cidadãos exteriores do que pelos próprios naturais do país, devido ao interesse por outras matérias, o que até é legítimo, mas talvez mais por descuido pedagógico em relação à instrução dos cidadãos para estas questões culturais, o que leva a um desinteresse da população portuguesa face a uma herança que é sua por direito.

Os bens patrimoniais podem (e devem) ser utilizados para finalidades educativas e culturais<sup>472</sup>, através de uma utilização como locais de ocupação de tempos livres, onde os cidadãos poderão ter uma formação cultural que lhes será muito benéfica, aprendendo a respeitar e a admirar aquilo que, afinal, também é deles.

Estamos a falar de um factor de progresso<sup>473</sup>, que necessita de um zelo comum da sociedade, é uma característica nacional de desenvolvimento, não só cultural, mas também económica, e não pode ser reduzido a um simples elemento espacial lúdico, onde se podem realizar diversas iniciativas, tornando-se então uma mera “decoração” paisagística.

O património cultural é um símbolo de identidade cultural comum aos cidadãos de um país<sup>474</sup>, onde os mesmos se devem rever, a existência e presença dentro de um local específico (nomeadamente paisagístico) de elementos patrimoniais, é um elemento precioso para a valorização de uma cidade, vila ou aldeia, e dos seus cidadãos. Como tal, reconhecendo estes

---

<sup>472</sup> Cf. Jorge Henrique Pais da Silva, *op. cit.*, p. 39.

<sup>473</sup> Cf. Manuel Lapão, “Vínculo ao interesse público”, *Património - Estudos*, nº 6, Lisboa, 2004, p. 6.

<sup>474</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 6.



diversos símbolos como sendo pertencentes à sua nação, o seu povo, a sua comunidade, tal como uma bandeira, um hino ou uma língua, o património arquitectónico edificado, como o castelo de Noudar, também deve ser reconhecido em pé de igualdade com outros símbolos característicos da nação portuguesa.

No nosso país, estamos perante um problema de pensamento perante algo que nos diz respeito a partir do momento em que nascemos portugueses, em que crescemos e tomamos contacto com referências culturais, sejam elas quais forem ou onde se situarem dentro do país, e adquirimos um determinado pensamento sobre essas referências, que muitas vezes se ganha ou perde, consoante o nosso crescimento, a nossa formação escolar ou académica, ou mesmo pessoal.

Esta visão de que as questões patrimoniais pertencem apenas ao estado e às autarquias mantém-se, não há uma responsabilização nem um vínculo fortes e consistentes da sociedade em relação ao património<sup>475</sup>, há sim um atirar de responsabilidades da sociedade em relação a essa questão a alguns sectores estatais de preservação dos legados culturais, em suma, ao estado e às autarquias, e embora pertença ao estado uma promoção sensibilizadora para defesa de uma herança nacional, muito não se pode esperar se certos modelos de pensamento de cariz retrógrado, como o que já foi referido anteriormente neste parágrafo, ou a predominância de interesses pessoais locais, fora do ambiente urbanístico (e dentro dele também), estiverem efectivamente no caminho da salvaguarda patrimonial.

---

<sup>475</sup> Cf. *idem, ibidem*, p. 6.

## 5.7.

### A CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL:

#### NOUDAR – UM CASO

O aspecto da conservação patrimonial é sempre uma ideia importante, pois a manutenção de peças museológicas, edifícios ou documentos são muito importantes, no sentido de preservação da memória. Deve-se então promover a sua conservação, para que esses elementos perdurem no tempo.

Conservar uma estrutura em ruínas ou em estado bastante debilitado consiste em deter a sua destruição física<sup>476</sup>, para que possa ser exposto num determinado local (como um museu), mesmo que aí perca o seu significado funcional e se limite a cumprir a função de exposição.

Conservar tem um objectivo, a preservação da memória de um povo ou nação<sup>477</sup>, para que esse conhecimento memorial, de diversos tipos de acontecimentos, possa ser passado e conhecido no futuro. Esses factos históricos poderão também ter sido materializados em obras arquitectónicas, esculturas e pinturas, que são deixados como símbolos do passado e da cultura, e que deixam uma marca profunda numa sociedade que avança cronológica, tecnológica e mentalmente, ficando como algo pertencente a um passado que marca o presente, provocando uma sensibilidade nos seus observadores.

As marcas do património cultural foram sendo estruturadas ao longo do tempo cronológico, e foram contribuindo para a formação da identidade e para a presença desse mesmo povo ou nação num determinado local de estabelecimento.

Temos também que ter em atenção que o legado patrimonial que chega até nós é resultado de uma escolha<sup>478</sup>, feita ao longo do tempo pelas

---

<sup>476</sup> Cf. Susana Oliveira Jorge, “Conservar para quê?”. *8ª Mesa-redonda de Primavera, Realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto nos dias 26 e 27 de Março de 2004*, Porto; Coimbra; Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Departamento de Ciências e Técnicas do Património; Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e Porto, 2005, p. 60.

<sup>477</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 61.

sociedades que nos antecederam e que o utilizaram para os mais diversos fins, não sendo possível conservar tudo.

A conservação do castelo de Noudar pode ser um marco importante numa exposição “viva” da história do nosso país, é um local que merece mais atenção por parte das autoridades competentes, facilitando o acesso e promovendo uma maior divulgação do sítio, e não votando o espaço a um “abandono cultural”, ao qual o castelo se encontra neste momento. Como já referi, há promoção do castelo, mas não a suficiente, como se a fortaleza fosse uma estrutura secundária do ponto de vista patrimonial.

No entanto, deve-se “controlar” o afluxo de visitantes ao castelo de Noudar, pois a conservação do mesmo pode também depender disso, além do ecossistema envolvente. Os automóveis podem ser grandes perturbadores da natureza<sup>479</sup>, e do património edificado, devido aos fumos e vibração do solo, mas, contudo, são o melhor meio de transporte para chegar ao local.

Para ultrapassar este problema, deve-se dotar a área de vias próprias para peões<sup>480</sup>, e interdição de veículos motores junto ao castelo, embora para isso tenha que ser construído um local específico de estacionamento dos mesmos, o que poderia ser bastante caro, num sítio onde este tipo de construção não é muito viável. A solução poderia ser, por exemplo, um local de aluguer de bicicletas para utilizar como meio de transporte até ao castelo.

O facto de se encontrar na fronteira entre dois povos pode ser benéfica, pois Noudar encontra-se numa zona onde existem bastantes povoações espanholas nas imediações, a menor distância em relação à qual se encontram as portuguesas e com maior desenvolvimento em termos de vias de acesso. Como exemplo, temos a estrada de Barrancos ao local do castelo, que está, como já referi, em muito mau estado, mas desde o sítio do castelo, até Valência de Mombuey, apesar de ser estrada de terra batida, tal como a portuguesa, nota-se um maior cuidado na sua manutenção, onde as depressões são suprimidas por trabalhos de via, facilitando assim o acesso, embora também aqui a sinalização seja paupérrima.

---

<sup>478</sup> Cf. Pedro Barbosa, “Preservação e Memória”, *O Património Local e Regional - Subsídios para um trabalho transdisciplinar*, Lisboa, Ministério da Educação; Departamento do Ensino Secundário, 1998, p. 22.

<sup>479</sup> Cf. Jorge Henrique Pais da Silva, *op. cit.*, p. 35.

<sup>480</sup> Cf. idem, *ibidem*, p. 35.

É também uma hipótese para promover o local em Espanha, além de uma maior divulgação a nível nacional, também se pode tentar uma divulgação cultural no país vizinho, através da sinalética e distribuição de informação, através de panfletos e da apresentação de uma *história comum*.

A conservação é então muito importante, pois para receber visitantes, é necessário que o castelo esteja em boas condições de visita.

Todos sabemos que o que é fabricado pelo homem tem um “prazo de validade”, não dura para sempre, o que se pode fazer é atrasar a sua deterioração, e expor para o conhecimento público, guardando depois as peças de exposição em condições de conservação propícias. No caso de um castelo, são as intervenções de restauro que se colocam como sendo necessárias à conservação, intervenções que muitas vezes são bastante dispendiosas.

Já nos anos quarenta, como já referi, o castelo foi alvo de intervenções de restauro, depois de resolvidas algumas dificuldades de transporte e de pessoal, que chegaram a ditar uma transferência das verbas atribuídas para outras obras de restauro, no caso, o castelo de Óbidos<sup>481</sup>, logo vemos então que a questão da interioridade e dificuldades de acesso são problemas que vêm de longe e que ainda hoje se colocam, devido ao fraco investimento do nosso país em vias de comunicação, com vista a “quebrar” o isolamento das populações interiores, nomeadamente das populações alentejanas.

A existência do turismo cultural na zona de Barrancos pode ajudar os habitantes de áreas interiores, que assim poderão ver o local onde nasceram e provavelmente sempre viveram a ser valorizado. Uma valorização que talvez nunca esperariam que pudesse existir. Este tipo de actividade de lazer tem vindo a ganhar adeptos no nosso país, atraindo mesmo visitantes estrangeiros a Portugal, embora a indústria turística continue mais virada para outras actividades.

Pode-se aqui incutir um gosto pelo que é português, em zonas como a de Barrancos, onde as preocupações com o património não fazem parte das

---

<sup>481</sup> Com efeito, por portaria de 9 de Fevereiro de 1942, tinha sido atribuída uma dotação de 10.000\$00 para obras no castelo de Noudar. Todavia, por decisão de 5 de Dezembro de 1942, a mesma verba, oriunda do Fundo do Desemprego, foi transferida para os trabalhos de restauro no castelo de Óbidos. De referir que estas informações não constam em Isabel Mendonça, Rosário Gordalina, Lina Oliveira e Filipa Avellar, “Inventário do Património Arquitectónico”, [...], *cit.*, pp. 1-4.

prioridades dos habitantes, e onde o contacto com Espanha e a sua cultura é muito acentuado.

A autarquia de Barrancos pode ter um papel fundamental na dinamização do castelo de Noudar e no desenvolvimento do concelho em geral, pois o município deve conseguir congregar os esforços dos seus cidadãos para uma causa que é sua, a defesa do que pertence ao domínio público, de um imóvel que também lhes pertence e que necessita de apreço e estima.

As universidades também conseguem dar um importante contributo à fortaleza a ao concelho, através da promoção de escavações arqueológicas, e estudos sobre os mesmos, além da inclusão da zona em palestras de História Regional e Medieval, que poderiam ser realizadas em Barrancos, onde os seus habitantes poderão adquirir um conhecimento mais sólido sobre questões patrimoniais e sua defesa.

Podem-se promover acordos com as autoridades espanholas mais próximas da fronteira, no sentido de promoção de um castelo que também foi deles, porque a zona de Noudar é um local de “cruzamento histórico” de dois povos, de interacção populacional feita de diversas maneiras. Como foi referido anteriormente, há cidadãos espanhóis que visitam o castelo, e se o mesmo for mais promovido, certamente que o número aumentará.

A existência de postos de turismo junto do castelo, com informação sobre o mesmo e a sua área envolvente, e o que se pode visitar nas imediações. Esta é uma informação que será passada, e que trará, na generalidade, visitantes ao concelho de Barrancos, e a Noudar em particular.

## CONCLUSÃO

Podemos então dizer que estamos perante um castelo da zona do Baixo Alentejo, junto à fronteira com Espanha, que teve muita importância no desenvolvimento da história portuguesa, seja militar ou social. Uma fortaleza que, em época medieval, estava instalada num local onde a agricultura, uma das principais actividades económicas deste período, não era uma opção muito viável, devido à fraca capacidade dos solos, o que tornava necessário equacionar outras estratégias de sustento por parte da população de Noudar, que lhes permitisse viver e “sobreviver”, em caso de perigo ou de baixa produção.

A pastorícia era assim a actividade económica local predominante, embora acarretasse perigos, pois o gado tinha de ser protegido, e não nos podemos esquecer que, se o castelo sofresse um ataque, os animais deveriam ser levados para o interior da fortaleza. Esta acção poderia levar muito tempo, pondo em risco pessoas e bens. Noudar apresenta uma área onde os recursos naturais, que permitissem aos habitantes da vila produzir para criar excedentes que eram muito diminutos. Não sendo então uma zona rica, que suscitasse a cobiça por parte de outros, era antes uma zona de passagem e um espaço de fronteira, onde o seu castelo desempenhava um papel fundamental na vigilância e no controlo do espaço envolvente.

A agricultura, no século XIII, é a ocupação fundamental, do ponto de vista económico. A posse da terra é determinante em termos de riqueza, e mesmo de servidão ou de «liberdade». Para os campos, a mão-de-obra era de importância fulcral no esforço de trabalho agrícola, o camponês tinha que ter vários filhos para poder ter uma ajuda laboral significativa, que lhe permitisse uma maior produtividade. Noudar está longe das zonas do litoral, áreas que apresentavam uma pluralidade de actividades, antes ocupa um lugar periférico dentro do contexto de um pequeno reino do longínquo Ocidente, onde as suas actividades se resumem a poucas opções e onde o poder régio procura consolidar e garantir a estabilidade de uma fronteira fundamental para a sua independência.

A população residente de Noudar não atinge grande densidade demográfica no período por nós observado. Não podem viver dependentes da agricultura e não têm grandes espaços urbanos na sua área de residência, estando, portanto, muito limitados economicamente. Necessitam de ser auto-suficientes para poderem sobreviver numa zona onde as condições de vida são muito agrestes.

Constituem-se numa periferia, onde a característica principal é o facto do poder central se encontrar bastante longe. Esta relação Centro-Periferia é muito difícil. Comunicações longas e lentas, onde as vias não são seguras nem se encontram em bom estado, o que impossibilita que as viagens e as comunicações se apresentem nas melhores condições. Noudar está distante dos centros de decisão política, longe do rei, mas não é um espaço abandonado, deserto, sem ocupação organizada. O castelo de Noudar não representa a individualidade e a autonomia da população que serve, antes representa o esforço de consolidação de um poder que se pretende cada vez mais soberano. O seu alcaide representa o rei e no conjunto dos seus deveres (os de qualquer outra unidade castelo/populações) acrescenta a manutenção fixa e rigorosa da linha de fronteira. A primeira sentinela do reino.

Tanto de um lado, como de outro da fronteira político-administrativa entre Portugal e Castela, depois do tratado de Alcanizes, as respectivas populações “tinham-se umas às outras”. Ambas estavam distantes dos respectivos Centros políticos, partilhando um conjunto de preocupações e de vivências semelhantes, que a instalação de uma linha divisória entre os dois reinos, assegurada por uma linha de fortalezas, não conseguiu (nunca) reprimir.

As populações de fronteira possuem uma experiência vivencial diferente das outras regiões do reino, e apresentam uma atitude diferente na dinâmica relacional Centro-Periferia.

O conceito de fronteira na Idade Média abrange diversos tipos de realidades locais e humanas, primeiro entre o Islão e a Cristandade, onde existia a “marca”, local intermédio de localização de comunidades humanas que estão sobre a influência de um, ou de ambos, os beligerantes, que comunicam e interagem com os dois, de acordo com os seus interesses,

apresentando-se em situação de conflito permanente, estando preparadas, a todos os níveis, para situações «normais» de confronto militar.

O poder central, apesar de estar longe, tem a preocupação de manter estas regiões e locais povoados, através da concessão de um foral ou por outros meios. É, neste contexto, de relação primordial e directa entre o Centro e uma periferia que a vila de Noudar recebe o seu foral em 1295 (adopta o texto do foral de Évora – o modelo proeminente), um texto normativo que se destinava a localidades que estavam inseridas em contextos problemáticos de fronteira, seja contra o Islão ou posteriormente contra o reino de Castela. Foral de fronteira, foral adaptado às condições da guerra permanente. O seu texto obriga os habitantes da vila a estar em constante aptidão para dar resposta a uma guerra que a qualquer momento lhes pode entrar pelas portas dentro, ou para «ceifar» os campos e os bens do inimigo «seu vizinho». A guerra permanente é condição da raia e os seus ocupantes têm isso como certo.

Os forais tinham o objectivo de fomentar o povoamento em espaços de fronteira, ocupar determinados locais, povoá-los e depois consolidar esse povoamento, podendo depois o texto original outorgado pelo rei ser renovado e modificado pelos monarcas seguintes. É o que sucede com a vila de Noudar, no reinado de D. Manuel.

A rápida iniciativa de D. Dinis na outorga do foral de Noudar tem a ver com a conjuntura em que o reino de Portugal se encontrava após o tratado de Alcanizes, onde a defesa do reino se fazia fundamentalmente através dos castelos de fronteira. Estas eram um grupo de estruturas fortificadas que no seu tempo receberam reforços (re)construtivos, destinado a suportar a pressão das armas castelhanas. Este é, agora, o inimigo principal, já que a ameaça islâmica há muito tinha desaparecido deste espaço do território português. O reino de Castela é a nova ameaça, e como tal, é fundamental a organização de uma defesa activa, dinâmica e em profundidade.

O “Lavrador” criou ainda em Noudar um couto de homiziados no ano de 1308, um local para onde iam indivíduos que cumpriam penas por crimes, e que era estabelecido em zonas de fronteira, sendo utilizado para incrementar o povoamento em áreas despovoadas e longe de grandes centros populacionais que estavam mais sujeitas a embates inimigos.



O castelo de Noudar é uma estrutura fortificada de fronteira destinada a integrar-se na primeira linha de protecção do reino. A sua posição geográfica e a sua topografia demonstram essa estratégia. Noudar é um castelo estratégico. A sua posição mostra que, mesmo antes da reconquista cristã, houve uma preocupação em aproveitar a elevação onde a fortaleza se encontra como meio de defesa natural, cercado por dois cursos de água, que “atrasam”, de certa forma, um possível ataque ao castelo.

Noudar teve uma ocupação humana longa e marcadamente militar. A sua posição geográfica garantia-lhe condições básicas de defesa e necessárias para a implantação de um castelo: um local elevado, com barreiras naturais formadas pelos dois cursos de água, boa visibilidade e encostas íngremes.

Na Idade Média, a segurança das comunicações inter-regionais desenvolve-se com grande intensidade, o que faz com que a protecção das vias e dos sistemas de transporte fosse fundamental, tanto mais que a disponibilidade de mercadorias nas cidades e vilas era parca.

Noudar era ponto de vigilância de uma zona de passagem onde a circulação de gado era uma realidade, e por isso, desempenhava um papel muito importante, pois a actividade ganadeira trazia muitos benefícios, para privados e para o rei. Era, por conseguinte, este castelo que estudámos, um «protectorado» de interesses locais específicos bem como um garante da defesa nacional.

Não foram encontradas, nem nas provas arqueológicas, nem nas documentais armas fixas de guerra, as chamadas “armas de cerco”, como catapultas, balistas e trabuquetes, destinadas a uma defesa mais sofisticada da fortaleza.

A perspectiva patrimonial foi um dos aspectos que mais procuramos desenvolver neste trabalho. Desde 1910 que o castelo de Noudar é considerado Património Nacional, e como tal, necessita de protecção constante, responsabilidade que cabe ao estado e aos cidadãos. O Património que nos é deixado pelos antigos deve ser preservado, para evitar a sua deterioração e sua dispersão. E tal esforço de preservação é algo que se constitui como inalienável e necessário para o enriquecimento cultural de uma nação, pois a preservação da memória é o garante do desenvolvimento futuro.

Referimos amplamente que a questão patrimonial em Portugal foi durante muito tempo tratada como uma simples curiosidade, interessante até certo ponto, onde os monumentos surgiam como um “dato adquirido”, não sendo vistos totalmente como algo pertencente ao domínio público, e onde os cidadãos têm responsabilidades na sua protecção e preservação.

A responsabilidade deve ser assumida pelos cidadãos, e não simplesmente “passar” essa preocupação de preservação de monumentos apenas às entidades competentes, deve-se fazer algo para ajudar a manutenção de bens que são do domínio público, e que devem ser assumidos como tal. Os cidadãos, ao visitarem os monumentos nacionais, respeitando as regras internas dos museus e de outras estruturas estatais de cultura, já estão a ajudar à sua preservação e manutenção para o futuro. São pequenas acções que podem fazer muita diferença na preservação do património.

A conservação dos monumentos é de importância fulcral. As construções humanas não duram para sempre e apenas podemos retardar a sua deterioração num determinado espaço de tempo. Mas, o «monumento» vive se for utilizado, se for visitado. Conhecê-lo é garantia da sua continuidade. Quanto mais cidadãos o virem mais serão aqueles que o querem manter e conservar.

No entanto, a conservação patrimonial deve ser feita com especial atenção à história dos monumentos. Muitos deles não mantêm a sua morfologia inicial, sofreram diversas remodelações na sua estrutura, como obras de restauro, que podem ter sido efectuadas em diversas épocas, devido a vários factores, como catástrofes naturais ou causadas pelo homem (como guerras).

Acontecimentos deste tipo levam a que os monumentos sofram obras de restauro, ou que fiquem mesmo durante muito tempo com as suas estruturas danificadas, que vislumbram as vicissitudes pelas quais o monumento terá passado, e que incorporam o conjunto de “vivências” específicas com que a estrutura patrimonial teve contacto durante a sua vida. Estas características devem ser mantidas, e não transformadas em características arquitectónicas ou esculturais existentes no monumento na altura da sua construção, ou pertencentes ao período cronológico no qual o monumento se insere.

Noudar é um desses castelos que esteve exposto a confrontos militares e ocupações. É uma estrutura militar que sofreu alterações construtivas posteriores e sistemáticas, devido a circunstâncias político-militares, como as que saíram do tratado de Alcanizes, onde esta fortaleza recebeu obras para uma melhor preparação face a eventuais ataques externos, e durante a sua existência como parte da estrutura defensiva militar portuguesa de fronteira, apresentando no século XVIII um alargamento na sua totalidade, com uma grande incorporação de novos acrescentos defensivos.

Esta fortaleza não manteve, então, a sua “pureza inicial”. Foi alvo de várias ocupações diferentes feitas pelo homem, cada qual com características específicas, e que se manifestaram na sua morfologia actual. E é assim que se deve manter, embora necessite de cuidados especiais com a sua conservação, pois a estrutura encontra-se bastante deteriorada.

Tomemos, também, em conta que o património que chegou até ao nosso tempo é resultado de uma escolha. Os monumentos vêm até ao nosso período cronológico como uma escolha daqueles que nos precederam. E não é possível salvá-los a todos.

A salvaguarda dos bens patrimoniais é complexa. Sempre o foi. Os tempos dos homens são diferentes. São caracterizados por diversas circunstâncias específicas, em particular no que toca à defesa e salvaguarda do legado patrimonial. A sensibilidade para a defesa do que é deixado como “herança cultural” nem sempre, no nosso país, foi vista como primordial para o enriquecimento cultural da população, antes pelo contrário, foi vista, muitas vezes, como entrave ao progresso e «prejudicial» às circunstâncias específicas de protecção de duvidosos interesses locais.

Ainda hoje, apesar da evolução das mentalidades, a situação de visibilidade do âmbito patrimonial é vista como uma barreira a possíveis interesses particulares, não se conseguindo, muitas vezes, conjugar o interesse público e privado.

A questão da existência de recursos para a defesa do património é outro problema, pois muitas vezes faltam meios que permitam proteger toda a herança cultural que nos é deixada. Há que escolher, mas de forma equilibrada e responsável. Diversos imóveis são deixados ou demolidos para que outras estruturas possam “sobreviver”, logo podemos dizer que o que chegou até nós

é, evidentemente, o resultado de uma escolha, pois não se consegue salvar a totalidade de um legado que pode ser demasiado extenso.

Neste local, em Noudar, com a presença deste castelo, estamos perante um “esqueleto”, e não propriamente defronte do verdadeiro castelo medieval. Queremos dizer que um castelo é uma estrutura com «vida», pleno de actividade, repleto de sistemas defensivos e de manutenção de um estado de guerra permanente. Perdida a sua utilização militar, foi sucessivamente passando entre privados, foi despojado das infra-estruturas de apoio à guerra de cerco, perdeu os passadiços em madeira, as eventuais máquinas de guerra, as protecções para arqueiros, os estábulos, a maquinaria de suporte ao treino militar na praça-de-armas, perdeu pedras das muralhas, levadas por populares ao longo dos séculos para a construção de casas particulares ou para cercados de protecção de gado, etc. Depois de muito despojado, depois de perder a sua guarnição permanente e a sua população foi, nos inícios do século XX, declarado património nacional.

Actualmente, o castelo necessita de uma dinamização constante e sustentada, o que beneficiaria muito o concelho de Barrancos, sobretudo através de uma aposta no turismo cultural. O castelo de Noudar poderia desempenhar aqui um papel de grande relevância nesta área turística, «apresentando-se» como um local de cruzamento de duas histórias, a Portuguesa e a Espanhola, como um elemento caracterizador das especificidades do contexto fronteiriço e da presença de duas culturas políticas obrigatoriamente diferenciadas.

A história regional e local, assim foi tratado na nossa abordagem o castelo de Noudar, é parte integrante da história nacional, pois a primeira influencia a segunda, nos seus mais diversos aspectos. A história nacional «bebe» das informações recebidas dos âmbitos regionais e locais, das imensas periferias medievais, que influenciaram o curso da informação contida na historiografia portuguesa. Sabe-se que os acontecimentos em determinadas regiões e locais são importantes para o estudo do cômputo geral das acções dos homens em Portugal, como as rebeliões locais ou invasões exteriores.

É um sítio peculiar, que poderia atrair muitos visitantes a esta zona da raia alentejana, com bastante divulgação da área geográfica envolvente

através da criação de estruturas de base para a recepção aos visitantes, e entre elas melhores vias de acesso.

## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

A.N.T.T. – Arquivo Nacional Torre do Tombo

D.G.E.M.N. – Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

I.P.P.AR. – Instituto Português do Património Arquitectónico

I.S.C.T.E. – Instituto Superior das Ciências do Trabalho e da Empresa

I.S.C.S.P. – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

## FONTES E BIBLIOGRAFIA:

### FONTES

#### FONTES MANUSCRITAS

##### Arquivo Nacional da Torre do Tombo [A.N.T.T.]

- *Gavetas da Torre do Tombo, Reforma das Gavetas*; Transcrição do séc. XIX (1817-1818) da Gaveta 14, Cx. 15, l. 25, Maç. 5, doc 2. fl. 16<sup>482</sup>.
- *Gavetas da Torre do Tombo, Reforma das Gavetas*; Transcrição do séc. XIX (1817-1818), Gaveta 18, Cx. 25, l. 38, Maç. 2, doc. 1, fl.69<sup>483</sup>.
- *Gavetas da Torre do Tombo*, Gaveta 13, Maç. 2, Doc. 3, [Documento original com sinal rodado]<sup>484</sup>.
- *Gavetas da Torre do Tombo*, Gaveta 13, Maç. 5, Doc. 9, [Documento original]<sup>485</sup>.

##### Arquivo do Ministério das Finanças

- Eng. Alexandre Manuel Pacheco Pires Neves, *Aproveitamento da Fortaleza Medieval de Noudar e sua Área Envolvente - Memória Descritiva e Justificativa*. [Documento dactilografado], Barrancos, Câmara Municipal de Barrancos, 14 de Setembro de 1990, 8 fls.
- Ofício da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, para a Direcção Geral do Património do Estado [*Castelo de Noudar, Concelho de Barrancos - Distrito de Beja – Obras de recuperação*], processo 51-BD-12-1, [Documento Dactilografado], Lisboa, 31 de Outubro de 1991, [2 fls.].
- *Termo de abertura, actas e contratos entre vivos de compra e venda, troca ou doação de bens imobiliários e quaisquer actos acessórios lavrados pelo notário público interino do concelho de Barrancos Teodoro de Carvalho*, doc. 3, 1920, [fl. 1].

---

<sup>482</sup> Documento publicado em *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. II, - (*Gaveta XII - XIV*), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963, pp. 630-678.

<sup>483</sup> Documento publicado em *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. VIII, - (*Gaveta XVIII, Maços 1-6*), Lisboa, Centro de Estudos Históricos e Ultramarinos, 1970, pp. 53-105.

<sup>484</sup> Publicado em *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. XII - (*Gaveta XX, Maços 15 - 16 - XXIII, Maços 1 - 8*), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1977, pp. 489-493.

<sup>485</sup> Publicado em *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. XII - (*Gaveta XX, Maços 15 - 16 - XXIII, Maços 1 - 8*), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos da Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1977; 493-495.

- Informação nº 245/95, da Direcção Geral do Património do Estado, [*Aquisição do Castelo de Noudar, Sito no Concelho de Barrancos*], processo 26-BD-12. [Documento Dactilografado], Lisboa, 21 de Dezembro de 1995, [4 fls.].
- Ofício da Direcção de Serviços Especiais de Inspecção Patrimonial, para o Subsecretário de Estado Adjunto do Orçamento, [*Castelo de Noudar – Imóvel Classificado Como Monumento Nacional*], Processo 26-BD-12. [Documento Dactilografado], 18 de Fevereiro de 1992, [2 fls.].
- Ofício do Director Geral dos Serviços de Gestão Patrimonial: Direcção de Aquisições e Arrendamentos do Estado, para o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, [*Castelo de Noudar – Barrancos – Imóvel classificado como monumento nacional*], processo 51bd-12-1, doc. 3. [Documento Dactilografado], 2 de Agosto de 1991, [2 fls.].
- Ofício do Director Geral dos Serviços Especiais de Inspecção Patrimonial, para o Conservador do Registo Predial do Concelho de Barrancos [*Castelo de Noudar – Imóvel Classificado como Monumento Nacional*], processo 51 – BD – 12 - 1. [Documento Dactilografado], Lisboa, 14 de Outubro de 1991, [1 fl.].

#### **Arquivo da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais**

##### **Pasta DSID – 001/002 – 0079, nº IPA – PT 040204010001**

- Ofício do Commissariado do Desemprego para o Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais [Dotação de 10.000\$00 para obras de restauro, no castelo de Noudar]. [Documento Dactilografado], Lisboa, 16 de Abril de 1942. [Cópia], [1 fl.].
- Ofício do Arquitecto Director dos Monumentos Nacionais, para o Engenheiro Director Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais [Obras no castelo de Noudar]. [Documento Dactilografado], Lisboa, 21 de Novembro de 1942. [Cópia], [1 fl.].
- Portaria do Ministério das Obras Públicas e Comunicações [Anulação da dotação de 10.000\$00 destinada às obras do castelo de Noudar]. [Documento Dactilografado], Lisboa, 5 de Dezembro de 1942. [Cópia], [1 fl.].
- Memória Descritiva e Justificativa [das obras a realizar no castelo de Noudar]. [Documento Dactilografado], Évora, Direcção dos Monumentos do Sul, 22 de Março de 1979, [1 fl.].



## FONTES IMPRESSAS

ARMAS, Duarte de,

– *Livro das Fortalezas*. Introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, 2ª ed., Lisboa, Edições Inapa, 1997.

BRANDÃO, Fr. António,

– *Crónicas de D. Sancho I e D. Afonso II*. Edição actualizada com uma introdução de A. De Magalhães Basto, Porto, Livraria Civilização, 1945.

– *Crónicas de D. Sancho II e D. Afonso III*. Edição actualizada com uma introdução de A. De Magalhães Basto, Porto, Livraria Civilização, 1945.

– *Monarquia Lusitana*. Introdução de A. Silva Rego, notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos, Partes Terceira, e Quarta, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973-1974.

BRANDÃO, Fr. Francisco,

– *Monarquia Lusitana, Parte Quinta*. Introdução de A. Silva Rego, notas de A. Dias Farinha e Eduardo dos Santos, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1976.

*Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*. Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques e Nuno José Pizarro Dias, vol. I, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990.

*Chancelaria de D. Pedro I (1357-1367)*. Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1984.

*Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*. Edição preparada por A. H. de Oliveira Marques e Teresa Ferreira Rodrigues, vol. II, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1992.

*Crónica de Cinco Reis de Portugal*, seguida da parte da Crónica Geral de Espanha que insere as histórias dos reis de Portugal, inédito quatrocentista reproduzido do Cód. 886, da Biblioteca pública Municipal do Porto; seguido de capítulos inéditos da versão portuguesa da crónica geral de Espanha e outros textos. Edição diplomática e prólogo de A. De Magalhães Basto, vol. I, Porto, Livraria Civilização-Editora, 1945.

*Crónica dos Sete Primeiros Reis de Portugal*. Edição Crítica pelo Académico de Número Carlos da Silva Tarouca, S. J., 3 vols., Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1952-1953.

*Crónicas dos Reis de Portugal*. Reformadas pelo licenciado Duarte Nunes de Leão. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello e Irmão-Editores, 1975.

*Crónica de D. Dinis*. Edição do texto inédito do Cód. 965, organizada por Carlos da Silva Tarouca, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1947.

*Crónica da Conquista do Algarve*, [texto de 1792]. Comentários e notas de José Pedro Machado, Faro, [s. n.], 1979. Separata dos *Anais do Município*, nº VIII.

DIAS, Luís Fernando de Carvalho (ed.),

– *Forais Manuelinos do Reino de Portugal e do Algarve conforme o exemplar da A. N. T.T. de Lisboa. Entre Tejo e Odiana*, [s. l.], Edição do autor, 1965.

*Fontes Medievais da História de Portugal*. Selecção, prefácio e notas de Alfredo Pimenta, 2ª ed., vol. I, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1982.

GALVÃO, Duarte,

– *Crónica de El Rei D. Afonso Henriques*. Reimpressão da edição de 1986, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1995.

LOPES, Fernão,

– *Crónica de D. Pedro*, 2ª ed. revista, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2007.

– *Crónica de D. Fernando*, 2ª ed. revista, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2004.

– *Crónica Del Rei Dom Joham I, de boa memória e dos reis de Portugal o decimo*. Reprodução fac-similada da edição do Arquivo Histórico Português (1915), preparada por Anselmo Braamcamp Freire, prefácio por Luís F. Lindley Cintra, Partes Primeira e Segunda, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973-1977.

PINA, Rui de,

– *Crónica de D. Dinis*. Segundo o códice inédito nº 891 da Biblioteca Municipal do Porto, seguida da versão actualizada da Edição Ferreiriana de 1726, Porto, Livraria Civilização, 1945.

– *Crónicas*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Porto, Lello e Irmão Editores, 1977.

*Primera Cronica General de España, que mando componer Alfonso el Sábio y se continuaba bajo Sancho IV en 1289*, Madrid, Universidad de Madrid - Facultad de Filosofia y Letras, 1955.

RADES Y ANDRADA,

– *Chronica de Las Três Ordenes e Cavallerias de S. Tiago, Calatrava y Alcântara: En la Qualse trata de su origen, y Sucesso, e notables hechos en armas de los Maestres, y Cavalleros de ellas:*

*y de muchos Señores de titulo, e otros Nobles que descenden de los Maestres: y de muchos otros linajes de España*, Toledo, Imprensa con Licencia en casa de Juan de Ayala, 1572.

RESENDE, Garcia de

– *Crónica de D. João II e miscelânea*. Nova edição, conforme a de 1798, com introdução de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973.

VENTURA, Leontina; OLIVEIRA, António Resende de (ed.),

– *Chancelaria de D. Afonso III*, Livro I, vols. I e II, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

## CARTOGRAFIA, PLANTAS E FOTOGRAFIAS

- *Carta Militar de Portugal Escala 1/25.000*, folha nº 503, *Noudar (Barrancos)*, 3ª edição, Lisboa, Instituto Geográfico de Exército, 2000.
- *Carta Geológica de Portugal Escala 1/200.000*. Notícia Explicativa da folha 8. Coordenação de J. T. Oliveira, Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, 1992, p. 18.
- *Carta Geológica de Portugal Escala 1/50.000*, folha nº 44 – B (*Barrancos*), Lisboa, Serviços Geológicos de Portugal, 1977.
- *Carta dos Solos de Portugal, Escala 1/50.000*, folha nº 41 – C (*Mourão*), Lisboa, Secretaria de Estado da Agricultura, Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário, 1966.
- *Carta Hidrogeológica de Portugal Escala 1/1.000 000*. Coordenação de F. Moitinho de Almeida, Lisboa, Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos, 1970.
- *Carta de Capacidade e Uso do Solo Escala 1/50.000*, folha nº 44 - A, Secretaria de Estado da Agricultura, Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário, 1965.
- *Carta de Capacidade e Uso dos Solos Escala 1/50.000*, folha nº 41 - C (*Mourão*), Secretaria de Estado da Agricultura, Serviço de Reconhecimento e Ordenamento Agrário, Lisboa, 1966.
- *Carta Agrícola e Florestal de Portugal Escala 1/25.000*, folha nº 503, Secretaria de Estado da Agricultura, Serviço de Reconhecimento e de Ordenamento Agrário, 1962.
- *Carta Agrícola e Florestal de 1892. Redução do levantamento efectuado pela Direcção dos Trabalhos da Carta Agrícola do Reino*, folha nº 1, Lisboa, Direcção Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola, 1979.
- *Carta Agrícola e Florestal de 1962. Redução do levantamento efectuado pela Direcção dos Trabalhos da Carta Agrícola do Reino*, folha nº 2, Lisboa, Direcção Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola, 1979.
- *Carta Agrícola e Florestal de 1982. Redução do levantamento efectuado pela Direcção dos Trabalhos da Carta Agrícola do Reino*, folha nº 3, Lisboa, Direcção Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola, 1983.
- *Castelo de Noudar -Barrancos, Levantamento Fotogramétrico – Planta com altimetria - Escala 1/200*, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Desenho nº 010088, Novembro de 1984, p. 1.
- *Castelo de Mourão, Escala 1/2.500*, Ministério das Obras Públicas, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Desenho nº 001900, Repartição Técnica - 3ª secção, p. 1.
- *Castelo de Mourão – Croquis, Escala 1/2000*, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, p. 1.
- *Castelo e Muralhas de Moura, Estudo de Desobstrução e Arranjo - Projecto, Escala 1/1000*, Desenho nº 002114, Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, p. 1.

JACOB, Miguel Luiz,

– *Planta da Praça de Noudar - Escala 1/3000*. [Documento extratexto], “Arquivo Histórico Militar, 3ª Divisão, - 9ª Secção, (Fortificações). Inventário dos Documentos”, Boletim do Arquivo Histórico-Militar, nº 50, Lisboa, 1980, p. 409.

– Fotografia nº 521247 [Castelo de Noudar], Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1984.

– Fotografia nº 000661 [Castelo de Noudar], Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 1994.

## BIBLIOGRAFIA

### DICIONÁRIOS, ENCICLOPÉDIAS E OUTRAS OBRAS DE REFERÊNCIA

ALMEIDA, João de,

– *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, Lisboa, Edição do autor, 1948.

*Atlas de Portugal*. Com cartas do Instituto Geográfico e Cadastral, Lisboa, Selecções do Reader's Digest, 1988.

AZEVEDO, Francisco Cardoso de,

– *Novo Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular*, 4ª ed., Porto, Typographia a Vapor de José da Silva Mendonça, 1906.

*Armorial Lusitano, Genealogia e Heráldica*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1961.

COSTA, Américo,

– *Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular*, 12 vols., Porto, Edição do autor; Livraria Civilização, 1929-1949

CORTESÃO, Jaime,

– *Portugal: A terra e o homem*, [s. l.], Ed. Artis, 1966.

*Dicionário de História de Portugal*, Direcção de Joel Serrão, 4 vols., Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963-1971.

FELGUEIRAS GAYO,

– Manuel José da Costa, *Nobiliário de Famílias de Portugal*, fac-símile da 1ª edição, vol. VII, Tomos XIX, XX e XXI, 3ª ed., Braga, Edição de Carvalhos de Basto, 1992.

FRAZÃO, A. C. Amaral,

– *Novo Dicionário Corográfico de Portugal (Continente e Ilhas Adjacentes)*, Porto, Editorial Domingos Barreira, 1981.

*Grande Enciclopédia Luso-Brasileira*, Volume XXXIII, Lisboa, Rio de Janeiro, Editorial Enciclopédia, limitada, 1945.

LEAL, Augusto Soares d' Azevedo Barbosa de Pinho,

– *Portugal Antigo e Moderno*, 12 vols., Lisboa, Livraria Editora de Mattos Moreira e Companhia, 1873-1890.

LIMA, Baptista de,

– *Terras Portuguesas. Arquivo Histórico-Corográfico ou Corografia Histórica Portuguesa*, 5 vols., Póvoa de Varzim, Tipografia Camões Editora, 1935.

MARQUES, A. H. de Oliveira,

– *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Estampa, 1979.

NUNES, António Lopes Pires,

– *Dicionário de Arquitectura Militar*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2005.

SOUTO, José Correia do,

– *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, Funchal, Ed. Atlantilivro, 1985.

TÁVORA, D. Luiz de Lancastre e,

– *Dicionário das Famílias Portuguesas*, Lisboa, Quetzal Editores, 1989.

## OBRAS GERAIS

ALARCÃO, Jorge de,

– *Introdução ao Estudo da História e do Património Locais*, Coimbra, Instituto de Arqueologia e História de Arte, Faculdade de Letras de Coimbra, 1982.

ALMEIDA, Fortunato de,

– *Historia de Portugal -Desde os Tempos Pré-Históricos até à aclamação de D. João I*, Tomo I, Coimbra, Edição do autor, 1922.

AZEVEDO, Rui de,

– “Período de formação territorial; Expansão pela conquista e sua consolidação pelo povoamento; As terras doadas; Os agentes colonizadores”, *História da Expansão Portuguesa no Mundo*. Direcção de António Baião, Hernâni Cidade e Manuel Múrias, Lisboa, Editorial Ática, 1937, pp. 7-64.

BALLESTEROS-BERETTA, António,

– *Afonso X el Sábio*. Madrid, Salvat Editores, 1963.

BARBOSA, Pedro Gomes,

– “Preservação e Memória”, *O Património Local e Regional - Subsídios para um trabalho transdisciplinar*, Lisboa, Ministério da Educação, Departamento do Ensino Secundário, 1998, pp. 18-37.

BARROCA, Mário Jorge,

– “Arquitectura Militar”, *Nova História Militar de Portugal*. Direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pp. 114-118.

– “História das Campanhas”, *Nova História Militar de Portugal*. Direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, p. 60-65.

BASTO, Artur de Magalhães,

– *A Fronteira Hispano - Portuguesa, Ensaio de Geografia Política*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1923.

CARPANETTO, Dino,

– “As Guerras de Sucessão e os Novos Equilíbrios Europeus”, *História Universal*. Consulta e coordenação científica por Massimo Salvadori, vol. X – *O Século das Luzes*, [s. l.], Planeta De Agostini, 2005, p. 38-40.



DENIS, Ferdinand,

– *Portugal*, Paris, Firmin Didot Frères Editeurs, 1846.

– *Portugal Pitoresco ou Descrição Histórica D'Este Reino*. Publicado por uma Sociedade, 5 vols., Lisboa, 1846-1848.

– *História de Portugal. Desde os tempos mais remotos até à actualidade*. Escripção segundo o plano de [...], por uma Sociedade de Homens de letras, 6 vols., Lisboa, Typographia Franco Portuguesa, [s. d.].

FERNANDES, Hermenegildo,

– *D. Sancho II - Tragédia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2007.

FIGUEIREDO, Jorge,

– *Os Castelos na História de Portugal*. vol. I, Lisboa, edição do autor, 1964.

GARCIA DE CORTAZAR, José Angel,

– *História Rural Medieval*, Lisboa, Editorial Estampa, 1983.

GARCIA, João Carlos,

– “Alfajar de Pena. Reconquista e Povoamento no Andevalo do séc. XIII”, [s. l.], [s. n.], 1989. Separata das *Actas de II Jornadas Luso-Espanholas da História Medieval*, vol. III, pp. 3-21.

GONÇALVES, Rita Theriaga,

– “A Protecção do Património Paisagista - 1ª parte”, *Revista Património - Estudos*, nº 1, Lisboa, 2001, p. 108-115.

HERCULANO, Alexandre,

– *História de Portugal -Desde o começo da monarquia até o fim do reinado de Afonso III*. Prefácio e notas críticas de José Mattoso, 4 Tomos, Amadora, Livraria Bertrand, 1980.

*História de Portugal*. Direcção de José Mattoso, vols. I e II, Círculo de Leitores, 1992.

*História de Portugal*. Direcção de Damião Peres, Edição Monumental Comemorativa do 8º Centenário da Fundação da Nacionalidade, vol. II – (*Primeira Época*), Porto, Portucalense Editora, 1929.

*Historia de España*. Dirigida por Manuel Tuñón de Lara, vol. IV - *Feudalismo e Consolidación de los Pueblos Hispánicos-(siglos XI-XV)*, 3ª ed., Barcelona, Editorial Labor, 1982.

*História de España*. Direcção de António Dominguez Ortíz, vol. III, - *Al-Andaluz - musulmanes e cristianos (siglos VIII-XIII)*, Barcelona, Editorial Planeta, 1989.

JOHNSON, Matthew,

– *Behind the Castle Gate-From Medieval to Renaissance*, London and New York, Routledge, 2002.

JORGE, Susana Oliveira,

– “Conservar para quê?”. *8ª Mesa-redonda de Primavera, Realizada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto nos dias 26 e 27 de Março de 2004*, Porto - Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade do Porto - Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades Departamento de Coimbra e Porto, 2004, pp. 60-65.

LAPÃO, Manuel,

– “Vínculo ao interesse público”, *Revista Património - Estudos*, nº 6, Lisboa, 2004, p. 5-11.

MACIAS, Santiago,

– “*Resenha dos Factos Políticos*”, *História de Portugal*. Direcção de José Mattoso, vol. I -*Antes de Portugal*, Círculo de Leitores, 1992, pp. 423-426.

MALDONADO, Basilio Pavon,

– *Ciudades e Fortalezas Luso-Musulmanas-Crónicas de Viajes por el Sur de Portugal*, Madrid, Agencia Española de Cooperación Internacional, Instituto de Cooperación Con el Mundo Árabe, 1993.

MARQUES, A. H. de Oliveira,

– “O Estado e as Relações Diplomáticas -Divisão Administrativa Civil”, *Nova História de Portugal*, Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. IV - *Portugal na Crise dos sécs. XIV e XV*, Lisboa, Editorial Presença, pp. 295-296.

– *História de Portugal - Desde os tempos mais antigos até ao governo do Sr. Marcelo Caetano*, 2ª ed., Lisboa, Edições Ágora, 1973.

MARQUES, Maria Alegria Fernandes,

– “As etapas de crescimento do reino”, *Nova História de Portugal*. Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III - *Portugal em Definição de Fronteiras -Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV*. Coordenação de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, Lisboa, Editorial Presença, pp. 37-64.

– “A viabilização de um Reino”, *Nova História de Portugal*. Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III - *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do séc. XIV*. Coordenação de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem Lisboa, Editorial Presença, 1996, pp. 23-37.

MARTINS, Ana Cristina,

- “Património Histórico – Cultural: a emergência das reformas (do Liberalismo ao Republicanismo), 1ª parte”, *Património - Estudos*, nº 5, Lisboa, 2003, pp. 33-50.

MACEDO, Jorge Borges de,

- *História Diplomática de Portugal – Constantes e Linhas de Força – Estudo de Geopolítica*, Lisboa, Edição da Revista *Nação e Defesa*, Instituto da Defesa Nacional, 1989.

MATOS, Sérgio Campos,

- *Historiografia e Memória Nacional 1846-1898*, Lisboa, Edições Colibri, 1998.

MATTOSO, José,

- *Identificação de um país - Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*, 2 vols., Lisboa, Editorial Estampa, 1985.

MENDONÇA, Manuela,

- *Guerra Luso - Castelhana, Século XV.*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2006.

MENDONÇA, Isabel; GORDALINA, Rosário; OLIVEIRA, Lina e AVELAR, Filipa,

- “Inventário do Património Arquitectónico”, [[www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)], nº de inventário IPA PT/040204010001, [s. l.], 2005, pp. 1-4.

MONTEIRO, João Gouveia,

- *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média – Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Edições Colibri, 1999.
- “Estratégia e Tática Militar”, *Nova História Militar de Portugal*. Direcção de Manuel Themudo Barata e Nuno Severiano Teixeira, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 2003, pp. 250-261.

MOXÓ, Salvador de,

- “La Época de Alfonso X”, *Historia de España de Menéndez Pidal*. Direcção de José Maria Jover Zamora, Tomo XIII, vol. I, *La Expansión Peninsular y Mediterránea - (c.1212 - c.1350)*, Madrid, Espasa Calpe, 1990, pp. 156-157.

*Nova História de Portugal*. Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. III – *Portugal em Definição de Fronteiras. Do Condado Portucalense à Crise do séc. XIV*. Coordenação de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem., Lisboa, Editorial Presença, 1996.

NUNES, António Lopes Pires,

– *O Castelo Estratégico Português e a Estratégia do Castelo em Portugal*. Conferência proferida no contexto da área científica “Evolução do Conceito Estratégico Nacional”, do Mestrado em Estratégia, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (I. S. C. S. P.) da Universidade Técnica de Lisboa, nos anos lectivos de 1985/86, e 1986/87, Lisboa, Direcção do Serviço Histórico Militar, 1988.

*Nova História de Portugal*. Direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Volume IV - *Portugal na Crise dos sécs. XIV e XV*, Lisboa, Editorial Presença, 1986.

OLIVEIRA MARTINS,

– *História de Portugal*. Edição crítica com introdução de Isabel de Faria e Albuquerque, prefácio de Martim de Albuquerque, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1985.

*Os Mais belos Castelos de Portugal*, 2ª ed., Lisboa, Editorial Verbo, 1986.

PALENCIA, A. Gonzalez,

– *Historia de la España Musulmana*. 3ª ed., Barcelona, Editorial Labor, 1932.

PERES, Damião,

– *A Gloriosa História dos mais Belos Castelos de Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1969.

PEREZ-EMBID, Florentino,

– *La Frontera entre los Reinos de Sevilla y Portugal*, Sevilla, Ayuntamiento de Sevilla, 1975.

PÁSCOA, Marta Cristina,

– “Levantamento documental sobre Noudar e Barrancos existente na Torre do Tombo”, *Cadernos do Museu*, nº 1, Barrancos, 1998, pp. 5-38.

PICOITO, Pedro,

– “Centro e Periferia. A Percepção das Regiões no Estado Medieval Português (1299-1416)”, *Culturas, Identidades e Globalização, Actas das III Jornadas/Congresso do Arquivo de Beja*, Tomo I, Beja, Arquivo de Beja, 2005, pp. 137-148.

PINHEIRO CHAGAS, Manuel,

– *História de Portugal Popular e Ilustrada*, 3ª ed., vol. I, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1904.

RAU, Virgínia,

– *Feiras Medievais Portuguesas - Subsídios para o seu Estudo*. Introdução e Índices por José Manuel Garcia, 2ª ed., Lisboa, Editorial Presença, 1983.

– *Itinerário D’El Rei D. Dinis (1279-1325). Itinerários Régios*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Históricos Anexo à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1962.

RIBEIRO, Ângelo,

– “Últimas conquistas e definição territorial”. *História de Portugal*. Direcção de Damião Peres, Edição Monumental Comemorativa do 8º Centenário da Fundação da Nacionalidade, vol. II, *Primeira Época (1128-1411)*, Porto, Portucalense Editora, 1929, p. 270.

RIBEIRO, Orlando,

– *Portugal - O Mediterrâneo e o Atlântico*, 3ª ed. Lisboa, Livraria Sá da Costa, 1967.

RONCAYOLO, Marcel,

– “Região”, *Enciclopédia Einaudi - Região*, vol. VIII, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989, p. 161-188.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo,

– *História de Portugal*, vols. I e V, Lisboa, Verbo, 1978 e 1982.

SCHAEFER, Henrique,

– *História de Portugal - Desde a Fundação da Monarquia até à Revolução de 1820*. [Ed. Original em alemão, 1836-1854]. Vertida fiel e integral e directamente por F. de Assis Lopes, continuada sob o mesmo plano até aos nossos dias por J. Pereira Sampaio, vol. I, Porto, Escritório da Empresa Editora, 1893.

SHILS, Edward,

– *Centro e Periferia*, Lisboa, Difel, 1992.

SILVA, Jorge Henrique Pais da,

– *Preterito Presente (Para uma teoria da preservação do património Histórico - Artístico)*, Covilhã, Centro Cultural da Beira Interior, 1984.

SOUSA, J. M. Cordeiro,

– “Referência a algumas vilas do distrito de Beja na Historia Eclesiástica de Badajoz”, *Arquivo De Beja*, vol. V, Fascículos III e IV, Beja, Julho/Dezembro de 1948, pp. 342-344.

*Tesouros Artísticos de Portugal*. Orientação e Coordenação de José António Ferreira de Almeida, Lisboa, Selecções do Reader’s Digest, 1976.

TRINDADE, Maria José Lagos,

– “O pastoreio em Portugal nos séculos XII a XVI”, *Estudos de História Medieval e Outros*, Lisboa, Cooperativa Editora História Crítica, Lisboa, 1991.

TORRES, Rui d’Abreu, “SHAEFER, Henrique”,

– *Dicionário de História de Portugal*. Direcção de Joel Serrão, vol. III, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1971, p. 802

WATT, Montgomery,

– *Historia de la España Islámica*, Madrid, Alianza Editorial, 1970.

VALDEAVELLANO, Luís G.,

– *Historia de España-De los orígenes a la baja Edad Media*, 3ª ed., Madrid, Revista Occidente, 1963.

VALDEÓN, Juan,

– “La práctica política de los monarcas castellano-leoneses”, *Historia de España*. Dirigida por Manuel Tuñón de Lara, vol. IV, *Feudalismo e Consolidación de los Pueblos Hispánicos - (siglos XI-XV)*, 3ª ed., Barcelona, Editorial Labor, 1982, pp. 67-72.

VARANDAS, José,

– *BONUS REX ou REX INUTILIS – As Periferias e o Centro; Redes de Poder no Reinado de Sancho II (1223 -1248)*. Doutoramento em História Medieval, Lisboa, 2003. Texto policopiado.

VASCONCELOS, J. Leite de,

– *Opúsculos*. Volume III - *Onomatologia*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, p. 287.

VENTURA, Margarida Garcez,

– *Guerra - Definição das Fronteiras (1096-1297)*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2006.

ZIENTARA, Benedikt,

– “Fronteira”, *Enciclopédia Einaudi, Estado - Guerra*, Volume XIV, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989.

## ESTUDOS ESPECÍFICOS

ALVAREZ GILES, Ángel,

- “Nociones Generales sobre el Fuero del Baylio (especial referencia a fuentes de León)”, *Revista de Estudios Extremeños*, Tomo LX, Nº 2, Badajoz, Maio -Agosto 2004, pp. 751-758.

AMAYA, Esteban,

- “Olivenza e la Frontera Portuguesa hasta 1297”, Badajoz, [s. n.], 1953. Separata da *Revista de Estudios Extremeños*, pp. 14-15.

ANDRADE, Amélia Aguiar,

- *Vilas, poder régio e fronteira: o exemplo do Entre Lima e Minho medieval*. Dissertação para doutoramento em História da Idade Média apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1994. Texto policopiado.
- *A Construção Medieval do Território*, Lisboa, Livros Horizonte, 2001.

ARAÚJO, Julieta,

- “Relações de Fronteira na Idade Média: A Transumância”, Porto, [s. n.], 1998. Separata da *Revista da Faculdade de Letras -História, II Série*, vol. XV, p. 229-240.

AZEVEDO, Pedro,

- “Auto d’uma posse do Castello de Noudar e inventário do que lá existia no século XVI”, *O Archeologo Português*, vol. V, Lisboa, 1903, pp. 146-151.

BARBOSA, Pedro Gomes,

- “Guerra de presúria, fossado e algara. A fronteira na Reconquista portuguesa (da segunda metade do séc. IX a inícios do XII)”, *Muçulmanos e Cristãos entre o Tejo e o Douro (sécs. VIII A XIII)*, *Actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003/Porto, 4 e 5 de Abril de 2003*. Coordenação de Isabel Cristina Fernandes e Mário Jorge Barroca, Palmela, Câmara Municipal de Palmela/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, pp. 91-102.
- “Santa Maria de Alcobaça no Termo de Elvas (a formação do seu património fundiário)”, *A Cidade*, nº 6, *Revista Cultural de Portalegre*, 1991, pp. 9-12.

BARROCA, Mário Jorge,

- *Do Castelo da Reconquista ao Castelo Românico (Séc. IX a XII)*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 1994.
- *Epigrafia Medieval Portuguesa*, vol. I, Porto, Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1995. Texto policopiado.

BORGES, Artur Goulart de Melo,

- “Inscrições Árabes de Noudar”, *Arqueologia Medieval*, nº 2, Lisboa, 2003, pp. 215-217.
- “Epigrafia árabe no Gharb”, *Portugal Islâmico - Os Últimos Sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 227-255.

CATARINO, Helena,

- “A Ocupação Islâmica”, *História de Portugal. Dos Tempos Pré-Históricos aos nossos dias*. Direção de João Medina, vol. III – “O Mundo Luso Romano II/ Portugal Medieval I”, Ediclube, 2004, pp. 343-349.

COELHO, Adelino de Matos,

- *O Castelo de Noudar - Fortaleza Medieval*, Barrancos, Edição da Câmara Municipal de Barrancos, 1986.

COELHO, Possidónio M. Laranjo Coelho,

- *O Castelo e a Fortaleza de Marvão. Os seus Alcaldes – Mores e Principaes Governadores*, Lisboa, Typ. Adolpho de Mendonça, 1916, pp. 32-33.

CORREIA, Fernando Branco,

- *Elvas na Idade Média*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, vol. I, Lisboa, 1999. Texto policopiado.
- “Fortificações Islâmicas do Gharb”, *Portugal Islâmico -Os últimos sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, pp. 195-196.

COSME, João,

- *Elementos para a História do Além -Guadiana Português (1640-1715)*, Mourão, Câmara Municipal de Mourão, 1996.
- “O Reflexo das rivalidades luso-castelhanas no espaço Raiano (1165-1580). O caso dos concelhos de Moura, Mourão, Olivença e Serpa”. *Revista de Estudios Extremeños*, Tomo XLVIII, nº 2, Badajoz, 1992, pp. 377-401.

COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto,

- *A Ordem militar do Hospital em Portugal (sécs. XII – XIV)*. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1990. Texto policopiado.

CUNHA, Mário Raul de Sousa,

- *A Ordem Militar de Santiago (Das origens a 1327)*. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras do Porto, 1991. Texto policopiado.



CUNHA, Maria Cristina Almeida,

- *A Ordem Militar de Avis (das origens a 1329)*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1989. Texto policopiado.

DOMINGUES, José Garcia,

- “O Gharb Extremo do Andaluz e “BORTUQAL” nos Historiadores e Geógrafos Árabes”, Lisboa, 1960. Separata do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, p. 346.

FERNANDES, Hermenegildo,

- *Organização do Espaço e Sistema Social no Alentejo Medieval. O caso de Beja*. Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1991. Texto policopiado.
- *A Sociedade de Fronteira no Sudoeste Peninsular Interior (Séculos XII-XIII)*. Dissertação de doutoramento em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1999. Texto policopiado.

FONSECA, Luís Adão da,

- “A comenda de Noudar da Ordem de Avis: a memória da fronteira entre a Idade Média e a Idade Moderna”, *Las Ordenes Militares em la Península Ibérica*. Coordenação de Ricardo Benito e Francisco Ruiz Gomez, Cuenca, Ediciones de la Universidad de Castilla la Mancha, 2000, pp. 655-681.

GARCIA, João Carlos,

- *O Baixo Guadiana Medieval -formação de uma fronteira*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1983.
- *O Espaço Medieval da Reconquista no Sudoeste da Península Ibérica*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, 1986.
- *Navegabilidade e Navegação no Baixo Guadiana*, Centro de Estudos Geográficos, 1982.

GOMES, Saul António,

- “Torre e Prisão - Para um entendimento da torre de menagem do castelo de Leiria”, *Torre de Menagem do Castelo de Leiria*, Leiria, Câmara Municipal de Leiria, 2002, p. 15.

GOMES, Rita Costa,

- “A construção das Fronteiras”, *A Memória da Nação*, Lisboa, Sá da Costa, 1991, pp. 357-382.

GONÇALVES, José Pires,

- *O Papel de Giraldo Sem Pavor na Reconquista Cristã da Península no Século XII*, Évora, Livraria Nazareth, 1980.

MARTINEZ-MARTINEZ, Manuel,

– *Olivenza e el Tratado de Alcañices*. Olivenza, Ayuntamiento de Olivenza, 1997.

MARTINEZ, Carlos Ayala,

– *Libro de Previlégios de la Orden de San Juan de Jerusalén en Castilla e Leon (siglos XII–XV)*, edição do autor, [s. l.], Instituto Complutense de Estudio de La Orden de Malta, 1995.

PEREIRA, Victor M. Correia,

– *Substâncias Minerais não Metálicas do Distrito de Faro. Contribuição Para o seu Conhecimento*. Porto, [s. n.], 1970. Separata de *Estudos, Notas e Trabalhos do Serviço de Fomento Mineiro*, vol. XIX, Fasc. 3-4.

PIRES, Vera,

– *Cerâmicas Islâmicas do Castelo de Noudar*. Trabalho apresentado no âmbito da cadeira de Arqueologia Islâmica na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no ano lectivo de 2005/2006.

RAMALHO, José Filipe,

– “Castelo e Fortificações de Ouguela – Metodologia para o Projecto de Salvaguarda e Valorização”, Lisboa, *Monumentos*, nº 5, Setembro de 1996, pp. 72-77.

REGO, Miguel,

– “Investigações Arqueológicas no Castelo de Noudar”. *Arqueologia en el entorno del Bajo Guadiana*: Actas del Encuentro Internacional de Arqueología del Suroeste, Editores: Juan M. Campos, Francisco Gómez, J. Aurelio Pérez, Huelva, Grupo de Investigación Arqueológica del Patrimonio del Suroeste, Universidad de Huelva, 1994, pp. 37-53.

– “A Ocupação Islâmica de Noudar”, *Arqueologia Medieval*, nº8, Maio 2003, pp. 69-82.

ROMÁN GARCIA, D. António,

– “El Régimen Económico - Matrimonial del Fuero del Baylio (Aproximación al estudio de la Normativa del Fuero del Baylio)”, *Anuario de la Facultad de Derecho de Cáceres*, nº 8, Cáceres, 1990, pp. 442-448.

SALGADO, Teófilo Borrallo,

– *Fuero del Baylio - Estudio Histórico-Jurídico*, Badajoz, Imprenta de Vicente Rodríguez, 1915.

SALVADO, Pedro,

– *Relações transfronteiriças na Raia do Concelho de Idanha-a-Nova (Tempo, Espaço e Memória)*. Dissertação de Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesas apresentada à

Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1996. Texto policopiado.

SANCHÉZ, Rosa Maria; LIMPO, Luís Alfonso,

– *El Enclave de Olivenza e Sus Murallas (1230-1640)*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 1994.

[Sem nome], “Herdade vira Santuário Natural”, *A Capital*, Lisboa, 26 de Junho de 1997, p. 2.

SENA, Arlindo,

– “A Fronteira do Caia e do Guadiana - Um espaço aberto de Aproximação, Violência e Marginalidade” (1859-1910), *Boletín de la Real Academia de Extremadura de las Letras e las Artes*, Tomo XIII, [s. l.], 2005, pp. 113-126.

SEQUEIRA, Gustavo de Matos,

– “Noudar - Notícia Histórica”, Lisboa, [s. n.], 1909. Separata do *Boletim da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, pp. 7-9.

– “Castelo de Noudar”, *Guia de Portugal, Extremadura, Alentejo, Algarve*, vol. II, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1927, pp. 174-175.

SILVA, Duarte,

– *Evolução do Uso do Solo de uma Região do Alentejo, Carta Agrícola e Florestal. Notas explicativas e comparação de áreas das culturas*, [s. l.], Direcção Geral de Hidráulica e Engenharia Agrícola, 1984.

TORRES, Cláudio,

– “Barrancos: Noudar -1982”, *Informação Arqueológica. Boletim de informação arqueológica portuguesa*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural, 1985, pp. 39-40.

TULESKI, Valeria Eneida Ruviera,

– *Touros de Morte em Barrancos - Uma Tradição da Fronteira Luso-Espanhola*. Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de mestre em Antropologia - Património e Identidades no I.S.C.T.E., Lisboa, 2001. Texto policopiado.

VASCONCELOS, J. Leite de,

– “Noudar”, *O Archeologo Português*, vol. VII, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903, p. 261.

– *Filologia Barranquenha - Apontamentos para o seu estudo*, Lisboa, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, 1955.

VENTURA, António,

– “*Guerra das Laranjas - Campanha do Alentejo (1801)*”, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2006.

VILAR, Hermínia Vasconcelos,

– *As dimensões de um poder - A diocese de Évora na Idade Média*, Lisboa, Editorial Estampa, 1999.

## **BIBLIOGRAFIA MULTIMÉDIA**

<http://pt.wikipedia.org>

<http://www.ippar.pt>

<http://www.cm-alijo.pt>

[www.parquenoudar.com](http://www.parquenoudar.com), Naturlink, 2006

[www.monumentos.pt](http://www.monumentos.pt)

<http://www.nuevoportal.com>